

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 27 de Abril de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1116 • Director: Carlos Brito

ELEIÇÕES

Encontro Nacional do PCP dia 6 de Maio Pág. 4



25 de Abril

É TEMPO DE LANÇAR NOVAS SEMENTES

Pág. 11

Carlos Carvalhas na Assembleia

TODOS

AO 1º DE MAIO

Novamente em Abril

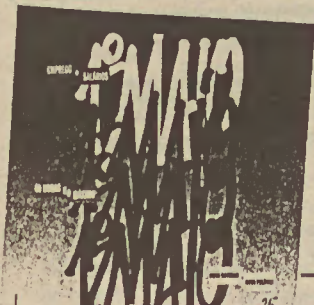
• Agostinho Lopes Pág. 18



Que viva Maio e a CGTP

• Jerónimo de Sousa

Pág. 19



As propostas do PS para desmantelar a Saúde

• Cipriano Justo

Pág. 21



Comício em Almada com Carlos Carvalhas

RESUMO

19
Quarta-feira

Os trabalhadores da Renault de Setúbal exigem o pagamento de mais 1500 contos a cada um dos que aceitem rescindir os contratos ■ Em Oklahoma, nos EUA, uma bomba destrói um prédio do governo federal, matando dezenas de pessoas ■ No Japão, na cidade de Yokohama, 300 pessoas são hospitalizadas devido a uma intoxicação provocada por uma «substância misteriosa» inalada na estação ferroviária ■ Em Madrid, a explosão de um carro armadilhado põe em risco a vida de José Maria Aznar, presidente do Partido Popular ■ A Síria decide não prorrogar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, se Israel não aderir ao TPN ■ Shimon Peres deixa em aberto a possibilidade de uma eventual retirada israelita até à fronteira internacional dos Golã ■ Para iniciar a retirada do seu exército do Norte do Iraque, o Governo turco inicia negociações com os dirigentes curdos iraquianos.

20
Quinta-feira

Os armadores portugueses pressionam o Governo para a criação de quotas alternativas à Terra Nova e apontam a Gronelândia, Svalbaard e a África do Sul ■ O ministro da Defesa decide que a prestação de serviços pelas OGMA passa a estar sujeita às normas que regulam o comércio de material de guerra ■ A ONU adia a reunião intertimorenses e o encontro entre Durão Barroso e Ali Alatas ■ Os chefes de Estado-Maior das Forças Armadas da União da Europa Ocidental discutem o aumento da capacidade operacional e militar da organização ■ Na sequência da explosão de Oklahoma, são detidas três pessoas nos EUA e uma em Londres, e são emitidos mandatos de captura contra dois suspeitos.

21
Sexta-feira

O PS recusa indicar os seus representantes à comissão parlamentar de transparência e exige mudanças nos trabalhos da comissão ■ Um dos presumíveis autores do atentado de Oklahoma é detido pela polícia norte-americana ■ Em Argel, um membro do Conselho Nacional de Transição é gravemente ferido num atentado a tiro ■ O cartoonista José de Lemos falece em Lisboa, dois dias antes de completar 85 anos.

22
Sábado

Num comício em Almada, Carlos Carvalhas considera que, se alguém devia ser despedido, eram os ministros da Indústria e do Comércio, e não os trabalhadores da Renault ■ O PCP inicia uma campanha de propaganda, sob o lema «Quem trabalha merece o melhor!» ■ Os agricultores de Estarreja e Ovar ameaçam invadir o Terreiro do Paço com tractores, se até 15 de Maio não obtiverem resposta às suas reivindicações ■ Mário Soares considera que as obras da barragem de Foz Côa devem parar imediata-

mente ■ Centenas de pessoas são mortas violentamente num campo de deslocados hutus, numa zona da Ruanda fronteira com o Burundi ■ A Autoridade Palestiniana prossegue negociações com os grupos extremistas do Hamas e da Jihad Islâmica ■ Os sérvios da Bósnia encerram o aeroporto de Sarajevo a «todas as delegações políticas».

23
Domingo

Carlos Carvalhas participa num almoço comemorativo do 25 de Abril, em Alcácer do Sal ■ Na primeira volta das presidenciais francesas, Lionel Jospin e Jacques Chirac conseguem a passagem à segunda volta das eleições; o candidato comunista, Robert Hue, obtém 8,64% dos votos ■ Nas eleições regionais em Itália o PDS é o partido mais votado, com 25%; a aliança de direita Pólo da Liberdade soma 42,6%, embora a Força Itália, de Berlusconi, tenha apenas 23%; na Refundação Comunista votaram 8,6% dos eleitores ■ Oito mil refugiados hutus são massacrados, em Kibeho, no Ruanda, por elementos do exército de maioria tutsi ■ A polícia de Oklahoma detém um segundo suspeito possivelmente implicado no atentado da passada quarta-feira ■ O novo governo islandês é apresentado ao Presidente da República.

24
Segunda-feira

Fruticultores ocupam a CM de Moimenta da Beira, exigindo apoio do Governo para fazer face aos prejuízos provocados pelas recentes geadas ■ Uma delegação da CGTP apresenta à direcção do PCP a Plataforma para uma nova política económica e social, aprovada recentemente pela central para que os partidos se pronunciem sobre os problemas dos trabalhadores e as soluções preconizadas ■ O PS aceita, afinal, integrar a «comissão da transparência», que deverá mesmo ser presidida por um seu deputado ■ Henrique de Barros, presidente da Assembleia Constituinte eleita depois da Revolução de Abril, recebe a medalha de ouro da cidade de Lisboa ■ Adriano Portela, ex-director das OGMA, é ouvido durante seis horas na comissão parlamentar de inquérito ■ É divulgada a acusação definitiva do Ministério Público quanto ao assassinato do padre Max e da estudante Maria de Lurdes ■ O Governo britânico propõe um encontro, a nível ministerial, com os independentistas irlandeses do Sinn Féin.

25
Terça-feira

Iniciativas populares e oficiais assinalam por todo o País o 21º aniversário da Revolução dos Cravos ■ A Turquia anuncia a retirada dos seus cerca de 20 mil soldados envolvidos na «Operação Aço», contra os curdos, no Norte do Iraque ■ Activistas do movimento de defesa das gravuras rupestres de Foz Côa iniciam um jejum, frente ao Mosteiro dos Jerónimos ■ Morre, com 83 anos, a actriz Ginger Rogers.

EDITORIAL

Maio e a imprensa operária

Avasta participação e a combatividade que caracterizaram as comemorações populares do 25 de Abril favorecem e estimulam a mobilização com que deve ser assinalado o 1º de Maio.

A ligação entre o Dia da Liberdade e o Dia do Trabalhador, que tão grande papel tem desempenhado nestes 21 anos da luta do nosso povo que se seguiram ao 25 de Abril, com particular retumbância no ano inaugural, apresenta-se mais uma vez como indispensável resposta aos perigos e aos desafios que recaem sobre a democracia portuguesa, nas suas vertentes política, económica, social e cultural.

As comemorações do 25 de Abril constituíram, no âmbito que lhes é próprio, uma importante demonstração do entranhado apoio popular ao significado e aos grandes valores da revolução portuguesa,

Deve agora o 1º de Maio completar e ampliar esta resposta com a expressão própria do movimento dos trabalhadores, imprimindo-lhe uma ainda mais larga expressão de massas e um sentido ainda mais claro da necessidade de uma viragem à esquerda na política nacional.

É preciso um 1º de Maio em força. É preciso para os trabalhadores e a sua luta. É preciso para o regime democrático e para o nosso país.

É preciso um 1º de Maio que recuse firmemente toda política de direita e que denuncie em especial a vertente social dessa política: os baixos salários, as baixas reformas e pensões, o desemprego maciço, a precariedade, os salários em atraso, a desregulamentação e a ofensiva permanente contra os direitos e conquistas históricas do mundo do trabalho, a exclusão, a desestabilização da segurança social, o negociocismo e o elitismo na saúde e no ensino.

É preciso um 1º de Maio que contribua para o desenvolvimento das lutas em curso e que fortaleça a solidariedade com os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, da Renault e outros ameaçados pelo desemprego ou já desempregados,

É preciso um 1º de Maio que globalize a resistência e a acção ofensiva.

É preciso um 1º de Maio que levante alto as exigências, apontadas pela CGTP-IN, de: «**Novo Governo e nova política, mais e melhor emprego, melhores salários, respeito pelos nossos direitos, 40 horas no máximo.**»

Assinale-se, como nota significativa, que a importância conferida este ano à redução dos horários de trabalho - «1995 foi proclamado pela CGTP-IN ano das 40 horas» - reporta-nos, como tem sido sublinhado, a própria génese do Dia do Trabalhador e à luta heróica do proletariado americano pela jornada de oito horas de trabalho.

O relevo que as comemorações do 1º de Maio devem merecer ao movimento dos trabalhadores e às forças democráticas e progressistas não tem que ver apenas com razões conjunturais e especificamente do nosso país.

Estas são naturalmente importantes e relacionam-se tanto com os novos ataques que se preparam a nível da legislação e que se verificam na prática de todos os dias contra direitos e conquistas, como com a necessidade de esclarecer e desmascarar prontamente as posturas demagógicas que os promotores e apoiantes dos diversos «pacotes laborais» e do agravamento da exploração dos trabalhadores tendem a assumir em vésperas de eleições, para fazer esquecer as suas responsabilidades.

Isto refere-se especialmente às cambalhotas e serôdias «preocupações do PSD com a justiça social», segundo o discurso do novo líder Fernando Nogueira

Em Portugal, actualmente, o «Avante!» e «O Militante» (órgãos de imprensa do PCP) orgulham-se de desempenhar na imprensa operária do nosso país um papel verdadeiramente ímpar, pelas tiragens, a influência e sobretudo pela maneira como vivem, reflectem e defendem as posições, os direitos e os interesses dos trabalhadores e partilham da sua luta, em todas as circunstâncias.

ra, mas também se aplica muito bem às flagrantes omissões do PS em matéria de política social e às recentes «preocupações laborais» exibidas no discurso de António Guterres.

Mas ainda mais preocupante que tudo isto são as estratégias do grande capital e a sua implacável ofensiva contra o mundo do trabalho em grande desenvolvimento tanto no plano interno como internacionalmente.

O processo de concentração bancária, financeira e monopolista que se está a verificar no nosso país constitui naturalmente um factor de aceleração e acentuação das desigualdades sociais, das políticas antioperárias e da ofensiva contra os trabalhadores.

No seu discurso de 25 de Abril, na

Assembleia da República, Carlos Carvalhas, anotou: «hoje novamente os velhos senhores refazem à custa do património público, num processo de mão baixa, opaco e clientelar, os seus impérios, ameaçando, com o seu reconquistado poder, as próprias instituições políticas»; e, mais à frente: «enquanto se fizeram fortunas meteóricas e se assistiu à insolente exibição da riqueza polarizada à custa dos recursos públicos e de actividades especulativas e parasitárias, alastrou o desemprego, o trabalho precário, os salários em atraso, a miséria e a exclusão».

Internacionalmente, as doutrinas neoliberais aberta ou encapotadamente seguidas (incluindo pelos sociais-democratas), a sacralização do mercado, mesmo por alguns que dizem contrariá-la, a mundialização da economia, como realidade e como pretexto, comandam uma ofensiva contra o mundo do trabalho em que o edifício das conquistas históricas do proletariado é posto em causa até aos alicerces: o salário, o horário, o vínculo, a noção de posto de trabalho, a profissão, a reforma, o subsídio de desemprego, toda a segurança social.

É claro que as instâncias dirigentes da União Europeia e as políticas dimanadas de Bruxelas alinham (por vezes na primeira linha) com esta implacável ofensiva.

Com ela, o grande capital abre fogo sobre todos os direitos dos trabalhadores e a única constante que quer reconhecer é a do seu próprio arbítrio.

A resistência a esta ofensiva compõe-se naturalmente de muitas frentes, uma frente essencial é, sem nenhuma espécie de dúvida, a batalha do esclarecimento e da formação, é a frente ideológica.

É aqui que vem o papel da imprensa operária, ela própria também alvo, e desde sempre, do sistemático, implacável e envolvente ataque do grande capital e por isso mesmo com grande dificuldade de subsistir.

Em Portugal, actualmente, o «Avante!» e «O Militante» (órgãos de imprensa do PCP) orgulham-se de desempenhar na imprensa operária do nosso país um papel verdadeiramente ímpar, pelas tiragens, a influência e sobretudo pela maneira como vivem, reflectem e defendem as posições, os direitos e os interesses dos trabalhadores e partilham da sua luta, em todas as circunstâncias.

Ao saudar todos os trabalhadores portugueses na passagem do 1º de Maio de 1995, reafirmamos esta solidariedade de princípio e por isso mesmo inabalável e salientamos que contamos com eles para aumentar a difusão do nosso jornal, que é em si mesma uma forma de fazer frente à nova ofensiva do grande capital - de a desmascarar, contrariar e combater.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elisa Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continentes e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O «D» de demagogia

As imagens da vídeo-conferência de Fernando Nogueira, alegadamente dedicada ao 25 de Abril, confirmaram no pior estilo o que já se previa.

Aquele «D» puxado pela hipócrita «comemoração» laranja não tinha realmente a ver com o desenvolvimento mas com demagogia.

Nem a vídeo-conferência teve realmente a ver com o 25 de Abril.

Foi expressamente a «evocação dos dez anos vertiginosos que Portugal viveu» sob a governação do PSD sozinho.

Tratou-se, pois, de uma reles instrumentalização da data gloriosa da revolução portuguesa para uma nova operação de propagação eleitoralista do partido do Governo, transmitida pela Portugal Telecom, utilizando a melhor tecnologia de que esta dispõe e uma locutora do serviço público de televisão.

Tão reprovável como esta instrumentalização é a demagogia a propósito do desenvolvimento.

É preciso, de facto, ter uma grande lata para vir, neste preciso momento, exaltar as «transformações» feitas pelo PSD «que espantaram, não apenas a sociedade portuguesa, mas o próprio mundo».

Com estas frases a atirar ao épico, Nogueira parece estar a chuchar com o país.

Julgará ele que é assim que consegue desvanecer as graves preocupações provocadas pela triste figura do Governo em relação aos despedimentos e à ameaça de encerramento da Renault de Setúbal, ou pelo humilhante resultado da «guerra» da palmeta, ou pelo assustador aumento do número dos desempregados a aproximar-se do meio milhão?

O país começa a perceber que o apregoado desenvolvimento do

PSD é uma grande fraude mascarada pelo alcatrão das auto-estradas e pelas fachadas de algumas outras estruturas, tudo pago pelos fundos comunitários. Mas com que preço?

Ao aperceber-se da profunda ruína da agricultura, do acentuado declínio das pescas e da indistigável regressão industrial, da geral desorganização e mesmo destruição do aparelho produtivo do país, o imaginário nacional interroga-se angustiadamente sobre o que vai ser o nosso futuro e em que se ocuparão os portugueses amanhã.

A CGTP salientou há dias: «O desemprego crescente resulta de factores profundos que têm a ver com a desarticulação e mesmo a destruição de sectores produtivos, não sendo por isso meramente conjunturais, como resultado da redução da procura.»

Até o «Expresso», insuspeito

de qualquer radicalismo oposicionista, constatou, em editorial do passado sábado: «Em nome da ideia europeia (e da sua lógica implacável), Portugal tem visto cair uma a uma as suas indústrias e actividades tradicionais - desde o vinho aos têxteis, passando pela horticultura ou pela fruticultura.»

Que credibilidade pode merecer quem ignora estas verdadeiras questões do nosso desenvolvimento e em vez disso canta loas à obra cavaquista, que em parte contribuiu para a situação presente, ou promete fazer agora o que não fez em dez anos, oito dos quais em governo absoluto?

Com o «D» hipocritamente puxado por Nogueira teremos, como antes com Cavaco, demagogia, como já vimos, ou deslante ou descaramento, ou desvergonha, mas desenvolvimento não teremos.

■ Carlos Brito

Ei-los...

PSD e PS em plena caça ao voto: ambos sedentos de maiorias absolutas sem as quais não sabem existir; uns, procedendo ao habitual desfile de ministros, inaugurando, reinaugurando, prometendo inaugurar (e, por razões de conjuntura, transportando consigo em side-car o Dr. Fernando Nogueira); outros, exibindo as qualidades superiores que lhes permitiriam fazer de igual modo a mesmíssima política; todos garantindo transparências absolutas; todos bramando contra o estado desastrosos a que chegou o País. Como se esse estado desastrosos fosse o resultado de qualquer impiedoso castigo de origem desconhecida e não a consequência da política de direita aplicada pelo PSD e, no essencial, consentida e (ou) apoiada pelo PS. (E pelo CDS, obviamente, porque atrás dos dois — ou à frente? — lá anda o omnipresente Dr. Manuel Monteiro, parlapando, fingindo que o que o separa desta política não é o facto de ela ser, na sua opinião, ainda pouco à direita).

E prometendo. Prometendo tudo o que possa valer votos, tudo o que em anteriores campanhas já prometeram; e preparando-se para, como sempre, contados e arrecadados os votos, fazerem o contrário do prometido. Contando com as memórias curtas, exibindo-se como exímios praticantes do conto do vigário.

Os reformados e pensionistas — que são mais de dois milhões — constituem sempre um alvo preferencial destes partidos em época de caça ao voto. Daí que não surpreenda a actual azáfama do PS, tentando captar as boas graças dos reformados. As iniciativas sucedem-se e é preciso dizer que praticamente nada as distingue de outras efectuadas em anteriores operações eleitoralistas.

É bom, por tudo isto, avivar a memória, lembrar, por exemplo, o que fez o PS pelos reformados quando esteve no governo, recordar a sua peculiar «oposição» nesta matéria. No Governo, o PS, em 1976 e 77 — numa altura em que o custo de vida subiu mais de 40% — rejeitou qualquer aumento de pensões e diminuiu as comparticipações no custo dos medicamentos; e quando, em 1984, coligado com o PSD, deixou o governo, o poder de compra dos reformados e pensionistas tinha diminuído mais de 60%.

É bom, por idênticas razões, lembrar a permanente postura de defesa dos interesses dos reformados por parte do PCP. Que foi o primeiro partido a intervir nesse sentido na Assembleia da República; o primeiro a reivindicar a atribuição do 14º mês para os reformados; o que apresentou mais de uma dezena de projectos de lei (sobre o aumento das pensões, a diminuição da idade de reforma, a alteração à fórmula do cálculo das pensões, o aumento intercalar das pensões e reformas, a revogação das taxas moderadoras, a melhoria dos serviços de saúde, os descontos nos transportes sem restrições na sua utilização; a carta dos direitos e a criação do cartão de pessoas idosas; a atribuição de um rendimento mínimo de subsistência) — projectos de lei que, se tivessem sido aprovados, teriam melhorado consideravelmente as condições de vida dos reformados. Mas que foram rejeitados. Porque contaram apenas com o voto favorável dos deputados da CDU. Porque aqueles que, agora, a seis meses das eleições, tudo prometem aos reformados, abstiveram-se ou votaram contra os projectos de lei apresentados pelo PCP.

■ José Casanova

Adivinhe quem escreveu

Imagine o leitor que lhe diziam que alguém tinha escrito recentemente que «de dia para dia torna-se mais claro que a ideia de uma Europa homogénea e unida corresponde ao sonho de um punhado de visionários, mas não à vontade profunda das populações».

Suponha o leitor que esta frase era seguida de outra rezando que «hoje, a integração europeia é conduzida teimosamente por um conjunto de políticos que constituíram à sua volta uma burocracia vastíssima - e poderosíssima - mas é cada vez mais duvidoso que satisfaça os interesses das Nações que compõem o continente europeu. Sobretudo que satisfaça os interesses de Portugal».

Continue o leitor a imaginar agora que, de caminho, o texto proclamava que «em nome da ideia europeia (e da sua lógica implacável) Portugal tem visto cair uma a uma as suas indústrias

e actividades tradicionais - desde o vinho aos têxteis, passando pela horticultura e pela fruticultura. Está, por outro lado, a tornar-se vulnerável aos ataques do exterior em praticamente todas as áreas - desde a imprensa à banca, passando pela indústria alimentar. Está finalmente a perder identidade cultural».

E como já falta pouco, suponha ainda o leitor que o texto, um pouco mais à frente, sentenciava mesmo que «é forçoso concluir que a «lógica» da Europa não serve, de uma forma geral, Portugal. Ela constitui uma engrenagem que vai triturando aos poucos a nossa autonomia até à perda «de facto» da soberania. O tecido económico português será esfacelado» e rematava que «quando a utopia europeia ruir, quando se verificar que o voluntarismo europeu tem limites, o país já sofreu certamente estragos consideráveis».

Palpita-nos que se a muitos cidadãos fosse perguntado a que pessoa, partido ou corrente política atribuíam estas afirmações que acabamos de citar, muitos as identificariam como sendo da autoria de algum comunista, do PCP ou, da sua imprensa e publicações, em dia ou ocasião propensos aliás a algum tom de maior radicalismo.

Palpita-nos também que esta pergunta fosse feita aos principais comentadores políticos da nossa praça, muitas respostas também apontariam na mesma direcção, só que acompanhadas das consabidas referências hostis à posição (aleadamente) «antieuropeia», «isolacionista», «autárquica», «miserabilista» e «catastrofista» do PCP.

Acontece porém que se enganaríamos todos, porque aquelas afirmações podem todas ser encontradas e lidas no Editorial (na página 16) da última edição do «Expresso», em texto não assinado mas que se

supõe ser da autoria do seu director, Arq. José António Saraiva.

A principal moral desta história podia ser a de que alguns, para não perder o pé face à realidade, até são capazes de subscrever implicitamente as razões do PCP mas nunca darão obviamente o passo de reconhecer retrospectivamente a razão das prevenções e posições oportuna e continuamente formuladas pelo PCP.

Mas talvez haja outra mais importante moral para esta história: é que o principal remédio para os cidadãos e os eleitores não serem sucessivamente enganados e defraudados está em fazerem eles próprios o esforço e assumirem eles próprios a responsabilidade de não se deixarem apenas seduzir pelas palavras de hoje mas averiguarem sempre das palavras de ontem e sobretudo da coerência, ontem e hoje, entre actos e palavras.

■ Vítor Dias

ÁFRICA DO SUL

Novo rumo

H

á um ano, o povo sul-africano votava esmagadoramente no ANC e elegia Nelson Mandela para Presidente da República. As eleições e os seus resultados criaram uma enorme expectativa. Depois da vitória do ANC (numa aliança tripartida com o Partido Comunista Sul-Africano e a Confederação dos Sindicatos) como iria evoluir toda a situação política?

Iariam continuar os confrontos alimentados por sectores militares e da segurança e o Inkahata contra o ANC e prosseguir a «balcanização» do país?

Iria prosseguir o terrorismo selectivo contra figuras-chave da direcção do ANC e dos seus aliados, como o foi o assassinato do Secretário-Geral do PCSA, Chris Hani?

Como iriam reagir os mesmos grandes monopólios que controlam a economia do país?

Como reagiria a população negra sul-africana após décadas e décadas de repressão e opressão, tendo em conta que cerca de 50% vive no desemprego e em condições de grande pobreza?

Continuaria o ANC unido e em condições de ser a força dirigente do Governo?

A todas estas questões pretendeu responder o 9º Congresso do PCSA que se realizou em Joanesburgo em meados deste mês.

O PCSA é desde há muitas décadas uma força política aliada do ANC. Os seus militantes e dirigentes contribuíram muitas vezes com o sacrifício da própria vida para o êxito da libertação nacional do povo sul-africano levada a cabo pelo ANC.

O PCSA tem hoje dois ministros, três vice-ministros, dois chefes de Comissões Parlamentares (Negócios Estrangeiros e Educação), o chefe de Gabinete do Vice-Presidente da República e mais de cinquenta deputados.

O PCSA, com os seus 75.000 membros (há 4 anos tinha 2000 membros), tem para além desta realidade institucional uma força decisiva na Central Sindical (mineiros, metalúrgicos, etc.) e tem um movimento popular de massas numa influência crescente e reconhecida.

Apesar do percurso para a democracia estar ainda rodeado de forças hostis, a nova situação pós-eleitoral conseguiu diminuir substancialmente o terrorismo e dar um grande passo na consolidação da democracia.

Visitámos o Soweto e pudemos ver com os próprios olhos a diferença entre a população de uma metrópole como Joanesburgo (podia ser Nova Iorque) e a população (cinco milhões) negra do Soweto a cerca de dez quilómetros. Como se vão manter estes dois mundos dentro de um só mundo? Estando metade da população negra desempregada, alimentando um novo universo de criminalidade e violência, que poderá fazer o novo governo para melhorar a situação?

O Congresso considerou como elemento fulcral de evolução da África do Sul a necessidade de consolidar o novo poder, condenando as tentativas internas (Inkahata e extrema-direita branca) e internacionais de impor à nova África do Sul o Federalismo, pois nas presentes condições trata-se de um modo de socavar os alicerces da jovem democracia.

Por último, a aliança tripartida ANC - PCSA - COSATU consolida-se e no essencial mantém-se firme.

A este respeito a participação de Nelson Mandela no 9º Congresso revestiu-se de particular significado. Mandela elogiou a acção do PCSA, a sua história, os seus dirigentes, o seu empenho na acção governativa, concluindo que a aliança é para hoje e para amanhã.

Naturalmente que a nova situação coloca aos comunistas complexos problemas pois a sua participação no novo poder faz-se na sua qualidade de membros e dirigentes do ANC, respeitando a política e a disciplina próprias do ANC.

Nestas circunstâncias únicas e originais, que requerem grande capacidade revolucionária, o PCSA, mantendo a sua identidade comunista própria, continuará a agir para que o ANC seja um movimento de libertação nacional ao serviço do povo sul-africano, da democracia e do progresso social.

■ Domingos Lopes

6 de Maio, em Almada Encontro Nacional do PCP sobre as eleições marca arranque em força para campanha

No próximo dia 6 de Maio, realiza-se em Almada um Encontro Nacional do PCP que tem como objectivo preparar a acção do Partido e da CDU na campanha para as próximas eleições legislativas.

O Encontro, que decorrerá

nas instalações da Academia Almadense, irá aprovar uma resolução com as linhas de força que orientarão os comunistas e os seus aliados na CDU durante a campanha.

Os trabalhos terão início pelas 10.30 da manhã, com

uma sessão plenária, em que intervirá Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional, estando ainda previstas várias intervenções centrais sobre diferentes áreas e temáticas da campanha eleitoral do PCP e da CDU.

No período entre as 14.30 e as 16.15, funcionarão duas secções uma sobre «Temas e Ideias da Campanha Eleitoral», e a segunda sobre «Imagem, Comunicação e Organização da Campanha Eleitoral». As secções são abertas à intervenção de participantes e convidados.

Carlos Carvalhas intervirá na sessão plenária de encerramento, que decorre entre as 16.45 e as 17.30 horas, na qual será votada a Resolução do Encontro e serão lidos os relatórios dos trabalhos das secções.

Este Encontro Nacional irá reunir mais de um milhar de participantes e convidados, estando representadas todas as organizações regionais e sectores do Partido, para além dos membros da Direcção Central do Partido e de uma delegação da Direcção da JCP.

Álvaro Cunhal no Brasil

O Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, prossegue a sua visita ao Brasil correspondendo a diversos convites que lhe foram dirigidos para participar em várias iniciativas e actos públicos naquele país.

No dia 19, o dirigente comunista foi recebido na Assembleia legislativa Estadual pelo seu presidente, deputado José Otávio Germano, do PPA, Partido Progressista Renovador, e por numerosos deputados de todos os partidos representados na Assembleia. O presidente saudou o visitante numa amistosa intervenção dando valor à luta dos comunistas portugueses.

Álvaro Cunhal, expressando satisfação pelo acolhimento e pelo respeito democrático da diferença de opiniões, referiu que o PCP, através da sua participação nas instituições democráticas e da sua acção política geral, defende o estreitamento e desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre Portugal e o Brasil.

A seguir ao encontro, a que se juntou o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, António Brito, que se encontrava de visita à Assembleia, Álvaro Cunhal respondeu às perguntas dos jornalistas, concedendo uma entrevista de cerca de meia hora à rádio Gaucha, ouvida em todo o Brasil.

À tarde, Álvaro Cunhal foi recebido pelo prefeito de Porto Alegre, Tasso Genro, do PT (Partido dos Trabalhadores), tendo trocado opiniões, nomeadamente sobre o poder local.

À noite, no auditório da Câmara Municipal de Porto Alegre e sob a presidência do dr. Pinheiro Machado, do movimento da paz, teve lugar um debate com a participação de mais de 30 militantes de diversos partidos e organizações sociais.

A última iniciativa, do dia 19, foi a participação no programa «Câmara Dois» de uma televisão estadual.

No dia seguinte, quinta-feira 20, de volta a S. Paulo, Álvaro Cunhal proferiu uma conferência na USP (Universidade de São Paulo), integrada nas comemorações do 25 de Abril, tendo como tema «A Revolução dos Cravos - Abril 1974-Novembro 1975».

Depois da intervenção de Álvaro Cunhal, escutada atentamente por cerca de 300 pessoas (professores e estudantes), seguiu-se um longo e animado debate. Iva Delgado, filha do General Humberto Delgado, teve oportunidade de intervir sobre a PIDE.

Após a conferência teve lugar um jantar-convívio com professores do Departamento de História da USP.


Na passada sexta-feira, dia 21, Álvaro Cunhal e Iva Delgado estiveram num convívio organizado pelo Centro Cultural 25 de Abril, com cerca de 60 pessoas, entre portugueses e brasileiros.

No mesmo dia, Álvaro Cunhal deu uma entrevista à Agência Argentina de Notícias.

No sábado, dia 22, realizou-se um encontro, na sede nacional em São Paulo, de Álvaro Cunhal e do camarada Alexandre Pereira com uma delegação da Direcção Nacional do PC do Brasil, dirigida pelo seu presidente João Amazonas e constituída por diversos camaradas, entre os quais o líder da bancada federal, Aldo Rabelo, e o responsável pela Secção Internacional, José Reinaldo.

EMPREGO, SALÁRIOS, DIREITOS

**PARA
UMA VIDA
MELHOR**

PCP 

**A ESQUERDA
NECESSÁRIA**
para uma nova política

Conselho Regional de Beja analisa crise no Alentejo «Não é só a seca»

O Conselho Regional de Beja do PCP, reunido no passado sábado, debateu a situação política, económica e social, considerando no texto de conclusões divulgado que «a gravíssima crise que persiste no distrito de Beja e no Alentejo é devida não só à continuada seca mas, sobretudo, à falta de medidas estruturais que há muito o PCP vem reclamando para a região, e a que os sucessivos governos, com destaque para os do PSD/Cavaco, têm vindo a ignorar».

O PCP vê confirmadas as suas posições pelas «reivindicações das populações, dos trabalhadores e seus sindicatos, de autarquias, agricultores, desempregados, comerciantes, industriais, Igreja Católica, ambientalistas e outras entidades que se têm pronunciado sobre a seca e a crise social».

Este organismo regional do PCP manifestou a sua solidariedade com as recentes posições adoptadas pela Assembleia Distrital de Beja, designadamente quanto à declaração de situação de calamidade pública para o distrito e exige que o Governo «concretize as indispensáveis medidas de emergência para apoiar as populações, as autarquias e os agricultores».

Na presente situação «o desemprego não cessa de aumentar, perante a passividade do Governo que, com objectivos eleitoralistas, continua a atrasar o início dos programas ocupacionais sazonais e a manipular estatísticas, pretendendo esconder a dramática realidade de milhares de famílias sem qualquer rendimento, à beira da miséria».

Salientando a acção do Partido, de outras forças políticas e sociais, do Poder Local democrático, o Conselho Regional afirmou que «só a luta dos desempregados e de todos os trabalhadores, apoiados pelas suas organizações sindicais, poderá travar e inverter esta situação». Neste sentido, os comunistas de Beja saúdam a recente «marcha de protesto de desempregados de Baleizão, Pias, Vila Nova de S. Bento e Vale de Vargo, e manifestam total solidariedade com a luta dos mineiros de Aljustrel, reivindicando mais uma vez a imediata reabertura das Pirites alentejanas e a defesa de todos os seus postos de trabalho, bem como com todos os que lutam pelo emprego e pela sua manutenção, pela melhoria de salários, da segurança social, da

redução do tempo de trabalho, por melhores condições de vida». O PCP expressou ainda o seu apoio às acções programadas para hoje, pelas autarquias do Alentejo, no sentido de «protestar contra o decreto-lei 55/95 que limita as obras municipais por administração directa e que, sendo uma afronta à autonomia do Poder Local, provocará mais desemprego, em especial entre os trabalhadores das câmaras».

CDU - primeira força política

A reunião analisou também as próximas eleições legislativas, considerando que «há condições reais para uma derrota do PSD e da prática governativa de direita dos últimos 19 anos, da responsabilidade não só desse partido mas também do PS e CDS, e para a formação de uma nova maioria parlamentar que sustente um governo democrático com uma nova política».

O Conselho Regional debateu a participação dos comunistas no distrito de Beja nas próximas legislativas, apontando como principais objectivos no distrito a confirmação da CDU como primeira força política, a eleição de pelo menos dois dos quatro deputados do círculo eleitoral e o reforço da votação na CDU como contributo essencial para uma nova política.

Por último, os comunistas de Beja fizeram um balanço «altamente positivo da actividade partidária desenvolvida no distrito ao longo do primeiro trimestre» deste ano, destacando as iniciativas no quadro do «Debate com o País», as comemorações do 74º aniversário do PCP e do Dia Internacional da Mulher, em que participaram no conjunto mais de quatro mil pessoas. A reunião salientou ainda a realização de assembleias das diferentes organizações concelhias e de freguesia, o recrutamento de 66 novos militantes (metade dos quais com menos de 30 anos), o reforço da estrutura da JCP, o aumento da venda do «Avante!» e de «O Militante», e o cumprimento das metas parciais estabelecidas para a campanha dos 150 mil contos»

O comício em Almada

O Salão de Festas da Incrível Almadense encheu no passado sábado para o Comício de 25 de Abril, promovido pela concelhia de Almada, com Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Para a ocasião foi montado um espectáculo simples mas eficaz que contou com as vozes jovens de João Queirós e Miguel Santinho, interpretando canções de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, entre outros. Também Ary dos Santos, tantas vezes chamado o poeta de Abril, foi ali justamente lembrado através da declamação de vários textos seus. Como pano de fundo desta sessão animada pelas canções e poesia, foram ainda projectadas imagens da Revolução que inundou as ruas de povo e, aos primeiros acordes de «Grândola Vila Morena», a sala levantou-se de punhos erguidos cantando em uníssono a melodia que devolveu a esperança ao País na madrugada de 25 de Abril.

Pouco depois era dado início ao período de intervenções.

Subiram ao palco os membros da JCP, José Gabriel, Alexandra Martins, Catarina Pé-Curto e Pedro Barroso; Diamantino Silva, membro da Concelhia de Almada, Emília Lídia, presidente da Junta de Freguesia de Almada, Paulo Rodrigues, deputado na AR, José Manuel Maia, presidente da Assembleia Municipal e vice-presidente da Assembleia da República, Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal, Vicente Merendas, do Comité Central, Manuela Pinto Ângelo, da DORS e responsável pelo concelho de Almada, Octávio Teixeira, presidente do grupo parlamentar do PCP e membro da Comissão Política, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. Na mesa do comício estava ainda Carlos Rosado, da direcção da Incrível Almadense.

Pedro Barroso, o primeiro orador, lembrou as conquistas de Abril e a ofensiva reaccionária lançada pela direita nestes últimos 15 anos, que têm sido marcados por uma grande luta de

resistência. O jovem referiu em particular as lutas estudantis contra a política educativa do Governo, criticando os cortes orçamentais: «30 milhões só em 1994, e depois afirmam que a Educação é prioridade», disse. O sistema de avaliação e o difícil acesso ao Superior, do qual ficaram de fora 33 mil estudantes em 1994, foram outros aspectos focados na sua intervenção.

Seguiu-se-lhe Manuela Pinto Ângelo, da DORS, que se debruçou sobre a grave crise económica e social que atinge o distrito, hoje já com 15 por cento de desemprego. Este dirigente falou sobre a situação na indústria naval, na Rodoviária Sul do Tejo, onde 120 trabalhadores perderam o emprego nos primeiros três meses deste ano, na Renault de Setúbal, nas lutas da Administração Central e Local, dos têxteis e outros sectores. Não deixou de enaltecer a obra das autarquias da CDU, no concelho e em geral no distrito, salientando a assinatura recente do protocolo para a construção do



Metro de Superfície da Margem Sul, o qual desde sempre foi reivindicado pelo PCP.

Para falar da actividade parlamentar do PCP ao longo desta legislatura, tomou a palavra Octávio Teixeira que começou por desmontar a alegada, por alguns, «inutilidade» do voto no PCP. Como fez questão de frisar, «fomos os únicos a lutar contra a política de direita (...) e a dar

voz aos trabalhadores no plano institucional».

O presidente do Grupo Parlamentar comunista realçou o conjunto de iniciativas em defesa dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, dos reformados, bem como as posições contrárias à alteração do sistema eleitoral, a denúncia dos abusos do SIS, do nefasto processo de privatizações e das negociações pro-

míscuas do Governo com os grandes capitalistas do regime fascista. Octávio Teixeira terminaria dizendo que os deputados comunistas chegam ao fim desta legislatura com a consciência tranquila: «Não defraudámos os eleitores!»

A encerrar o comício, falou Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP (ver extractos da sua intervenção).

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

Quem trabalha merece o melhor!

Falando para as muitas centenas de pessoas que, no passado sábado, encheram o Salão de Festas da Incrível Almadense, Carlos Carvalhas afirmou que é possível inverter a actual política, sublinhando que «existem forças e condições para uma viragem democrática». Apelando ao reforço do PCP e da CDU, o secretário-geral salientou cinco grandes linhas do projecto político que os comunistas e seus aliados apresentam ao País, defendendo «uma efectiva mudança» e não apenas uma «mudança de caras».

Portugal não está condenado ao atraso, a ser uma fonte de mão-de-obra barata, um quintal para as multinacionais retirarem recursos e proveitos à custa do interesse nacional.

O desemprego, o trabalho precário, as desigualdades sociais crescentes, a corrupção, o compadrio, a insegurança, a droga e a expansão da criminalidade não são uma fatalidade.

É possível e é necessário dar a volta a isto.

É possível interromper e inverter esta política. Existem forças e condições para uma viragem democrática, para uma mudança verdadeira.

Cresce a consciência de que isto não pode continuar assim e que a saída é pela esquerda, por uma política de verdadeira alternativa.

Por isso dizemos com clareza que reforçar o PCP e a CDU é a maior garantia não só de derrotar a direita, como a política de direita.

Reforçar o PCP e a CDU é dizer: basta de desemprego, basta de despedimentos e de emprego precário, basta de baixos salários e de reformas de miséria.

Não é acenando demagogicamente com promessas sobre tudo e para todos que se resolvem os problemas. Mas assumindo responsabilmente que uma nova política é para privilegiar o Portugal que trabalha, que cria riqueza, que resiste e constrói.

Que uma nova política é para privilegiar a juventude que quer trabalhar e construir o seu futuro.

Que uma nova política é para privilegiar a modernização e o desenvolvimento do País, assente na mobilização das vontades, energias e recursos nacionais, no reconhecimento do valor e dignidade do trabalho como factor essencial do progresso.

Quem trabalha merece o melhor! No momento em que celebramos Abril e Maio, é hora de sublinhar os valores da esquerda, de saudar os Capitães da Revolução dos Cravos e os homens e mulheres que resistem e lutam, que mantêm a sua capacidade de indignação, que continuam a levantar as bandeiras da liberdade e das conquistas de Abril.

Quem trabalha merece o melhor!

Por isso nós continuamos o combate à política de concentração da riqueza, à política que privilegia os que enriquecem dormindo à sombra das actividades especulativas e parasitárias.

Nós combatemos com toda a nossa força e empenho a política que leva a que os despedimentos já se situem em média nos 1100 trabalhadores por dia.

Nós dizemos não à continuada redução dos salários reais e aos ataques às regalias e direitos dos trabalhadores, à crescente insegurança no emprego.

Nós dizemos não, basta, chega de degradação do valor real das pensões de reforma e invalidez e às centenas de milhões de contos de dívidas à Segurança Social.

Nós dizemos não aos processos destrutivos da nossa agricultura, da nossa indústria, das nossas pescas.



Nós dizemos não ao abandono, à desertificação e envelhecimento do interior do país.

A nossa diferença

Nós marcamos a diferença combatendo, não com artificios verbais, mas com uma intervenção real, nas instituições e fora delas, e com propostas e soluções radicalmente diferentes, as concepções e as ideias que estão por detrás da política do PSD e apresentamos ao povo português cinco grandes linhas dessa política.

1º Nós marcamos a diferença com um projecto de desenvolvimento e modernização que à frente de tudo coloca o interesse público e o interesse nacional, rompendo com as atitudes de abdicação e servilismo em relação aos centros de decisão estrangeiros.

O País não pode continuar de cócoras e de mão estendida e a ser tratado marginalmente como tem acontecido, por exemplo, com as nossas pescas, em que o sector da pesca longínqua corre o risco de desaparecer.

Nós não aceitamos a política dúplice face à Renault à custa dos interesses nacionais e dos interesses dos trabalhadores e das suas famílias.

É uma vergonha nacional o jogo do empurra entre o Ministro da Indústria e o Ministro do Comércio no caso da Renault.

Um vai a Paris e sabe da negociata da venda à Coreia do Sul e nada diz aos trabalhadores e ao povo português, outro vai fazendo ameaças sem qualquer conteúdo prático, dando tiros de pólvora seca para a opinião pública ver, fazendo sorrir os franceses! Isto é inadmissível e inaceitável. Não se brinca com a vida dos trabalhadores, com a vida daqueles cuja única fonte de rendimentos é o seu trabalho. Exigimos por isso posições firmes e com conteúdo prático. É o interesse do país e dos trabalhadores que está em jogo.

2º Nós marcamos a diferença, defendendo com clareza a melhoria dos rendimentos e condições de vida dos trabalhadores e dos cidadãos mais desfavorecidos, como condição fundamental para dinamizar o mercado interno, o investimento e o emprego e a justiça social.

3º Nós marcamos a diferença porque defendemos sem rodeios ou subterfúgios que a correcção das desigualdades e uma política de efectiva solidariedade exigem o combate à concentração da riqueza, à alienação de riquíssimo património público e medidas que penalizem as actividades especulativas e parasitárias.

4º Nós marcamos a diferença porque para nós o desenvolvimento é inseparável da justiça social, do respeito pelos direitos e regalias dos trabalhadores e a redução progressiva da duração do trabalho e da aplicação do compromisso da redução do limite máximo legal do horário de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo dos horários de duração inferior. Da assunção pelo Estado das suas responsabilidades na garantia do acesso à educação, à saúde, à segurança social e à habitação.

Nós marcamos a diferença porque exigimos o aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, porque pensamos que o revigoramento do regime democrático, a participação popular e um maior interesse dos cidadãos pela vida política exigem o combate à demagogia, às falsas alternativas, ao incumprimento das promessas e à política politiqureira...

Por isso dizemos, o que está em causa não é uma mudança de caras, mas uma efectiva mudança de política.

A política de direita falhou.

Para bem de Portugal e dos portugueses é necessário e urgente pôr fim à política de direita, é necessário uma saída pela esquerda para se dar a volta a isto. (...)



Associação de Armadores na Soeiro Pereira Gomes

Uma delegação do PCP, integrada pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, por Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, e por Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu, recebeu na passada quinta-feira, dia 20 de Abril, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, uma delegação do Conselho Directivo da ADAPI (Associação dos Armadores das Pescas Industriais), chefiada pelo respectivo presidente, Pedro França.



PCP recebe delegação da Fenache

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de José Bernardino e Elsa Pedro, recebeu na passada sexta-feira, dia 21, uma delegação da Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica, constituída pelo seu presidente, Guilherme Silva, e pelo vice-presidente, Barreiros Mateus.



Carvalhas em Alcácer do Sal

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou no passado domingo num almoço evocativo do 25 de Abril promovido pela organização de Alcácer do Sal do PCP.

A encerrar a iniciativa, em que estiveram várias dezenas de militantes e simpatizantes do PCP, interveio Carlos Carvalhas para sublinhar os principais aspectos da actualidade política e reafirmar que a questão do uso e posse da terra continua a ser central para a resolução dos problemas do Alentejo.

Filas de desempregados em S. João da Madeira

Uma nota da Comissão Concelhia de S. João da Madeira dá conta do agravamento da situação no sector do calçado, incluindo as indústrias que lhe fornecem componentes, onde se registam encerramentos de empresas, redução do número de dias de trabalho na semana, com a consequente diminuição dos salários e a antecipação do período de férias por falta de encomendas nas fábricas.

Estas dificuldades vêm completar o quadro de crise na região, onde já era conhecida a situação desastrosa das empresas Oliva e Sanjo. Para o PCP não é pois de estranhar «a existência de filas pessoas que diariamente aguardam vez no Instituto Nacional de Emprego para se recensearem como desempregados».

Homenagem a César Anjo

A DORV do PCP promove, na próxima sexta-feira, dia 29 de Abril, uma sessão evocativa da figura de César Anjo, médico, humanista, comunista.

A iniciativa decorre no Salão Nobre da Associação de Comerciantes do distrito de Viseu, pelas 16 horas, onde estará patente, a partir das 15 horas, uma exposição sobre a vida e obra da figura homenageada.

Na sessão pública evocativa estão previstas intervenções de várias individualidades, entre as quais Manuel Rodrigues, Jaime Galheiro, Fernando Mouga, Carolina Lemos (viúva de César Anjo) e ainda António Lopes, membro da Comissão Política do PCP.

A esta homenagem associaram-se muitos companheiros de luta de César Anjo, bem como outros democratas, formando uma grupo heterogéneo de pessoas dos mais variados quadrantes políticos.

Castelo Branco Intempéries e política do Governo fustigam agricultura

A agricultura no distrito de Castelo Branco está a viver «novas provações com a seca que já fez perder grande parte da produção de cereais e está a acabar com as pastagens», alerta uma nota da Estrutura Regional do PCP exigindo «apoios estatais para elevar o rendimento dos agricultores e para fixar as populações localmente, medida indispensável para combater eficazmente a desertificação».

Os comunistas consideram ainda que «a projectada barragem do Sabugal deve sair dos puros actos de propaganda eleitoral para a construção em concreto. O regadio da Cova da

Beira» acrescentam, «é uma necessidade de desenvolvimento económico e é também uma aspiração justa dos agricultores e das populações do norte do distrito que tem de ser concretizado».

A DORCB chama ainda a atenção para outras importantes obras que estão a ser proteladas no tempo, casos da construção do Hospital da Cova da Beira, a modernização da linha da Beira Baixa e as acessibilidades rodoviárias».

Referindo a grande instabilidade social, confirmada pelos números do desemprego que aponta para 3 mil pessoas sem

trabalho, para além dos centros de emprego registarem por mês a inscrição 500 novos desempregados, a DORCB denuncia ainda a proliferação dos recibos verdes e dos contratos a prazo, nomeadamente nas minas da Panasqueira, onde a quase totalidade dos trabalhadores tem vínculos precários.

Neste quadro não é pois de estranhar que se multipliquem as lutas reivindicativas no distrito, com destaque para os têxteis, autarquias locais, metalúrgicos, professores e outros. As trabalhadoras das Confecções que já na jornada de luta anterior tiveram adesões à greve

nas principais empresas na ordem dos 90 por cento, seguidas de manifestações em Belmonte, Castelo Branco e Tortosendo, voltaram a cumprir uma greve no passado dia 7 de Abril pela redução do horário de trabalho, com um adesão significativa. Tiveram ainda repercussão no distrito as lutas dos reformados (que obtiveram uma importante vitória ao conseguirem o compromisso da reposição da comparticipação nos medicamentos aos reformados dos lanifícios) e dos estudantes que se manifestaram na Covilhã por melhores condições de ensino.

Campanha Nacional de Fundos Iniciativas do 1.º de Maio são excelente oportunidade

Depois de algumas organizações do PCP terem aproveitado as comemorações do 25 de Abril para fazer avançar a Campanha Nacional de Fundos que o PCP lançou, o Dia do Trabalhador que se comemora na próxima segunda-feira é mais uma oportunidade de fazer avançar esta iniciativa, abrindo-a para fora do mero circuito partidário.

O Partido lançou esta Campanha com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se avizinham.

A experiência até agora tida mostra que existem boas condições para fazer evoluir, rápida e positivamente, a campanha, mas será necessário que em todas as iniciativas do Partido, envolvendo todos os camaradas, não esquecendo a abertura para o exterior, se concretizem na prática as boas indicações recebidas até agora. Neste aspecto em particular, o 1º de Maio é uma excelente altura para o concretizar.

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram par-

ticipar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Actualizar quotas

Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que devem ser encaradas de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do colume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).

Contributos

Passados os três primeiros meses de Campanha, a organização do Partido na Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira) ultrapassou já os 50 por cento da meta atribuída até ao fim do ano. Para isto estão a contribuir, segundo relato da organização, para além dos materiais centrais, uma série de iniciativas como almoços e convívios e a campanha dentro da Campanha da apanha da Lambujinha. Trata-se de um trabalho de um grupo de camaradas que já apanhou várias dezenas de quilos do saboroso bivalve, uma parte cozinhada e vendida no Centro de Trabalho, outra vendida porta-a-porta em bares e restaurantes da zona.

Outro contributo assinalável foi dado pela mulher e filhos de António Carvalho. Manuela, a sua companheira, e os filhos Frederico, Sofia, Rita, Bernardo e Inês fizeram um avultado donativo em homenagem a um homem que militou na célula dos engenheiros da ORL e noutros organismos do Partido, com dedicação revelada até à sua morte desde os tempos de estudante no IST.

CAMARADAS FALECIDOS

António Mata

Faleceu António Mata, de 88 anos de idade, natural de Beja. Era militante comunista desde 1936, tendo sido preso pela PIDE no Quartel da Ajuda. O camarada estava organizado na Freguesia da Verderna, no concelho do Barreiro.

Francisco Abreu

Faleceu Francisco José Ramos Abreu, de 80 anos, funcionário da CM de Lisboa. Activista do movimento associativo, foi nomeada-

mente fundador de vários clubes de campismo, e integrava a organização da Zona Nascente da Freguesia dos Olivais.

Aurora Viana

Faleceu recentemente Aurora Pereira Viana, com 47 anos. Operadora de máquinas, pertencia ao núcleo da Zona Nascente da Freguesia dos Olivais.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Pescas Grandes princípios, pequenas quotas

O acordo de pesca entre a União Europeia e o Canadá continua a dar que falar e a dividir opiniões que, partindo embora todas da constatação comum de que tal acordo não serve a Portugal, não convergem na necessidade evidente de uma actuação conjunta. Um mês depois de o ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, ter afirmado em Paris, com a suavidade típica da diplomacia portuguesa, esperar que estivessem "criadas as condições para o diálogo com o Canadá, um país amigo e aliado", em Lisboa, o presidente da Associação dos Armadores, em audiência com os partidos com assento parlamentar, acusa a União Europeia de "estar a asfixiar" os interesses portugueses com a falta de quotas, e considera "ridícula" a quota de duas mil toneladas atribuídas a Portugal no acordo com o Canadá que encerrou a "guerra" da palmeta.

O ministro Durão Barroso, quando participou em Paris na cimeira entre a União Europeia e o Grupo do Rio, há cerca de um mês, falou com punhos de renda sobre a guerra da palmeta, o que certamente não deixou de soar estranho aos armadores e pescadores portugueses. "Queremos discutir a questão numa base não intimidatória, não hostil", disse o ministro, para quem o Canadá é um "país amigo e aliado". Na sua opinião, o que estava em causa, "mais importante do que a própria questão das quotas", era "uma questão de princípio", porque "a liberdade dos mares é um princípio do direito internacional", e "um Estado não pode fazer aplicar a sua ordem jurídica fora do seu

território". Quanto a isso, nada a dizer. Só que...

Os pescadores, que com "amigos e aliados" como o Canadá bem podem dispensar inimigos, e que, prezando embora os princípios, não se podem dar ao luxo de descurar as quotas de pesca, já que se trata de um sector envolvendo 19 mil postos de trabalho, foram desde a primeira hora bastante menos diplomáticos e substancialmente mais explícitos ao analisar a situação. Como se pode verificar, têm boas razões para isso.

Pedro França, presidente da Associação dos Armadores - que a semana passada tomou a decisão de contactar os quatro partidos políticos com assento parlamentar, para sensibilizá-los para o pro-

blema - afirma que está em causa "a sobrevivência do sector", o qual é "rentável" e "extremamente competitivo", mas que, para isso, "precisa de quotas".

Acusando a União Europeia de "estar a asfixiar" os interesses portugueses com a falta de quotas, considerou "ridícula" a quota de duas mil toneladas atribuídas a Portugal no acordo com o Canadá.

Segundo Pedro França, Portugal não pode prescindir do sector das pescas, pois isso seria "um crime" do ponto de vista económico, nomeadamente porque estão em causa 19 mil postos de trabalho.

Afirmando que está em causa "o futuro da pesca longínqua portuguesa, que tem quase 500 anos", Pedro França lembrou que desde 1986, "já foi destruída 70 por cento da frota portuguesa de pesca longínqua", pelo que é impensável que "se vão abater mais barcos".

"Não faz sentido a frota portuguesa ter 12 mil toneladas, enquanto a Alemanha tem 40 mil na Gronelândia e não a preenche", disse ainda aquele responsável, acrescentando que "os armadores portugueses não precisam de subsídios porque o sector é competitivo, mas para isso é indispensável uma maior quota".

A Associação dos Armadores elaborou entretanto um conjunto de propostas para fazer face à grave situação criada que o governo português não teve a coragem de vetar. Entre outros aspectos, propõe-se a "redistribuição" de

quotas "não utilizadas na União Europeia, uma partilha mais justa das quotas do bacalhau (das quais somente 0,34 por cento cabem a Portugal) e quotas de pesca nos mares da África do Sul, como contrapartida ao projecto de apoio da União Europeia à África do Sul.

Também Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, defendeu a "redistribuição" das quotas de pesca do bacalhau inglesas e germânicas "pelos armadores portugueses", no sentido de "salvaguardar os direitos históricos de Portugal", no final da audiência com os responsáveis da Associação dos Armadores das Pescas Industriais (ADAPI). Carlos Carvalhas mostrou-se preocupado com o problema dos armadores portugueses, e salientou "a importância de se potenciar o poder negocial de Portugal, através de todos os partidos políticos", e criticou a posição do Governo português no "caso da palmeta", defendendo que se "deveria ter colocado o direito de veto em cima da mesa" e não pormo-nos em defesa atrás dos espanhóis quando temos, apenas, 16 barcos de pesca longínqua".

No encontro com os armadores, Carlos Carvalhas anunciou ainda que o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia no Parlamento Europeu, em que se integram os eurodeputados do PCP, já solicitou um encontro com a comissão europeia das Pescas, reafirmando que é preciso juntar todas as forças para arranjar um solução de interesse para Portugal.

EUROPOL

Os ministros do Interior da União Europeia chegaram, no passado dia 19, a um acordo de princípio sobre o acesso ao banco de dados da Europol, um dos principais obstáculos à assinatura do Convénio que instituirá definitivamente este organismo.

A reunião, que juntou os ministros do Interior ou da Justiça, e nalguns casos de ambos, dos 15 países da União Europeia, foi a primeira do género desde a entrada em vigor da convenção de Schengen, a 26 de Março último.

No final dos trabalhos, o ministro francês, Charles Pasqua, congratulou-se com os "progressos consideráveis" obtidos em favor da Convenção da Europol, indicando que "estão reunidos todos os elementos para que o conselho europeu de Cannes, a 26 de Junho, possa ratificar a Convenção".

A questão do acesso ao banco de dados registados nos ficheiros da Europol, motivo de reservas por parte de países como a Alemanha, Áustria e Holanda, foi solucionada após uma proposta de compromisso apresentada pela França, segundo a qual a resposta será dada em conformidade com a legislação em vigor no país daquele que a pede.

PERGUNTAS À COMISSÃO

A propósito da atribuição dos fundos comunitários para a formação profissional nas pescas, da utilização da plataforma continental de doze milhas e das licenças de pesca nessa plataforma, o eurodeputado comunista Honório Novo apresentou à Comissão as seguintes questões:

- "No âmbito do I Quadro Comunitário de Apoio a Portugal, foram atribuídos fundos destinados à Formação Profissional no sector das Pescas. Para o mesmo sector e mesma finalidade, estão previstas verbas no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio.

"Pode a Comissão informar qual o valor global concedido a Portugal para a Formação Profissional no sector durante os anos de I QCA e quais os montantes previstos para o mesmo fim no âmbito do II QCA?"

- "A plataforma continental de doze milhas é, por regra, reservada aos barcos de pesca de cada Estado-membro. Há no entanto excepções a esta regra. Há casos em que são concedidas licenças de pesca a alguns Estados-membros da UE para poderem pescar na plataforma continental de doze milhas de outros Estados-membros.

"Pode a Comissão informar se tais excepções existem na plataforma continental das doze milhas de Portugal Continental, e das ilhas dos Açores e Madeira, e se esta situação se vai manter depois da integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas?"

- No caso português, "em que zonas se situam exactamente as excepções, quantas as licenças concedidas e a que Estados-membros?"

"Pode a Comissão informar se há pescadores portugueses com direitos a licenças para pescar em plataformas continentais de algum dos outros Estados-membros?"

Aguarda-se resposta.

INTENÇÕES

A eventual dispensa de estudos e avaliação de impactos ambientais na realização do Plano de Urbanização (PU) da Expo 98, levou o eurodeputado Sérgio Ribeiro a questionar a Comissão, dada a importância do empreendimento. Na origem da questão estava o facto de a Comissão de Acompanhamento do PU, que integra um representante do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN), "considerar justificado que a empresa Parque Expo 98, SA solicitasse dispensa do que a legislação exige no que respeita a avaliação de impacto ambiental, a partir dos necessários estudos". Situação curiosa, esta, em que são as próprias autoridades a considerarem justificada a dispensa de obrigações que a legislação impõe!

Não menos curiosa é a resposta da Comissão. De acordo com o comissário Bjerregaard, "os contactos que a Comissão realizou com as autoridades portuguesas revelam que estas têm a intenção de submeter o projecto da Expo 98 a uma avaliação ambiental". Dada a "intenção", considera a Comissão que "não se verifica portanto qualquer violação" da directiva comunitária.

IMIGRAÇÃO

O número de pessoas que entra na UE ultrapassa o dos que saem todos os anos desde 1984, de acordo com um relatório recentemente publicado pelo serviço estatístico Eurostat.

A imigração excedeu a emigração em 1,2 milhões em 1992, último ano abrangido pelo estudo.

Das 15 nações da Europa comunitária, foi a Alemanha que recebeu a maioria dos imigrantes até finais de 1992, com um total de 1,5 milhões. Holanda, Finlândia e Suécia também receberam grandes remessas de emigrantes de fora da Comunidade Europeia.

Os que tinham a Holanda como objectivo vinham, na sua maioria, da Turquia, ex-Jugoslávia, Marrocos e Suriname. A Finlândia recebeu maioritariamente russos e estónios. Iraquianos, iranianos e jugoslavos foram os maiores grupos a emigrar para a Suécia.

Os britânicos foram os mais vocacionados para deixar a terra natal: 150.000 em 1992. O relatório refere que a maior parte se dirigiu para outras nações da Europa, Estados Unidos da América e Austrália. Embora a Finlândia, a Áustria e a Suécia não se encontrassem ainda na União Europeia na data do estudo, os seus dados migratórios foram incluídos no relatório Eurostat de 1992.

Unanimidade tem dias contados

O princípio da unanimidade entre os membros da União Europeia (UE) na adopção de decisões deverá acabar, ficando reservado apenas para casos excepcionais, defende a Comissão Europeia.

Esta posição foi expressa no decorrer de um seminário preparatório da conferência intergovernamental de 1996 destinada à reformulação do Tratado de Maastricht, pelo porta-voz da comissão, Klaus Van der Pas, da Holanda, que, ao resumir os debates deste seminário, afirmou:

"É óbvio, sobretudo depois do alargamento aos países do leste europeu, que será necessário acabar com a unanimidade."

Para Van der Pas, "em certos casos será conveniente requalificar as maiorias e a unanimidade deverá ser excepcional". A unanimidade tem sido exigida, em particular, para as questões sociais, o que na prática se tem traduzido pelo protelar sucessivo de medidas tendentes a uma efectiva coesão económica e social.

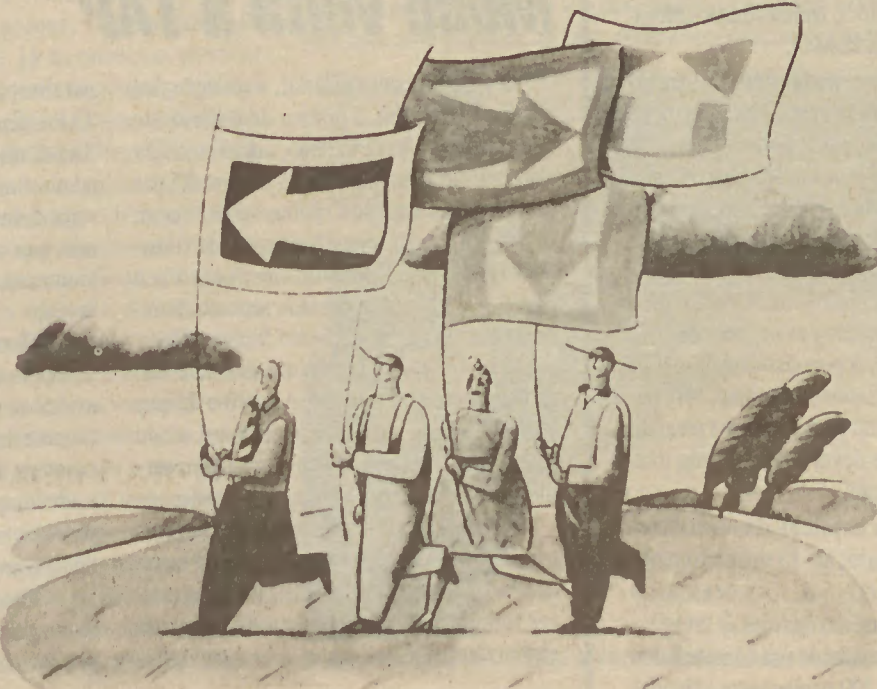
Recorda-se que, presentemente, as decisões mais importantes são tomadas, no seio do conselho de ministros, pela unanimidade dos quinze Estados-membros, embora a orgânica comunitária preveja também as votações por "maioria qualificada". Este sistema atribui aos Estados-membros um número

de votos no conselho de ministros proporcional à sua população, com a maioria qualificada situando-se em cerca de 70 por cento dos direitos de voto.

Com o alargamento futuro da UE aos países da Europa central e de leste ressalta a necessidade de ser adoptado um sistema diferente de tomada de decisões, de

maneira a que "a comunidade possa avançar, e não ficar bloqueada sistematicamente", justificou o porta-voz da comissão europeia.

Como facilmente se compreende, o sistema de votação continua a penalizar fortemente os pequenos países, sempre minoritários face às grandes potências.



CEDÊNCIAS SEM DEBATE

Os trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas vão ser solicitados pela direcção do sindicato a pronunciar-se pelo correio sobre as posições que esta tem assumido nas negociações do CCT. O Movimento Alternativa, em comunicado que fez chegar à nossa redacção, protesta contra esta consulta, feita «sem qualquer hipótese de debate do que se encontra em jogo e com a garantia adicional de que, independentemente das respostas que eventualmente forem dadas, os resultados serão sempre conformes às pretensões dos "directores" do nosso sindicato».

A tendência unitária do STSSRA acusa a direcção de ter conduzido os trabalhadores a um beco sem saída, cedendo ao patronato nos propósitos de liquidação dos complementos de reforma e deixando a porta aberta para novos ataques, desta vez aos complementos de doença. Além disso, a direcção admite que seja liquidado o subsídio de lar, há muitos anos conquistado no sector.

Perante tal situação, o Movimento Alternativa afirma que «é necessário e urgente modificar radicalmente o rumo do nosso sindicato».

LISBOA OESTE

Realizou-se em Torres Vedras no passado dia 21, a conferência sindical da região Oeste do distrito de Lisboa, promovida pela união de sindicatos local. Segundo a USL/CGTP, esta iniciativa permitiu a elaboração do que «cremos ser o primeiro grande estudo sindical sobre a região Oeste». Na base da discussão esteve um vasto documento que analisa a situação na região, dedicando particular atenção à revitalização da organização sindical. As propostas da União dos Sindicatos de Torres Vedras abrangem a regionalização, a agricultura, indústria, comércio e serviços, o emprego, direitos, salários e horários de trabalho, os transportes, a habitação e a saúde, o ensino e educação, o turismo e a cultura.

STAL/ALENTEJO

As direcções regionais de Beja, Évora e Portalegre do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local decidiram avançar para a constituição de um organismo inter-regional do STAL para o Alentejo. Na reunião foi salientada a importância dos trabalhadores acompanharem a discussão, dia 12 de Maio, na AR, do pedido de ratificação, apresentado pelo PCP, do decreto-lei que limita a 20 mil contos o valor máximo das obras que os municípios poderiam levar a cabo com os seus meios próprios (medida que, refere a nota da direcção regional de Évora do STAL, provocaria o despedimento de metade dos trabalhadores das autarquias). A reunião apoiou a decisão do Conselho Regional do Alentejo de efectuar hoje a deslocação de eleitos autárquicos e trabalhadores aos governos civís.

FUNÇÃO PÚBLICA EXIGE REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

Crítérios orçamentais não podem nem devem ser determinantes para decidir a progressão na carreira dos trabalhadores da administração pública - defende a federação sindical do sector na proposta de reestruturação das carreiras do regime geral, agora colocada à discussão. O actual sistema de carreiras, recorda a FNSFP, resulta essencialmente da legislação publicada em 1979 e retocada em 1985 e 1988; quando da alteração do sistema remuneratório, os trabalhadores e os sindicatos exigiram uma adequada reestruturação do sistema de carreiras; o Governo subscreveu, em Fevereiro de 1989, um protocolo em que se comprometia a iniciar, até final desse ano, um processo negociado sobre esta matéria, compromisso que até hoje está por cumprir.

Só que, entretanto, medidas e práticas governamentais vieram tomar o sistema de carreiras ainda mais desfavorável para os trabalhadores. Estando sobejamente demonstrado que fechado ao diálogo só está o Governo, é fundamental e determinante a mobilização dos trabalhadores para que a inadiável reestruturação das carreiras se concretize - sublinha a federação.



A proposta de reestruturação das carreiras é publicada em suplemento do último número do jornal da FNSFP

Sindicato e vidreiros não desistem e apelam à solidariedade

MP Roldão é viável sem Carlos Antero

Todos os esforços são orientados para evitar que os fornos se apaguem e que fiquem sem trabalho mais de 300 pessoas.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira solicitou segunda-feira ao tribunal judicial da Marinha Grande que seja aprovado um novo período de gestão controlada da Manuel Pereira Roldão e que seja retirada a titularidade de Carlos Antero como administrador da empresa.

Repisando as acusações feitas pelas estruturas dos trabalhadores, Virgílio Silva disse ao «Avante!» que «a MP Roldão é viável, mas não podemos aceitar como administrador um homem sem escrúpulos, que está a retirar à empresa dinheiro daquilo que os trabalhadores produzem». Aquele dirigente do STIV confirmou-nos a entrega do requerimento no tribunal, adiantando que, até ser conhecida uma decisão, todos os esforços vão ser orientados para que não falte o

combustível e os fornos se mantenham a funcionar, evitando assim que o encerramento da empresa se torne um facto consumado.

Guarda Ribeiro, advogado do STIV, disse à agência Lusa que, caso o juiz defira o requerimento, será marcado um prazo de 44 dias para a reclamação de créditos, após o que se procederá à convocação de uma assembleia de credores. Nessa reunião serão então definidas as formas de intervenção na empresa, com o objectivo de ser conseguida a sua viabilização.

Conta da solidariedade

No passado sábado foi iniciada a venda de uma peça de vidro, em forma de jarra e de

design exclusivo, produzida na MPR com o objectivo de contribuir para a angariação de dinheiro destinado ao pagamento de combustíveis e matéria-prima, necessários para manter a empresa em funcionamento.

Mantém-se aberta a conta de solidariedade (BPA, nº 730/15900962), onde podem ser directamente depositadas as contribuições para esta luta dos vidreiros. «Qualquer quantia é bem-vinda e virá contribuir para minorar a grave e dramática situação dos trabalhadores da MP Roldão», afirma o STIV no apelo que dirigiu «ao movimento sindical unitário, aos trabalhadores, aos democratas, a todos os que estão contra a forma como o Governo e o patronato têm tratado estes trabalhadores».

Nesse apelo, divulgado dia 19, o sindicato recorda que,

«após a luta desenvolvida pelos trabalhadores da empresa Manuel Pereira Roldão, no final do ano passado e princípio deste, em que conseguiram ver satisfeitas importantes reivindicações, os trabalhadores tiveram que, recentemente, voltar à luta, desta vez em condições ainda mais dramáticas. Confrontados, desde o dia 11 de Abril, com o abandono da gestão da empresa por parte do único administrador em funções, os trabalhadores, dando provas do seu mais alto espírito de combatividade, continuaram a trabalhar e a produzir para manter a empresa viva e contrariar os desígnios funestos dos proprietários, que são o de encerrar a empresa. Entretanto, o patrão Carlos Antero continua a sacar todos os dinheiros de cobranças que caem na conta da MP Roldão, não investindo qualquer quantia para manter os fornos acesos e compra de matérias-primas».

Face a esta situação, «o Governo, como principal credor, nem sequer responde a pedidos de reuniões que lhe têm sido formulados, na tentativa da sua intervenção imediata no conflito», refere o apelo. «Entretanto, os trabalhadores precisam de ser ajudados nesta fase crucial, para que possam comprar combustíveis para os fornos e matérias-primas para poderem produzir, até à definição da titularidade. Pela luta que têm desenvolvido e que é considerada como exemplar a nível nacional, os trabalhadores da MP Roldão merecem a solidariedade de todos» - realça o documento.

Luta na Renault começa a dar frutos

O administrador-delegado anunciou segunda-feira aos trabalhadores que se deslocaram a Lisboa que a Renault aceita pagar mais 650 contos, além da indemnização, a quem aceite a rescisão do contrato.

Na quinta-feira, em Setúbal, os representantes da administração tinham chegado a dar por concluídas as negociações, o que significaria iniciar o processo de despedimento colectivo. Mas, depois de os trabalhadores terem tentado invadir as instalações, foi anunciado que na tarde de segunda-feira o encontro prosseguiria, na sede da empresa, com a presença de Jean-Pierre Carrer, administrador-delegado da Renault.

Na segunda-feira, os trabalhadores prosseguiram a greve iniciada nos primeiros dias de Abril e deslocaram-se de tarde a Lisboa, para se concentrarem em frente à sede da Renault Portuguesa, na Avenida Marechal Gomes da Costa, onde decorreram as negociações. No final, depois de comunicados os resultados da reunião, foi convocado para ontem um plenário onde deveria ser tomada uma posição.

Os trabalhadores reivindicam a anulação do despedimento colectivo de 144 pessoas, o pagamento dos dias de greve e a atribuição de um complemento de 1 500 contos, para além das

indemnizações, a quem aceite rescindir o contrato no âmbito do «plano social» proposto pela administração.

Alegando que as condições dos mercados externo e interno obrigam a fábrica de Setúbal a reduzir a produção de 160 para 110 automóveis por dia, a Renault pretende dispensar 144 trabalhadores. O «plano social» prevê a transferência de 102 trabalhadores para Lisboa, Cacia e Porto e rescisões de contrato «por mútuo acordo» com os restantes.

A fábrica de Setúbal foi inaugurada em 1980, ao abrigo de um acordo de associação entre a Renault SA e o Estado Português, que ficou com 30 por cento do capital social. Segundo números oficiais, a Renault obteve lucros líquidos no valor de 30 milhões de contos, de 1986 a 1993, e até ao momento, recebeu 47 milhões de contos de incentivos de natureza financeira, fiscal e, em menor grau, destinados à formação profissional. Beneficiou ainda de uma reserva de mercado de 33 por cento.

Medo volta à TAP

O congelamento salarial, a redução dos postos de trabalho, a prática de horários de escravatura, a falta de diálogo, a discriminação e acções várias de intimidação e repressão por parte da administração e chefias da TAP foram os motivos que levaram o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos a convocar a greve de 24 horas da passada segunda-feira. Luísa Ramos, da direcção do Sitava, referiu ainda ao «Avante!» que os níveis de adesão, globalmente situados entre os 70 e 75 por cento, variaram conforme os sectores, sendo mais elevados na manutenção e em alguns sectores administrativos, e menores na operação.

É precisamente o ambiente que se vive na transportadora aérea nacional a principal causa apontada por aquela sindicalista para que muitos trabalhadores não tenham feito greve, embora considerando justos os motivos da

paralisação. «O medo volta a instalar-se na TAP», denuncia Luísa Ramos. A dirigente do Sitava responsabiliza pela actual situação a administração da empresa (que finalizou o seu «mandato muito negativo» no dia da greve, mas que, segundo informações obtidas pelo sindicato, deverá ser reconduzida pelo Governo).

O Sitava - que representa, maioritariamente, o pessoal de terra que presta assistência aos aviões na placa, que efectua as cargas e descargas e faz o atendimento aos balcões da TAP - protesta ainda por, desde Novembro de 1994, a administração da empresa se recusar a receber os representantes dos trabalhadores e continuar a pressionar para a redução de pessoal.

A direcção sindical vai, nos próximos dias, reunir para analisar os resultados da greve e perspectivar o prosseguimento da luta.

CGTP promove comemorações por todo o País

Maio dos trabalhadores por uma nova política

«Novo Governo e nova política, mais e melhor emprego, melhores salários, respeito pelos direitos, 40 horas no máximo» são as palavras de ordem que o Conselho Nacional da CGTP apontou para o próximo 1º de Maio e que constam do Manifesto da central para o Dia do Trabalhador, neste ano em que se assinala o 25º aniversário da fundação da Inter.

No Manifesto, recordando que o 1º de Maio de 1886 teve origem na luta do operariado norte-americano pela redução da jornada de trabalho para 8 horas, reafirma-se a exigência de que 1995 seja, em Portugal, o ano da institucionalização legal do horário máximo de 40 horas semanais. «Portugal não pode continuar a ser o país da União Europeia com os horários de trabalho mais elevados, com os salários mais baixos e com o nível de protecção social mais reduzido», afirma a CGTP.

Depois de sublinhar que «não é com o actual modelo económico neoliberal que se resolvem os graves problemas do País», o Manifesto exige «outro rumo»:

«É preciso que as próximas eleições legislativas se traduzam numa ruptura com o passado recente e tragam uma política económica de desenvolvimento e um governo com inequívocas preocupações sociais», uma vez que «só uma tal política será capaz de combater o desemprego e criar novos empregos, abolir a miséria e a exclusão social, o racismo e a xenofobia, e reduzir a toxicod dependência e a criminalidade» e «só uma tal política estará em condições de garantir o cumprimento e alargamento dos direitos dos trabalhadores e trazer mais segurança aos cidadãos».

«É necessária uma nova política que promova a democracia política, económica, social e

cultural no País», conclui o Manifesto.

Todos ao 1º de Maio!

A CGTP leva a cabo iniciativas de comemoração do Dia Mundial do Trabalhador em dezenas de localidades do Continente e Regiões Autónomas. No momento do fecho desta edição, o departamento de informação da central divulgou uma lista de algumas das acções já marcadas:

Lisboa - concentração, às 15 horas, no Martim Moniz, com desfile para a Alameda Afonso Henriques;

Porto - às 15 horas, na baixa, comício, seguido de espectáculo

com a «Ronda dos Quatro Caminhos»;

Setúbal - 15 horas, no Jardim do Quebedo;

Aveiro - comício-festa, às 15.30 horas, no Largo da Estação;

Beja - a partir das 11 horas, no Parque das Merendas;

Bragança - na Praça 1º de Maio, a partir das 15 horas;

Coimbra - na Praça da República, a partir das 15 horas, com festival de folclore e actuação de Manuel Freire;

Covilhã - convívio, desde as 14 horas, no Parque da Floresta, e comício-festa às 18.30, no Pelourinho;

Évora - na Praça do Giraldo, às 11 horas;

Faro - a partir das 16 horas, na Alameda João de Deus, desfile seguido de espectáculo com música popular portuguesa;

Funchal - no Parque de Santa Catarina, a partir das 18 horas;

Guarda - no Jardim José de Lemos, a partir das 15.30 horas;



Guimarães - no Jardim da Alameda;

Marinha Grande - concentração na Praça do Vidreiro, às 16 horas, e espectáculo de música popular portuguesa, às 17.30, na Praça Stephens;

Ponta Delgada - na Praça 5 de Outubro;

Portalegre - no Jardim da Corredoura, às 18 horas;

Santarém - no Jardim da Rodoviária, festa-comício a partir das 15 horas;

Viana do Castelo - na Praça da República, a partir das 15 horas;

Vila Real - na Avenida Carvalho Araújo, a partir das 15.30 horas;

Viseu - no Rossio, a partir das 14.30 horas.

Na CP e na Telecom

Discriminação salarial segue para os tribunais

A Comissão de Trabalhadores da CP anunciou segunda-feira que já deu início a um processo judicial contra o Conselho de Gerência, depois de ter conhecido que este tenta impor «uma brutal discriminação salarial» na empresa.

Segundo a CT, a Direcção de Recursos Humanos da CP «prepara uma carta, a enviar aos trabalhadores não filiados nos sindicatos que subscreveram acordos recentes com a empresa, no sentido de lhes dar conhecimento de que serão considerados aderentes individuais e por omissão, dos referidos acordos, se não enviarem a declaração negativa, cuja minuta é generosamente fornecida aos visados».

Esta tentativa de discriminação prejudica «milhares de trabalhadores» e «está, à partida, chumbada por jurisprudência do Supremo Tribunal, que já emitiu diversos acórdãos contrários à prática que o CG pretende inaugurar no caminho-de-ferro».

Admitindo anular a acção judicial «se o CG, arrepiando caminho, se comprometer ao pagamento dos aumentos estabelecidos, ainda este mês, através de um processo intercalar», a Comissão de Trabalhadores sublinha que «os problemas da CP e do caminho-de-ferro só se podem resolver com os ferroviários e nunca contra os ferroviários» e apela ao Conselho de Gerência «para que abandone as suas posições de confronto ideológico e procure criar na empre-

sa um clima de diálogo construtivo, que envolva todos os representantes legítimos dos trabalhadores e não só os da sua preferência política».

Na semana passada, já a federação dos Ferroviários tinha protestado publicamente contra o facto de o CG da CP ter mandado processar valores salariais diferentes aos trabalhadores associados nos sindicatos da FSTFP/CGTP-IN e aos não sindicalizados. A federação considerou tal procedimento «uma posição de chantagem» do CG para tentar obter o acordo dos trabalhadores a alterações «prejudiciais» das regras de prestação de trabalho.

Reagindo a mais esta ilegalidade, a Comissão Executiva da CGTP-IN escreveu ao ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, protestando porque, «à semelhança do que já aconteceu noutras empresas tuteladas por vossa excelência - casos da Rodoviária do Sul do Tejo, TAP e Telecom - vem agora o CG da CP fazer constar o propósito de discriminar salarialmente os trabalhadores em função da sua filiação sindical». A Inter, reclamando medidas e instruções que evitem a consumação das intenções dos responsáveis da CP, refere a Ferreira do Amaral que «o recurso a este tipo de ilegalidades se tem verificado, exclusivamente, em empresas tuteladas por vossa excelência, o que é significativo do modo como esse Ministério entende as relações laborais e do respei-

to que lhe merecem os trabalhadores portugueses».

Também o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Telecomunicações anunciou, logo depois da Páscoa, que o seu gabinete jurídico está a preparar um processo contra a discrimi-

nação salarial praticada pela administração de Luís Todo Bom na Portugal Telecom. Segundo o Sintel, este «vai ser seguramente o processo mais numeroso relativo a problemas de ordem laboral jamais julgado em tribunal», uma vez que

envolverá «várias centenas» de trabalhadores.

«A história do movimento sindical em Portugal não conhece nenhum caso semelhante em que não fosse dada razão aos trabalhadores e, no nosso caso, certamente que a decisão será a

mesma», prevê o sindicato, num comunicado em que dá conta ainda de que já começaram a ser convocadas as testemunhas no processo suscitado pela queixa-crime que apresentou contra alguns administradores e directores da Portugal Telecom.

Ronda da CGTP começa com resposta positiva

Uma delegação da CGTP-IN reuniu-se na passada segunda-feira, no centro de trabalho da Soeiro Pereira Gomes, com o secretário-geral do PCP, iniciando uma série de encontros pedidos pela central aos partidos políticos para dar a conhecer e discutir a «plataforma para uma nova política económica e social», aprovada recentemente pelo plenário nacional de sindicatos.

Em declarações prestadas à comunicação social no final da reunião, Carvalho da Silva congratulou-se por ter havido uma «resposta positiva» do PCP às propostas da CGTP. O coordenador da Inter salientou que esta iniciativa tem por objectivo «encontrar caminhos para uma nova política», ou seja, obter compromissos dos partidos

políticos «perante os portugueses» acerca da realidade nacional, dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores, das suas causas e responsáveis, e das soluções preconizadas.

Carlos Carvalhas declarou que, para os comunistas, «é ponto assente que, sem aumento dos vencimentos da Administração Pública, sem aumento dos salários e das reformas em geral, não haverá retoma, nem desenvolvimento, nem recuperação do emprego». O secretário-geral do PCP salientou que o aumento do poder de compra da população e a defesa dos direitos dos trabalhadores são linhas fundamentais para se promover o alargamento do mercado interno, o investimento e o emprego, a concretização da justiça social e do desenvolvimento.

«O combate contra os despedimentos e o desemprego, pela melhoria do nível e qualidade de vida da população e pela defesa e valorização da produção nacional são, no momento presente, três grandes direcções da intervenção do PCP e da CDU» - frisou Carlos Carvalhas.

Na reunião participaram ainda Domingos Abrantes, Jerónimo de Sousa e Rosa Rabiais, pelo PCP, e José Ernesto Cartaxo, Manuel Lopes, Emídio Martins e Jerónimo Rodrigues, pela CGTP.



O desemprego e as medidas para o combater mereceram destaque na reunião entre a CGTP e o PCP

Privatizações na Banca

A concentração do capital e a vampirização dos recursos

O Grupo Parlamentar do PCP responsabilizou o PSD, mas também o PS, pela política de privatizações prosseguida na banca, considerando que a actual concentração do capital financeiro que delas resulta constitui uma "autêntica vampirização dos recursos e dos sectores produtivos do País". Alexandrino Saldanha, que levou esta questão a plenário em intervenção antes da ordem do dia proferida numa das sessões plenárias da semana passada, a propósito da situação sociolaboral no sector, foi mesmo mais longe e reclamou o "fim imediato das privatizações", alegando que para além de constituírem um "verdadeiro saque do património público", elas são uma "fonte de desemprego" e um "factor de transferência de decisões económicas e políticas para o estrangeiro".

Em causa está, sobretudo, o que a formação comunista considera serem os resultados da política de direita, traduzidos no caso vertente numa "afrentosa política de gestão de pessoal", cujos traços essenciais podem ser resumidos na desumanização das relações de trabalho, no arbítrio, no mais completo secretismo e falta de diálogo, no desprezo pelos recursos humanos de cada empresa e pela sua experiência adquirida.

Disso mesmo são testemunho, dos variadíssimos exemplos elencados por Alexandrino Saldanha, a degradação das condições de trabalho e a violação dos direitos legais e contratuais, o não cumprimento do horário de trabalho e o recurso pelos bancos a empresas de prestação de serviços para alugar trabalhadores mais baratos

e em situação precária, o recurso aos contratos a termo e a intensificação dos ritmos de trabalho.

Lembrada pelo deputado comunista foi ainda a não contagem do tempo de serviço militar para efeitos de reforma e a degradação dos salários reais, bem como as tentativas de divisão dos trabalhadores (com a atribuição de benesses e remunerações compelmentares a alguns), aliando "o aliciamento com a insegurança, a instabilidade, a repressão e o medo".

Referenciados por Alexandrino Saldanha foram ainda os casos que revelam como os direitos dos trabalhadores e suas estruturas representativas são postergados, do mesmo modo que são desrespeitadas as normas contratuais, visando uma "ampla desregulamenta-

ção das relações laborais" que permita às administrações instaurar o «quero, posso e mando» nas empresas.

A recusa das administrações em fornecerem informações como estipula a Lei às comissões

de trabalhadores, assim desrespeitando o direito de participação e de exercício do controlo de gestão constitucionalmente consagrados, constitui outro exemplo do quadro actual existente na banca portuguesa.

"Apesar de se terem efectuado eleições para os representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão em todos os bancos do Sector Empresarial do Estado - recordou a propósito Alexandrino Saldanha - em

nenhum caso os gestores eleitos pelos trabalhadores tomaram posse", nem mesmo no Banco de Portugal, observou, "que devia ser o primeiro a dar o exemplo de respeito pela legalidade democrática".

Educação pré-escolar

Um balanço desastroso

Uma pura "manobra de propaganda", assim apelidou o deputado comunista Paulo Rodrigues o recente anúncio pelo Primeiro-Ministro e pela ministra da Educação de medidas destinadas a aumentar a rede de educação pré-escolar. Estava-se no período antes da ordem do dia da sessão plenária realizada faz hoje oito dias e a questão foi suscitada pelo deputado comunista na intervenção que produziu dedicada no fundamental precisamente ao tema da educação pré-escolar.

Marcado por um tom muito crítico, o discurso do parlamentar do PCP nas suas linhas essenciais acabou por fazer a demonstração de que - no quadro de "mercantilização da educação e do ensino" e de "desvalorização da escola pública" que têm caracterizado a acção dos governos PSD à frente da pasta da Educação -, também a educação pré-escolar sofreu as consequências de uma política errada, executada à revelia dos preceitos constitucionais e do estipulado pela

Lei de Bases do Sistema Educativo.

O melhor testemunho desta realidade é mesmo o facto de o PSD, depois de quinze anos de governação, não ter elaborado o plano de desenvolvimento da rede prevista no Estatuto dos Jardins de Infância publicado em 1979, de que resultou a proeza de Portugal continuar com a mais baixa taxa de cobertura por estabelecimentos de educação pré-escolar de entre os países europeus.

Não se ficam por aqui, todavia, os exemplos que atestam o imobilismo do Governo. Recordados por Paulo Rodrigues foram também a manutenção dos níveis de desemprego entre os educadores e a ausência de melhoria da sua formação inicial e contínua, bem

como, noutra plano, a não melhoria das suas condições de trabalho e a continuação das desigualdades remuneratórias.

Verberadas pelo deputado comunista foram ainda a inércia governamental no que se refere à melhoria da formação do pessoal auxiliar, a não dotação de verbas e material pedagógico para os jardins de infância, e, por último, a falta de articulação entre o pré-escolar e o primeiro ciclo.

Mas se o balanço da acção governativa justifica, neste capítulo, uma nota negativa -

são de molde a tranquilizar quantos defendem, como é o caso do PCP, uma rede pública de jardins de infância, ou seja, a "criação de um sistema público, universal e gratuito que garanta a todas as crianças o acesso à educação pré-escolar."

Para este mesmo aspecto chamou a atenção Paulo Rodrigues, ao fazer notar que, a concretizarem-se os projectos anunciados, acentuar-se-á a diminuição da rede pública e o aumento da privada, com o aumento das desigualdades



que o debate pela intervenção da deputada Anabela Matias (PSD) só veio confirmar -, as medidas anunciadas não permitem antever melhorias e não

existentes, do mesmo modo que em vez da gratuidade, disse, assistiremos àquilo que eufemisticamente o Governo chama de mensalidades.

Lei de Imprensa

A tentação do controlo da liberdade de informação

O Grupo Parlamentar do PSD confirmou no Parlamento, com os votos contra do PCP, PS e CDS/PP, o diploma governamental com alterações à Lei de Imprensa vetado duas vezes pelo Presidente da República. As alterações à Lei de Imprensa, recorde-se, foram também enviadas por Mário Soares para o Tribunal Constitucional, que se pronunciou pela sua constitucionalidade, sendo depois vetadas pela segunda vez.

Entre o primeiro e o segundo vetos, a bancada da maioria acabou por introduzir alterações ao diploma, nomeadamente na parte relativa ao Direito de Resposta. A versão inicial do diploma determinava a obrigatoriedade da publicação da resposta no mesmo local da notícia ou artigo considerado difamatório. Se a notícia tivesse sido publicada na primeira página, o desmentido teria de ser publicado obrigatoriamente no mesmo local.

Interpretando este dispositivo inicialmente previsto no diploma, Odete Santos, em nome da bancada comunista,

referiu que com ele o PSD queria "obrigar os periódicos a publicar todas as respostas, ainda que estas se cifrassem no consentimento de crimes contra jornalistas".

De todo o modo, apesar do recuo da maioria, Odete Santos para quem o Decreto é uma "lei aleijadinha, moldada pelas necessidades de controlo da liberdade de informação" - considerou que a adaptação do diploma ao texto constitucional não facilitou ao cidadão comum "o exercício do direito de resposta", que, em sua opinião, "continuará a debater-se por

interpretações divergentes dos preceitos da Lei que seguem inalterados".

Verberado pela deputada comunista foi igualmente o preceito no diploma que elimina a intervenção dos representantes dos jornalistas, o que, em seu entender, "não só enfraquece os direitos dos jornalistas, como fragiliza o equilíbrio entre a liberdade de expressão, a liberdade editorial e a liberdade face à imprensa".

"O que está em causa, para o PSD, é a recuperação para o Poder do abuso sobre a imprensa, da prerrogativa da opacidade, da recuperação de imunidades abusivas que se querem preservar da crítica da opinião pública", concluiu Odete Santos, dando como exemplos deste "autêntico abuso de Poder" os brutais agravamentos das multas e a imposição de preços processuais que podem inviabilizar o próprio direito de defesa.

Direito de Antena

Sim ao princípio não às soluções

Baixou à Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais a proposta de lei que prevê a extensão dos tempos de antena nas eleições presidenciais e legislativas à televisão e rádios. Debatido na semana transacta, com a presença do secretário de Estado adjunto do Ministro da Administração Interna, Carlos Encarnação, o diploma mereceu o acordo de princípio dos partidos da oposição, mas não escapou a sérias críticas quanto a algumas das soluções nele preconizadas.

Entre as divergências referenciadas conta-se por exemplo a redução do tempo de emissão diário, diminuição que no entender do deputado comunista António Filipe constitui uma "forma capciosa de desvalorização dos tempos de antena", de que resultam prejuízos para "o esclarecimento dos eleitores e para as condições de igualdade das várias candidaturas no acesso à comunicação social".

Se o alargamento da emissão dos tempos de antena eleitorais às rádios e televisão privadas obteve, pois, a concordância da generalidade dos partidos da oposição, já o mesmo não se pode dizer, por outro lado - e este foi outra questão para a qual António Filipe chamou a atenção -, quanto ao regime sancionatório a aplicar aos operadores que não cumprirem o disposto no diploma, uma vez que a lei não precisa qual a entidade que aplica as coimas e qual o montante dessa sanção, diferenciada para o caso das rádios e das televisões.

Este aspecto afigura-se da maior importância, porquanto, como observou António Filipe, se o legislador não disser quem as aplica "repetir-se-á o regime lamentável que ainda está em vigor relativamente às sondagens e que é extraordinariamente simples: ninguém aplica".

Carlos Carvalho nas comemorações de Abril

"O tempo é de lançar novas sementes"

As comemorações oficiais do 25 de Abril voltaram a ter um dos seus pontos altos na sessão solene que reuniu, terça-feira, na Assembleia da República, numerosas personalidades e representantes de várias entidades e organismos, de entre os quais importa destacar os militares de Abril que acompanharam os trabalhos das galerias do hemiciclo.

Presidida por Mário Soares, que interveio no final, a sessão foi preenchida pelas intervenções de Barbosa de Melo, Presidente da Assembleia da República, e de representantes de todos os partidos com assento parlamentar, cujo conteúdo reflectiu naturalmente as diferentes sensibilidades quanto à avaliação da situação presente e ao curso das transformações democráticas que se operaram no País.

Em nome da formação comunista, interveio Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP, cujo discurso reproduzimos na íntegra:

Há vinte e um anos, no dia 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas e o Povo de onde emanavam juntaram as suas vontades e as suas forças e, num dos momentos mais luminosos da nossa história, romperam as grilhetas com que o fascismo prendia a Nação, para construir um renovado País, de liberdade, de justiça e de esperança.

Um ano depois, há vinte anos, as mesmas vontades e a mesma força emanada do Povo e do Movimento das Forças Armadas chamaram o povo português a eleger com o seu voto a Assembleia Constituinte, mandatada para aprovar a Constituição e para nela inscrever o sentido de progresso cívico e social e as conquistas que constituíam o património rico da Revolução de Abril.

Por esses actos, o País deve antes de tudo a homenagem, que mais uma vez prestamos, simbolizada nos que neste momento se sentam nas galerias da Assembleia da República, aos corajosos Capitães de Abril, à sua audácia, generosidade e civismo, que podem e têm sido esquecidos e marginalizados pelos que nunca se conformaram com a revolução dos cravos, mas que nunca serão esquecidos pelos que amam a liberdade e a justiça acima de tudo.

O 25 de Abril, como processo histórico concreto, aqui o afirmamos com clareza, é indissociável nestes seus dois momentos: primeiro, o acto revolucionário e popular, de ruptura com o passado de opressão, de construção de um novo Portugal; depois, a consolidação institucional das transformações operadas com a luta popular e a sua consagração, com a força de uma escritura, chancelada pelo voto do povo e pelo mandato que conferiu aos Deputados constituintes.

A Constituição da República aprovada pela Assembleia Constituinte correspondeu de forma inegavelmente expressiva a esse objectivo. Nela se encontraram e fixaram os traços significativos e marcantes da democracia política, económica, soci-

al e cultural que a Revolução do 25 de Abril construiu e conquistou.

Por isso, ao longo destes anos, ao mesmo tempo que nas instituições, nas praças e nas ruas de Portugal - nas praças e nas ruas que o povo conquistou! - celebramos o 25 de Abril evocando a Revolução popular; também nas mesmas instituições e nas mesmas ruas e praças lutávamos com o povo de Abril em defesa das conquistas da Revolução consagradas na Constituição tal como foi elaborada pelos Constituintes de há 20 anos.

Em todo este tempo, no decurso dessas lutas, muitas e significativas foram as conquistas da Revolução que os seus inimigos conseguiram destruir. A cada golpe sobre esse património de transformações, o país de Abril ficava mais pobre e a democracia mais espartilhada. Rudes golpes foram desferidos contra a democracia económica: hoje novamente os velhos senhores refazem, à custa do património público, num processo de mão baixa, opaco e clientelar, os seus impérios, ameaçando, com o seu reconquistado poder, as próprias instituições políticas junto do voto popular. Rudes golpes caíram igualmente sobre a democracia social: fragilizou-se até à exploração cruel a posição dos trabalhadores nas relações de trabalho. A política dos pacotes laborais reduziu drasticamente os direitos dos trabalhadores e, enquanto se fizeram fortunas meteóricas e se assistiu à insolente exibição da riqueza polarizada à custa de recursos públicos e de actividades especulativas e parasitárias, alastrou o desemprego, o trabalho precário, os salários em atraso, a miséria e a exclusão social.

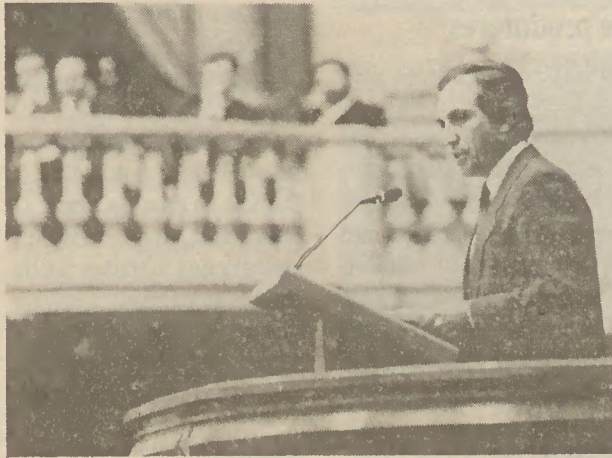
Também o exercício das liberdades e a democracia política sofreram sérios retrocessos ao longo destes anos. Até ao ponto que hoje e aqui, não poder ficar sem clara e frontal denúncia, de se ver agora uma espécie de nova polícia de informações políticas ao serviço do Governo,

o SIS, actuar contra o exercício das liberdades fundamentais, actuar contra os trabalhadores, os estudantes, os agricultores que, lesados pelas políticas do Governo, se manifestam legitimamente condenando essas políticas e lutando pela sua substituição.

Comemoramos o 25 de Abril aqui na Assembleia da República e fazemo-lo com a mesma alegria e confiança com que juntamente com o Povo de Abril, o vamos comemorar nas praças e nas ruas do nosso país, hoje durante todo o dia.

Mas comemoramo-lo hoje mais pobres.

O património do 25 de Abril tem vindo a ser liquidado pelas mãos dos seus inimigos, quase sempre disfarçados de devotos democratas, ou de notários da democracia.



Por isso, quando vemos alguns que dizem este ano ir comemorar o 25 de Abril, quando não o fizeram ao longo destes anos, quando vemos que esses foram dos que sempre e em todas as batalhas decisivas estiveram contra o património de transformações democráticas do 25 de Abril, então fica uma dúvida, seguramente legítima: se o que querem realmente é

comemorar mesmo o 25 de Abril, ou aproveitar o seu prestígio em ano eleitoral ou se não pretendem antes celebrar tudo o que fizeram ao longo destes anos para apagar a sua memória e para liquidar o essencial dos seus ideais e dos seus valores. Fazem-no por saberem que ele continua profundamente ancorado no coração do povo português.

Mas, o tempo não é de balanço. Olhamos para o nosso passado próximo para nele robustecermos a nossa vontade de lutar pelos valores de Abril. O tempo de hoje é o de lançar novas sementes, para serem fecundadas nas lutas e na determinação popular que se reforça e alarga, mas também no voto popular que se aproxima. Novas sementes para uma mudança profunda da política nacional, para a

modernização da indústria, da agricultura e das pescas. Que assumo o papel de Portugal no Mundo como uma Nação soberana, capaz de entender e aproveitar a crescente interdependência, mas sem perder a sua identidade e a sua autonomia de decisão, a sua capacidade de defender e prosseguir com firmeza os interesses próprios.

Que realize uma indispensável moralização da vida política, hoje inquinada por uma prática de governo e de direcção superior da Administração Pública marcada por escândalos, por opacidades, por tráfico de influência, por casos de indignidade e também de inaceitável impunidade. E manifestamos aqui o nosso combate de ontem e de hoje pela transparência da vida política, com a coerência de sempre expressa inclusivamente em votação e sem precisarmos de provar a ninguém o que pensamos sobre esta matéria, combate e debate que, passa também pela moralização do financiamento dos partidos, acabando com o imoral e injustificado financiamento pelas empresas.

Estas comemorações do 25 de Abril são um momento de luta e um momento de renovar a esperança, para os trabalhadores e para as trabalhadoras, para as portuguesas e portugueses. Um momento para se reafirmar que o povo pode viver melhor numa sociedade mais justa. Há um outro caminho que as «Portas de Abril abriram», que é necessário retomar e impulsionar, o de um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação. O de um Portugal de desenvolvimento e de democracia. O de um Portugal livre, independente e soberano.

Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

reconduzir às esperanças e aos ideais que nortearam o 25 de Abril.

É preciso hoje dizer, particularmente à juventude, que essas esperanças e ideais do 25 de Abril são hoje o que autenticamente exprimem a modernidade de Portugal, como o país que se quer de novo apostado na democracia, na liberdade, na justiça, na solidariedade, no desenvolvi-

mento e na afirmação da soberania e da independência nacional. É preciso dizer que a negação dessa modernidade está numa política que promoveu o aumento da pobreza, da exclusão social, do flagelo da toxicod dependência e da insegurança.

Numa política que acentuou as diferenças regionais (toda a zona interior, desde Trás-os-Montes até ao Alentejo, está hoje mais longe da média europeia).

Numa política que fez da corrupção e do clientelismo práticas correntes que imprimiram os fundamentos da vida social.

Numa política sem dignidade no plano externo, de capitulações constantes (como são exemplos recentes os casos das pescas e da Renault) que atingem os interesses nacionais e os interesses dos trabalhadores.

Numa política que esquece a solidariedade que é devida aos que dela carecem.

Comemoramos assim o 25 de Abril com a determinação de concretizar uma profunda mudança de política. Que valorize e dignifique o mundo do trabalho. Que dê espaço de afirmação à juventude e apoie os seus projectos de vida, que faça à Terceira Idade a justiça de uma vida útil e digna. Que combata as discriminações que atingem a mulher e apoie o seu papel na sociedade e na família. Que exclua a exclusão. Que faça assentar o progresso do país nos sectores produtivos, incluindo o fortalecimento e



No âmbito das comemorações do 25 de Abril promovidas pela Assembleia da República, realizou-se, segunda-feira, no Salão Nobre, uma sessão cultural preenchida com peças interpretadas pelo Coro "Lopes-Graça" da Academia de Amadores de Música e pela Orquestra Metropolitana de Lisboa. Aproximadamente seis meses depois da morte de Fernando Lopes-Graça, a presença num acto comemorativo da Revolução de Abril do coro por si criado e que agora tem o seu nome constitui sem dúvida uma homenagem à sua vida e obra e é o reconhecimento do seu papel ímpar na cultura portuguesa do nosso século.

CNA exige medidas excepcionais

Geadas e seca são calamidade nacional

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura - considerou em comunicado que «as geadas e a seca são calamidade nacional» exigindo «medidas excepcionais de apoio governamental.»

Para a CNA, as geadas que têm assolado vastas regiões do país, causando prejuízos nas culturas de fruta, vinha e batata, «justificam a declaração urgente de calamidade pública». A Confederação solicitou já uma audiência especial ao primeiro-ministro para expor esta a sua posição, e pretende agendar encontros com outros representantes dos órgãos de soberania e eurodeputados para um pedido de intervenção nas instâncias comunitárias.

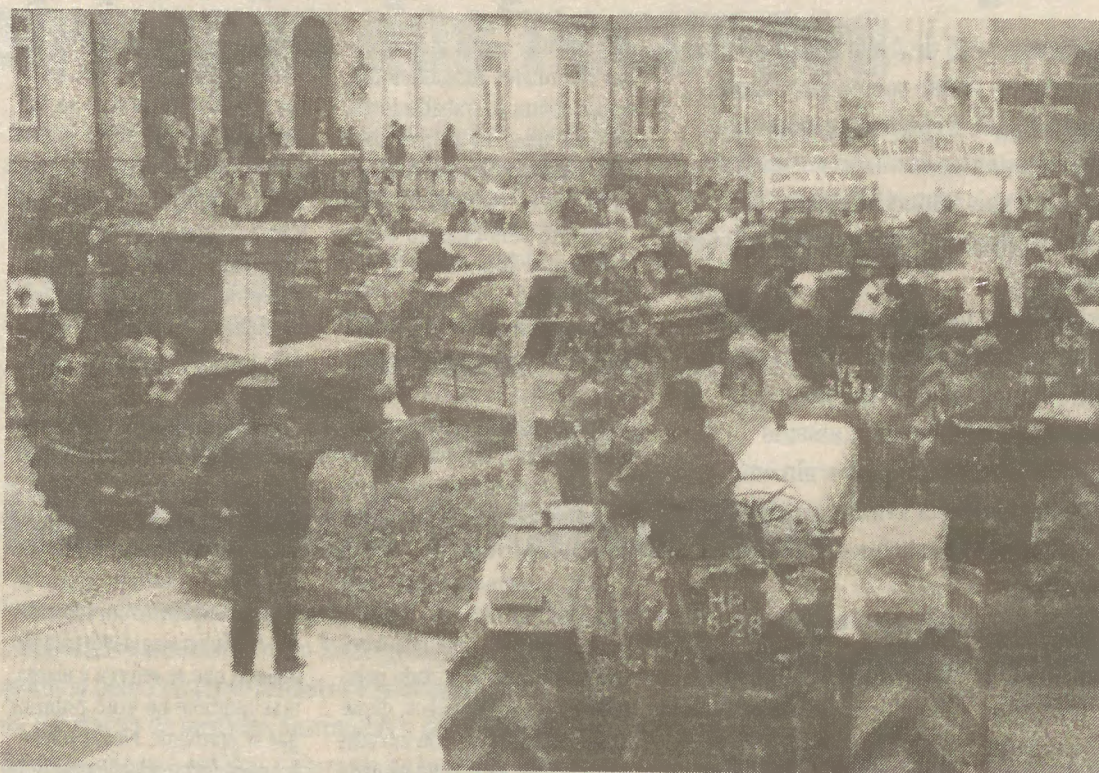
«É uma situação de catástrofe e de verdadeiro drama para dezenas de milhares de agricultores e suas famílias, situação que vem agravar os já por si dramáticos efeitos da prolongada seca, que também se faz sentir de norte a sul e com especial incidência no Alentejo», diz a nota da CNA distribuída na passada segunda-feira.

Entre as medidas exigidas pela CNA conta-se: a declaração de calamidade pública para as regiões afectadas, o levantamento de prejuízos causados pela seca e geada com vista à rápida atribuição de indemnizações a fundo perdido e a revisão dos seguros de colheita bem como a cobertura das dívidas anteriormente assumidas pelos agricultores por causa de outras intempéries.

«A CNA não aceita de nenhuma forma as desculpas e esquivas do senhor ministro da Agricultura que diz “não haver dinheiro”», lê-se.

A Confederação lembra o facto de o Governo já ter este ano atribuído 60 milhões de contos a não mais de 500 famílias de proprietários absentistas do Alentejo e Ribatejo, a que se soma outro tanto já antes concedido.

Por outro lado, a CNA exige igualmente uma intervenção governamental junto da União Europeia (UE) para obter apoios financeiros. «Convém lembrar que, muito recentemente, países como a Holanda, a França, a Bélgica e a Alemanha obtiveram apoios de excepção por parte da UE para os prejuízos das inundações», recorda a CNA.



Os produtores de leite, mobilizados pela ALDA, concentraram-se em Avanca no sábado, para um desfile até Ovar. A marcha das 70 máquinas agrícolas percorreu os 12 quilómetros em duas horas, ao longo da Estrada Nacional nº 109

Marcha de produtores de leite e carne

Os agricultores produtores de leite e carne dos concelhos de Estarreja e Ovar desfilaram no passado sábado de Avanca até Ovar, numa acção promovida pela Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA), com o objectivo de sensibilizar a opinião pública «sobre a

situação de ruína que atravessa o sector» e dizer ao Governo «que tem de inverter a sua política de destruição» da produção nacional de leite e carne.

Os agricultores recusam a sua falência e acusam o Governo de estar por detrás da sua situação, ao ter encerrado a maioria dos matadouros da região, ao permitir a asfixia financeira do matadouro cooperativo da UNIAGRI e ao gastar milhares de contos em

matadouros «que em alguns casos nem sequer chegam a abrir», lê-se num comunicado enviado ao ministro da Agricultura e às estruturas oficiais que regem a agricultura da região.

Os agricultores acusam também o Governo de os prejudicar ao permitir a invasão de carne e produtos lácteos estrangeiros, «para cúmulo, é o próprio Governo que acaba de entregar o fornecimento de leite escolar à

Grande Lisboa a uma empresa espanhola».

Os produtores estão também contra a baixa do preço à produção, da ajuda compensatória da Comunidade e acham insuficiente e «mesmo demagógica» a medida que atribui licenças simples para a condução de motocultivadoras porque não abrange 95 por cento das existentes, pois para guiar motocultivadoras a partir de mil quilos é necessário carta de condução.

Homenagem a Ary na Voz do Operário

A memória viva do Poeta da Revolução de Abril

No ano em que se comemora o 21º aniversário da Revolução, um grupo de artistas, intelectuais e instituições lançou a ideia de se promover uma homenagem ao «poeta da Revolução de Abril», tal como o próprio José Carlos Ary dos Santos sempre gostou de se identificar. Será no próximo domingo e, sob o signo «Poeta Castrado, Não!», essa homenagem constará de quatro momentos: uma romagem ao cemitério de Alto de S. João (12 horas), a inauguração de uma exposição fotobiográfica e uma sessão de poesia em café-concerto, ambas às 18 horas na Voz do Operário, local onde, a partir das 22 horas, decorrerá um espectáculo musical.

No espectáculo, a organização anuncia a participação de António Victorino D'Almeida, Beatriz da Conceição, Cândido Mota, Canto e Castro, Carlos do Carmo, Fernando Correia, Fernando Tordo, Luísa Basto, Maria Armada, Olga Pratz, Opus Ensemble, Paulo de Carvalho, Simone de Oliveira e Tonicha.

O Opus Ensemble, com Anabela Chaves, executará uma peça de

homenagem a Ary dos Santos composta por António Victorino D'Almeida.

Durante o Café-Concerto, ocorrerão, de forma algo informal, momentos de poesia com a participação de Álvaro Faria, Fernanda Lapa, Henriqueta Maia, Laura Soveral, Maria do Céu Guerra, Mário Viegas, Morais e Castro, Rui Mendes e Varela Silva.

Os bilhetes para o espectáculo estão à venda na Voz do Operário e custam mil escudos.

Da Comissão Promotora desta homenagem fazem parte António Mileu, António Victorino D'Almeida, Augusto Sobral, Beatriz da Conceição, Cândido Mota, Canto e Castro, Carlos do Carmo, Carol, Fernanda Lapa, Fernando Correia, Fernando Tordo, Francisco Nicholson, Henriqueta Maia, Gonçalves Preto, José Casanova, José Francisco, José Figueiredo, Judite do Carmo, Laura Soveral, Luísa Bastos, Maria Armada, Maria do Céu Guerra, Maria de Lurdes Santos, Mário Alberto, Mário Correia, Mário Viegas, Moniz Pereira, Morais e Castro, Nuno Nazareth Fernandes, Olga Pratz, Opus Ensemble, Orlando Laranjeira, Paulo de Carvalho, Paulo Gil, Rui Mendes, Simone de Oliveira, Tonicha, Varela Silva e Vítor Agostinho.

Entre os apoios de instituições à iniciativa estão os de A Voz do Operário, Câmara Municipal de Lisboa, Sociedade Portuguesa de Autores, UPAV, Valentim de Carvalho e Comissão Promotora 25 Abril (Zona Oriental de Lisboa).

Vários dirigentes do PCP vão estar presentes nesta homenagem, tendo sido anunciado que José Casanova, da Comissão Política, representará o Partido na romagem ao Alto de São João, enquanto o secretário-geral, Carlos Carvalhas, estará à tarde e à noite no Café-Concerto e no espectáculo musical.



Vila Franca em livro de Dias Lourenço

O belo salão da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira transbordava de gente, na passada quinta-feira à noite, durante a sessão de lançamento do livro «Vila Franca de Xira Um Concelho no País», da autoria de António Dias Lourenço. Muitos amigos e camaradas ali estiveram, entre os quais vários membros destacados da Direcção do Partido, militares de Abril, personalidades da cultura, sindicalistas, operários.

O livro, que se assume

como «contribuição para a história do desenvolvimento socioeconómico e do movimento político cultural» do concelho, foi edição da Câmara Municipal, cujo Presidente, Daniel Branco, esteve presente na mesa, entre Dias Lourenço e o escritor Júlio Graça, que apresentou a obra.

No final, a sessão de autógrafos foi uma «árdua tarefa» para o autor, que ali recebeu a simpatia de muitos leitores, prolongando-se depois num fraternal convívio.



«Poeta castrado, não!»: José Carlos Ary dos Santos vai ser homenageado no próximo domingo, na Voz do Operário

Utentes, enfermeiros e médicos contra negócio do Hospital Amadora-Sintra Todos perdem com privatização: doentes, trabalhadores e Estado

Utentes, enfermeiros e médicos estão contra a privatização do Hospital Amadora-Sintra nos moldes que foram anunciados pela comunicação social: entrega da sua gestão a um grupo que terá como cabeça de cartaz a portuguesa Império mas que, segundo o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, esconde uma multinacional francesa. No projecto que foi dado a conhecer é patente uma política de redução de custos que vai prejudicar seriamente quer os profissionais que aceitem ali trabalhar, quer os utentes, sobretudo os do Serviço Nacional de Saúde, que ali se deslocarem. Todos estão de acordo: estão a transformar este hospital, construído pelo Estado, «num frio e chorudo negócio», como diz a Comissão de Utentes. Ainda por cima, feitas as contas, o Estado vai gastar bastante mais dinheiro com este hospital do que se decidisse ser ele próprio a geri-lo!

A Comissão de Utentes do Hospital Amadora-Sintra agendou para hoje uma acção de esclarecimento das populações dos concelhos de Amadora e Sintra sobre este caso, com a finalidade de preparar uma jornada de protesto que se vai realizar no próximo dia 4 de Maio. Os utentes deslocar-se-ão pelas 15 horas desse dia ao Ministério da Saúde onde entregarão um documento com a sua posição.

«Alarmada» com as recentes notícias vindas a público sobre a entrega da gestão do Hospital Dr. Fernando Fonseca (vulgarmente conhecido por Hospital Amadora-Sintra), a Comissão de Utentes desse estabelecimento deu uma conferência de imprensa na sexta-feira passada onde afirmou que tais notícias «revelam a insistência do Governo num virar de costas e completa surdez perante as justas posições de estruturas do Poder Local e da própria Comissão de Utentes».

A Comissão de Utentes lembrou, entre outras acções, a entrega às órgãos de soberania e ao ministro da Saúde de um abaixo-assinado com mais de 12 mil assinaturas contra a privatização deste hospital.

O Estado é que paga

Para os utentes esta posição do Governo «mais escandalosa se torna» por o Estado ir pagar à Império cerca de sete milhões e oitocentos mil contos anuais, «importância essa substancialmente superior à que seria necessária para assegurar o funcionamento da mesma unidade de saúde em regime público», diz a nota distribuída aos órgãos de comunicação social.

Para além de esta modalidade de remuneração à Império não ter sequer cobertura legal, os Utentes pensam que a privatização do Hospital «irá ten-

derá vir a ser concretizada após a obtenção do visto do Tribunal de Contas e da celebração do contrato de gestão com o grupo financiador escolhido pelo Ministério da Saúde».

Caso tal venha a acontecer, o sindicato anuncia desde já que vai exigir a imediata negociação de um Acordo de Empresa «que garanta os interesses socioprofissionais dos enfermeiros contratados».

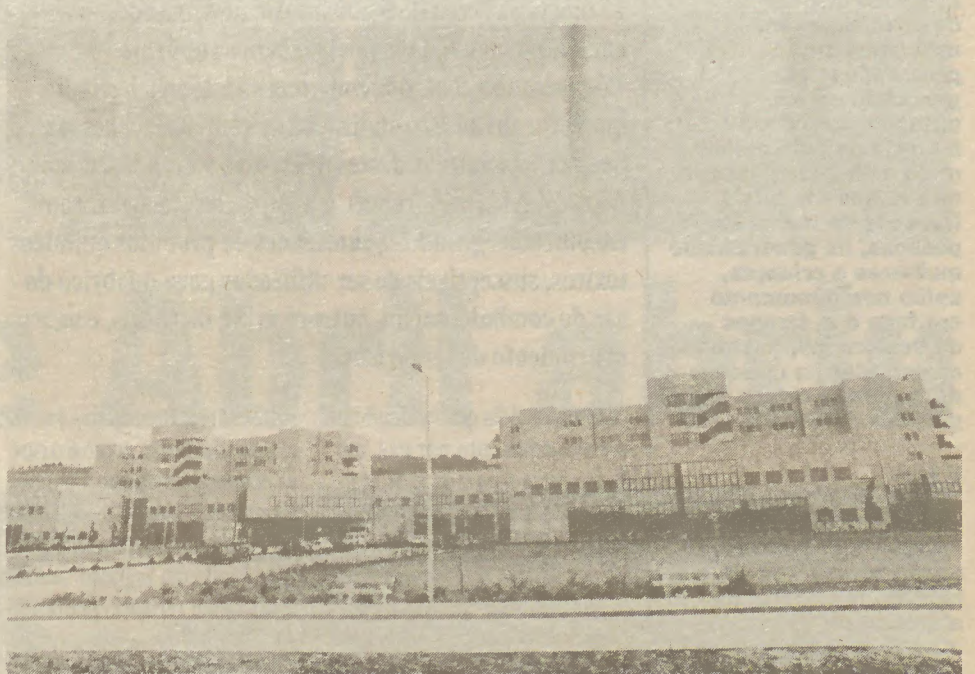
Pela análise feita por este sindicato à candidatura da Império, coloca-se a questão de estarmos perante um possível «começo do monopólio da gestão privada» dos serviços de saúde.

Por outro lado, a proposta prevê medidas de contenção de custos «perfeitamente alarmantes» de que é exemplo o número de enfermeiros previstos para o Internamento de Medicina, onde num total de 120 camas se propõem 45 enfermeiros quando, no mínimo, os hospitais públicos necessitam do dobro, o que, apesar disso, resulta numa situação de carência.

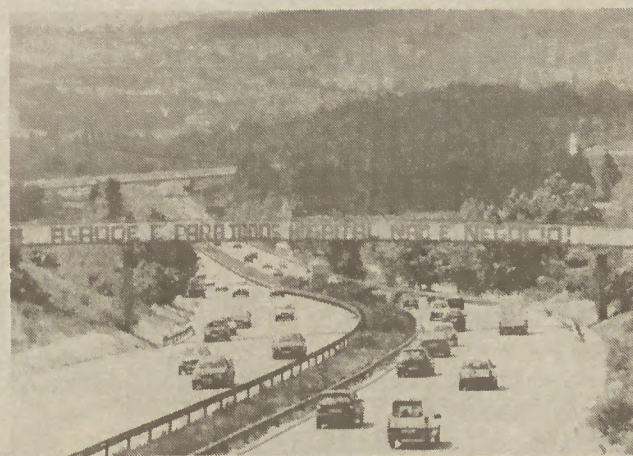
O mesmo acontece em Pediatria, onde num total de 48 camas propõem-se 22 enfermeiros, quando o serviço público, em carência, utiliza 34. Para Ortopedia e Traumatologia em 120 camas propõem-se 52 enfermeiros quando nos hospitais públicos são necessários 55 a 72 enfermeiros.

Formandos são mão-de-obra

Nesta conferência de imprensa, onde esteve a presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Maria Augusta Sousa, os enfermeiros denunciaram a óbvia degradação dos cuidados de enfermagem aos utentes que esta situação acarreta e alertam para as más condições de trabalho que esperarão os enfermeiros que aceitem ali trabalhar. «Quais os



Hospital Amadora-Sintra: quem quiser saúde, paga-a?



enfermeiros de qualidade e com experiência se aventurarão nesta nova realidade?», pergunta o sindicato.

O sindicato dos enfermeiros repudiou também «a manobra financeira» que está por detrás do anúncio da abertura de uma escola de enfermagem, pois nitidamente pretende-se utilizar os formandos como força de trabalho, com prejuízo para estes e para os utentes.

Não há garantia quanto ao regime jurídico a que venham estar sujeitos os enfermeiros da Função Pública que transitem para este hospital e os horários (das oito às 16 horas) dos serviços de Farmácia, Consultas Externas, Medicina Física e Reabilitação, Cirurgia Ambulatória, Hospital de Dia e Exames Especiais fazem suspeitar que a partir das 16

horas, na prática, o hospital funcione apenas na área de saúde privada, com esquemas complementares de funcionamento.

Multinacionais à espreita

Já antes o Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS) manifestara-se contra a privatização do hospital Amadora-Sintra e garantiu que, acontecer, tal iria exigir a «imediata negociação de um acordo de empresa».

Em conferência de imprensa ocorrida há duas semanas, que contou com a presença do presidente do SMZS, o médico Mário Jorge, o sindicato colocou também dúvidas quanto ao anúncio feito pelo Governo de que o hospital seria entregue ao «Grupo Império», já que de facto se trata de um grupo financeiro constituído por várias instituições, entre elas uma multinacional.

«Trata-se do ramo internacional do departamento de saúde do Grupo Francês da Générale des Eaux, que é uma das maiores empresas de saúde privada a nível mundial», envolvido em situações de grande controvérsia em França. Os médicos perguntam mesmo se essa multinacional, através da Générale Santé Internatio-

nal, dispõe, ou não, da maioria do capital do grupo financeiro vencedor do concurso para o Hospital Amadora-Sintra.

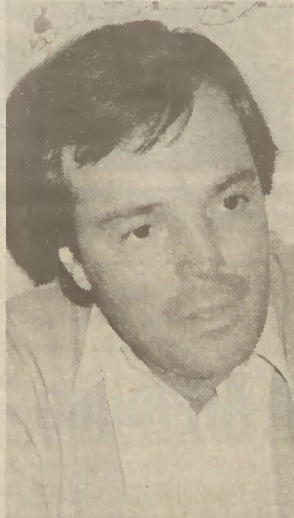
Para o sindicato trata-se de «mais um exemplo claro de favorecimento de interesses multinacionais, a coberto de empresas nacionais, à semelhança do que se está a passar com os laboratórios de análises clínicas, consultórios de radiologia e clínicas de hemodiálise».

«Imoral»

Além desta questão, o SMZS considera «imoral» que o hospital Amadora-Sintra «tenha sido construído e equipado com dinheiros públicos» e que seja agora entregue «de bandeja» a um grupo financeiro que não investiu nem arriscou quaisquer verbas para esse fim.

«Mais uma vez se verifica, na área da saúde, um exemplo claro de parasitação do sector público pelo sector privado», afirma um comunicado daquela estrutura sindical. Também este sindicato denuncia o facto de o Estado acabar por gastar mais com este hospital privatizado do que se ele fosse público.

No mesmo comunicado, o sindicato coloca dúvidas relativamente ao futuro dos médicos neste hospital, já que «não existe qualquer suporte legal que garanta a aplicação das disposições das carreiras médicas para quem optar por ir trabalhar para o hospital Amadora-Sintra», com o modelo de gestão privado e qualquer médico que aceite trabalhar neste hospital não tem garantias de poder regressar às carreiras.



Mário Jorge, presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul. Os médicos denunciam a presença das multinacionais da saúde por detrás do negócio do hospital

dencialmente criar cuidados de saúde diferenciados, conforme se trate de utentes do Serviço Nacional de Saúde ou utilizadores dos sistemas privados».

Na conferência de imprensa, os dirigentes da Comissão de Utentes, Virgílio Marrocos, Pedro Paulo e Álea Adão, o Presidente da Junta de Freguesia de Queluz, Célio Torte, António Pinho, presidente da Associação de Reformados de Queluz, dirigentes do Sindicato dos Médicos e da União dos Sindicatos de Lisboa, Filomena Ramos e José Maria Valente, da Associação dos Bombeiros Voluntários da Amadora.

Economizar ou piorar cuidados?

Por seu lado, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses tornou posição pública sobre o assunto, também numa conferência de imprensa realizada na sexta-feira, onde considera que a gestão privada do Hospital Amadora-Sintra «pretende economizar à custa dos enfermeiros e da qualidade dos cuidados de saúde».

Os enfermeiros lembram que a privatização do hospital «só



Maria Augusta Sousa, presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, no uso da palavra durante a conferência de imprensa de protesto contra o modelo de privatização do hospital Amadora-Sintra

Ruanda

Cinco a oito mil pessoas, na sua generalidade de etnia hutu, foram massacradas pelas tropas ruandesas num dos nove campos de deslocados do Sudoeste do Ruanda, Kibeho. O governo ruandês decidiu no princípio da semana passada encerrar todos os campos da região, alegando que tais campos albergam milicianos hutus, procurados pelo genocídio do ano passado, que levou à morte de pelo menos meio milhão de pessoas, na sua maioria tutsis. Dezenas de milhar de pessoas, na generalidade mulheres e crianças, estão neste momento em fuga dos campos de deslocados, enchendo as estradas na direcção de Butare, a cidade mais próxima de Kibeho.

EUA

Mais de 80 mortos (incluindo quase duas dezenas de crianças) é o balanço provisório do atentado de Oklahoma, calculando-se em cerca de 150 o número de pessoas que poderão ainda estar no meio dos destroços. Os suspeitos presos entretanto são elementos da extrema-direita e pertencem à Milícia de Michigan, que tem ramificações em pelo menos nove estados norte-americanos, sobretudo rurais, conservadores e de maioria branca. Esta milícia foi criada pouco depois da nova lei anticrime que restringe a posse de armas por civis. Como forma de luta, organizam jogos de guerra. O atentado terrorista teve lugar em 19 de Abril, e admite-se que tenha ligação com o facto de nesse mesmo dia, em 1993, o FBI ter lançado o seu ataque à sede da seita dos davidianos em Waco, Texas.

Direitos humanos

A Arábia Saudita executou, pelo menos, 90 pessoas, no início de 1995, denunciou a Amnistia Internacional, expressando preocupação com o "ritmo avassalador" das execuções. Segundo a organização de defesa dos direitos humanos, as 90 execuções registadas desde Janeiro ultrapassaram os totais dos anos mais recentes: 66 execuções reportadas em 1992, 88 em 1994 e 53 em 1994.

A Amnistia Internacional afirmou-se também preocupada com os procedimentos judiciais na Arábia Saudita. "Os réus não têm o direito a ser formalmente representados por advogados de defesa, durante os julgamentos, e as confissões, mesmo quando obtidas sob tortura, são aceites como prova pelo tribunal, podendo mesmo constituir a única prova na qual é baseada a acusação", denunciou.

Japão

Crise e terrorismo em clima de medo

O medo instalou-se nas cidades japonesas. Um mês depois do atentado no metropolitano de Tóquio, que fez 12 mortos e cerca de 5.000 intoxicados, sucederam-se em Yokohama, cidade portuária nos subúrbios de Tóquio, dois atentados com uma substância irritante, que levaram há hospitalização de centenas de pessoas. Suspeita da autoria destes diferentes atentados, a seita Aum (Verdade Suprema), em cujas instalações foram encontradas grandes quantidades de produtos químicos tóxicos, susceptíveis de ser utilizados para o fabrico do gás de combate, sarim, outrora arma dos nazis, e agora instrumento de terrorismo.

Uma tragédia que faz lembrar o envenenamento por gás, em Junho último, na cidade de Matsumoto, a norte de Tóquio, e que levou à morte de 7 pessoas e hospitalização de duzentas.

Um quadro de violência e instabilidade que naturalmente leva ao questionar da realidade de hoje no Japão, entretanto apresentado como um "modelo de desenvolvimento económico" e uma "democracia liberal".

Na verdade, o país vive uma situação de crise, como é reconhecido pelo próprio director geral adjunto do Banco europeu em Tóquio, C. Meyer, que, defendendo embora o modelo japonês de desenvolvimento, afirma que "o Japão atravessa a mais severa recessão desde a segunda guerra mundial".

Uma recessão que se reflecte nomeadamente na produção industrial - uma das bases da expansão económica japonesa - que em 1994 registou, pela primeira vez nos últimos 20 anos, uma diminuição de 0,1%, arrasando um número recorde de falências, em particular de pequenas e médias empresas, e um aumento de 23% do desemprego relativamente a 1993.

O desemprego - apesar de se manter a níveis relativamente baixos - tende a aumentar rapidamente com a transferência da produção para países em que a mão-de-obra é ainda mais barata, como é o caso da China e da Ásia do sudeste, e com as reestruturações, também elas ligadas à redução dos custos salariais.

Tudo isto no quadro de uma exploração particularmente intensa, que se traduz mesmo em factos dramáticos como o "karoshi" (morte devida ao excesso de trabalho), hoje reconhecido, por força das lutas sindicais, como "doença profissional".

As consequências deste modelo de desenvolvimento - quer no plano social, quer psicológicas e morais - têm vindo a ser denunciadas em estudos teóricos recentes.

"A desapietada transferência de todos os recursos humanos e materiais para as empresas - afirmava-se recentemente em documento de trabalho da Universidade internacional de Tóquio - teve como consequência natural considerar como negligenciáveis as outras neces-

sidades importantes, das pessoas e da sociedade, como é o caso da educação, o direito à política e à protecção social".

"A sociedade japonesa parece ter atingido um impasse", sublinha-se num relatório publicado a 6 de Março passado por um seminário universitário de Tóquio sobre desenvolvimento social. Os investigadores põem em causa um sistema educativo destinado a "fundir os espíritos das pessoas numa forma única de pensamento" e denunciam a falta de "valores humanos uni-

versais, como a liberdade, a igualdade e o respeito pela individualidade".

No referido relatório afirma-se que "a individualidade foi sacrificada ao comportamento de grupo". O que teve como consequência um "desinteresse trágico" por tudo o que diz respeito à transformação e ao progresso da sociedade.

As consequências desta realidade social, nomeadamente entre a juventude, e a sua ligação ao florescimento do irracionalismo e à proliferação das setas religiosas, são referidas por Fujio Ikado, professor em ciências religiosas na universidade de Obirin, que salienta: "Antigamente, as religiões serviam de apoio aos doentes e aos pobres, mas hoje são os jovens, que perderam a razão de viver, que nelas procuram uma ajuda espiritual, refugiando-se em experiências de carácter místico." Com as dramáticas consequências conhecidas.

O governo japonês registou 183.581 organizações religiosas em 1993.

Uma dose ínfima de 0,7 gramas de sarim pode provocar a morte de uma pessoa. As reservas deste veneno, com fins militares, são praticamente impossíveis de calcular, mas atingem sem dúvida algumas centenas de quilos. Quando das negociações iniciadas nos anos 90, antes da Conferência de Paris sobre o desarmamento químico (Janeiro de 1993), os Estados Unidos declararam possuir 30.000 toneladas de armas químicas e a ex-URSS 50.000.

A destruição destes estoques - e nem todos os países assinaram o tratado de Paris - ainda agora começou.



Milhares de pessoas fugiram do metro de Tóquio, quando do atentado com gás sarim

Participação do PCP no 9.º Congresso do PC Sul-Africano

Realizou-se entre 5 e 9 de Abril, em Joanesburgo o 9º Congresso do Partido Comunista Sul-Africano.

O Congresso analisou a nova situação política emergente da grandiosa vitória eleitoral do ANC em 27 de Abril de 1994.

O PC Sul-Africano, que integra o ANC partilha a todos os níveis do poder responsabilidades na condução do novo rumo político da África do Sul.

O Congresso que contou com 600 delegados, aprovou importantes documentos acerca do papel do Partido e das classes trabalhadoras na actual fase de revolução democrática nacional e quanto aos objectivos governamentais do Programa de Desenvolvimento e Reconstrução. Nelson Mandela, Presiden-

te da República Sul-Africana, fez uma comunicação ao Congresso na qual salientou a importância do contributo dos comunistas para pôr termo ao regime do apartheid, bem como a importância da unidade do ANC e do PCSA para o futuro.

O Congresso elegeu um novo Comité Central e elegeu os camaradas Charles Ngakula como Secretário-Geral, o camarada Raymond Mhlaba, como Presidente, o camarada Jeremy Cronin como Secretário-Geral Adjunto, o camarada Blade Nzimandu como Vice-Presidente e o camarada Kay Mooany como Tesoureiro.

Durante a estadia em Joanesburgo, o camarada Domingos Lopes teve encontros com o camarada Charles Ngakula, Jeremy Cronin, Essop Pahad, responsável da Secção Internacional do PCSA.



Domingos Lopes, que representou o PCP no Congresso do Partido Comunista Sul-Africano, com Nelson Mandela

Eleições em França e Itália PCP saúda avanço dos comunistas

As eleições presidenciais, em França, e regionais, em Itália, realizadas domingo passado, e de que oportunamente daremos notícia mais desenvolvida, foram marcadas por um significativo progresso dos comunistas (de dois pontos percentuais), tanto no que respeita ao Partido Comunista Francês como ao Partido da Refundação Comunista, de Itália.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou à direcção de ambos os partidos as mensagens que aqui transcrevemos.

Ao Comité Nacional do Partido Comunista Francês

Queiram aceitar as saudações mais fraternais pelos resultados obtidos pelo camarada Robert Hue na primeira volta das eleições

presidenciais. Esses resultados, que são testemunho da progressão do Partido Comunista Francês, são uma contribuição importante para a luta ulterior do PCF no interesse dos trabalhadores e do povo de França.

Ao Comité Político Nacional do Partido da Refundação Comunista (Itália)

É com satisfação que vos enviamos as saudações mais fraternais dos comunistas portugueses pelo progresso do Partido da Refundação Comunista nas eleições regionais. Trata-se de mais um facto a confirmar a necessidade indispensável de uma força comunista autónoma e unitária para a luta dos trabalhadores e do povo de Itália.



A força que Abril abriu

Quem sonha transformar as comemorações do 25 de Abril num ritual sem significado teve a resposta concludente nos desfiles, festas e manifestações realizados por todo o País, onde, mais uma vez, se destacou o desfile realizado em Lisboa entre o Marquês de Pombal e os Restauradores. A determinado momento, a multidão encheia completamente o vasto espaço constituído pela Praça Marquês de Pombal, a Avenida da Liberdade e a Praça dos Restauradores e, três horas depois de iniciada a marcha, ainda a cauda do desfile não tinha conseguido chegar junto ao palco montado nos Restauradores.

Mas não chega assinalar a enorme multidão que este ano comemorou o 25 de Abril em Lisboa para dar nota adequada do grande sucesso que foi este 21º aniversário da Revolução dos Cravos. Outras coisas houve igualmente impressionantes e significativas, emergindo da enorme massa humana que animou a baixa alfacinha de cor e festa.

Uma delas foi a presença da juventude, cujo número espectacular registado o ano passado se repetiu este ano, confirmando que a Revolução dos Cravos não só ganhou raízes como, sobretudo, frutificou entre as novas gerações. E frutificou pelo lado mais concreto e substantivo, pois a juventude que se espalhou pelo desfile não estava ali apenas para fruir a festa: os problemas concretos de desemprego, de falta de saídas profissionais, de dificuldades de acesso às universidades, foram à rua combativamente empunhados pelos jovens.

Longe vai o tempo em que a demagogia laranja arregimentava esperanças ingénuas e expectativas nunca concretizadas.

Mas não foram só os problemas dos jovens a sair à rua. Olhando o impressionante desfile de protestos, queixas e reclamações que desceram a Avenida da Liberdade nas consignas e nos panos, nos carros alegóricos e ao peito de milhares e milhares de manifestantes, obteve-se um dramático balanço da realidade portuguesa neste princípio de 1995.

Estava ali um verdadeiro discurso, ao vivo e sem rodriquinhas, do estado da Nação.

O desemprego e as falências, o trabalho precário e a violência patronal, o afundamento da economia e a fome, os dramas dos reformados e dos idosos, a insegurança dos cidadãos

que chega ao ponto de levar ao desfile de Abril a defesa das esquadras da polícia que este Governo quer encerrar, os protestos mais variados sobre a desastrosa política imposta no Ensino, na Saúde, nas Pescas, na Agricultura, na Indústria, a denúncia do caos económico para onde resvala o País, tudo ali desembocou numa denúncia vigorosa e indignada.

Uma denúncia que não surgiu passiva ou amodorrada nas marcações duma celebração - e esta é outra nota a reter. O que ali estava era luta desperta e interveniente, tecida no confronto quotidiano com problemas de toda a ordem. E identificando, com clareza, os responsáveis: o PSD e a sua política de desastre nacional, há 10 anos friamente prosseguida através de um projecto que - está mais claro do que nunca - tem por objectivo a restauração completa do regime explorador a que a Revolução de Abril travou o passo.

Daí que a festa do 21º aniversário da Revolução de Abril haja sido uma resposta contundente aos que querem arrumá-la na inocuidade de uma celebração efémera e ritualizada. Abril está vivo e foi pleno de energia que saiu à rua, pondo em marcha o que de essencial foi desencadeado com a Revolta dos Capitães, o derrube do regime fascista e os caminhos da Revolução dos Cravos: a consciência do poder das massas trabalhadoras, afinal de contas as grandes protagonistas da História e a fonte inesgotável da grandeza humana.



A festa começou no Largo Camões

O 25 de Abril, em Lisboa, começou a ser comemorado de véspera através de um espectáculo realizado no Largo Camões e promovido pelo Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa. Por volta da meia-noite, usaram da palavra o vereador responsável, António Abreu, e o «capitão de Abril» Diniz de Almeida, cujas intervenções condensamos adiante.

O espectáculo foi animado pelo Grupo de Metais do Seixal, poesia dita pelos actores André Gago e Maria João Luís, Dany Silva, Grupo «Bar e Bar», Luís Portugal e Banda, mobilizando milhares de pessoas que, ao longo da noite, deram vida e colorido ao velho Largo Camões.

Na sua intervenção, o vereador António Abreu considerou que «comemorar o 25 de Abril é um acto natural cuja adesão popular resulta de razões muito fortes que estão presentes em nós e no nosso quotidiano. Em primeiro lugar, porque o 25 de Abril gerou transformações profundas de natureza política, económica, social e cultural, provocou rupturas nas mentalidades e comportamentos, enraizou na nossa vida colectiva valores e ideais que, noutro contexto e noutras formas, são a base da maneira de estar e das aspirações das novas gerações.

«Mas é também natural comemorar Abril — acrescentou António Abreu — porque é curto o tempo histórico entre os dias de hoje, em que Portugal e os portugueses defrontam as consequências de uma política de direita prolongada, e os dias da Revolução de Abril em que as suas motivações, as suas perspectivas e realizações foram bem diferentes».

«A comparação é inevitável — disse mais adiante — como inevitável é o carácter político da comemoração e como



Um 25 de Abril sempre jovem!

No palco montado nos Restauradores, a única intervenção da magnífica comemoração do 25 de Abril em Lisboa esteve a cargo do brigadeiro Pezarat Correia, que condensamos a seguir. Mas o militar de Abril não estava só: a seu lado, além de outros militares de Abril, como Vasco Lourenço e Mário Tomé, estavam os dirigentes da CGTP-IN, Carvalho da Silva, e da UGT, João Proença e representantes do PCP (José Casanova e Octávio Teixeira), do PS (Manuel Alegre e Tito de Morais), dos Verdes, da ID, da UDP e do PRD, além de diversas organizações de juventude (do PCP, do PS, dos Verdes e da UDP).

Falando para a juventude, Pezarat Correia assinalou a sua grande adesão às comemorações do 25 de Abril e disse: «A nova geração mostrou compreender que, apresentando-se embora com diferentes contornos os patamares e os objectivos da sua luta de hoje, esta só é possível porque o patamar anterior foi vencido — e com que custos — pela geração precedente. Ao receberem uma etapa já percorrida, viram abertas as vias para encetar novas caminhadas, na marcha pela conquista dos direitos, nunca definitivamente concluída. A mensagem passou. Os jovens já perceberam que a vida é um combate sem tréguas».

Após alertar que «os ideais que configuraram os valores do 25 de Abril não estavam, plenamente e em definitivo, alcançados e assegurados», assinalou que «a nossa insatisfação, legítima embora, não implica que estagnemos, fixados nos ideais de há 20 anos, desatentos aos ideais que devem ser os de hoje».

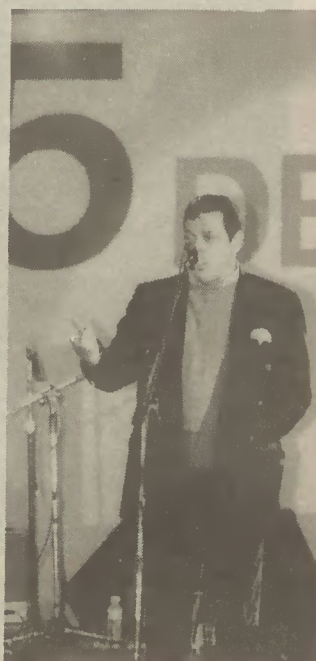
«Perfilam-se agora, já — disse —, os «valores da 3.ª geração», que podemos anunciar numa nova trilogia, PAZ, SOLIDARIEDADE, AMBIENTE. E, de novo, estes valores, capazes de mobilizar as vontades para os anos que temos pela frente, na luta por uma vida mais digna, são um progresso e contêm, implícitos, os valores das gerações precedentes, ainda não plenamente concretizados».

E, mais adiante, afirmou Pezarat Correia: «Continuamos a descer esta avenida, gritando «25 DE ABRIL SEMPRE, FASCISMO NUNCA MAIS». Obviamente que todos nós somos autênticos quando expressamos a determinação de travar qualquer ameaça de regresso ao fascismo, tanto mais justificável quando, por toda a parte, renascem as mais diversas manifestações, quase sempre violentas, de neofascismo. Hoje, porém, creio serem outras as prioridades. A democracia defende-se nas novas trincheiras».

E frisou: «Para que o «25 DE ABRIL SEMPRE» mantenha pleno conteúdo, actualidade e lucidez, são os valores da PAZ, da SOLIDARIEDADE e do AMBIENTE, que devem constituir as nossas preocupações, agitar as nossas consciências, despertar as nossas energias».

E terminou, dizendo: «Alguém escreveu um dia, num rasgo de rara sensatez: «é-se velho quando se tem mais memória do que projecto; é-se jovem enquanto se tem mais projecto do que memória». Pois, então, queremos um 25 DE ABRIL SEMPRE jovem, que, como tal, não se contente com o mero culto da sua memória, e continue a afirmar-se como projecto, mobilizador da nossa capacidade de querer mais e fazer melhor».

«Projecto enraizado nos valores que constituem as referências históricas do 25 DE ABRIL? Sem dúvida. Mas firmado nos combates do presente e enfrentando o futuro, compreendendo os valores, os objectivos, os desafios que sendo já os de hoje, se perfilam para o século XXI. Só assim o 25 DE ABRIL perdurará. SEMPRE.»



impossível seria compatibilizar o 25 de Abril com as causas, os protagonistas e os efeitos da política actual.

«Como natural é, enfim, o nosso desejo e a nossa confiança de que outra política é necessária e possível face aos desafios da nossa História e da Juventude em direcção a um Futuro mais justo mais humano e mais fraterno», concluiu.

A dado passo da sua intervenção, Diniz de Almeida afirmou: «Hoje assistimos ao emergir uma nova ditadura já designada por ditadura electrónica apoiada no monopólio quase total, senão exclusivo, dos meios de comunicação social, com particular relevância para a televisão e para o controlo informático das bases de dados que hoje, através do computador, podem ser discricionariamente utilizadas, ao livre arbítrio do poder dominante».

Assestando baterias na questão da manipulação de massas a que se assiste hoje, Diniz de Almeida acrescentou:

«Torna-se evidente que se o cidadão estiver politicamente mal informado e não dispuser dos exactos e necessários elementos para uma correcta decisão, votará influenciado e condicionado por essa informação dominante (...) Se associarmos a isto as músicas fúnebres ou tenebrosas, frequentes e tendencialmente envolvendo a apresentação de determinados trechos históricos ou figuras de esquerda, as cores sépia que desajustam as mesmas personagens, as interrupções frequentes, e claro propositadas, dos pseudo, moderadores, obliterando a possibilidade das pessoas de esquerda exprimirem ou complementarem o raciocínio. E se juntarmos ainda as figuras rotuladas ou alegadamente à direita, tudo isto nos remete, enfim, para um quadro de total manipulação partidária ao jeito da classe dominante e perante a qual a maioria das pessoas não dispõe de tempo, preparação ou suficiente aviso para cognitivamente se lhe opor.»



Novamente em Abril

(Depois do ano de comemoração dos seus vinte anos...)

DO 25 DE ABRIL será ainda preciso dizer alguma coisa que os poetas e cantores não tenham dito já...? Será possível acrescentar alguma coisa às «Portas que Abril abriu», canto maior de Abril do poeta de Abril Ary dos Santos? Será preciso mais do que a força lírica do poeta militante José Gomes Ferreira? Mais do que a voz do poeta de além Tejo Manuel da Fonseca? Mais do que o canto militante do Zeca e do Adriano? Mais do que o poema da Reforma Agrária, que os «levantados do chão» levedaram nos campos do Alentejo e Ribatejo? Mais do que as Nacionalizações, gesta heróica dos trabalhadores, reapropriando-se para devolver a todo o povo português, o que era trabalho seu em mãos alheias, as fábricas e as arcas da finança, a potência produtiva deste País?

Já quase tudo foi dito sobre essa manhã clara e vibrante, quente e luminosa, desse Abril já tão longe e ainda tão perto, da nossa razão, do nosso sonho, das nossas vidas! Dessa manhã amada e armada dos sinos da nossa liberdade colectiva! Dessa alvorada, manhã, depois da noite terrível do fascismo! Desse parto e porto de alegria, depois da negra escuridão de opressiva ditadura!

Desse sonho acordado e acendido, depois de milhares de dias de medos e tormentos, de dores e sangue, de separação e ausências, desses dias cheios de grades, «vestido para todas as idades!» Dessa manhã, foz do rio de lutas, de coragens desconhecidas, de mulheres e homens assumidos, de paciências insuspeitas e corrosivo desfilar de desespero, de impotência, do escoar dos dias na desesperança da vil tristeza em que crescia este povo! Rio, tão cheio de sacrifícios, de batalhas perdidas e de pequenos passos na consciência das gentes, tão cheio dos operários portugueses, tão cheio dos jovens desta terra aberta ao mar e ao Sul. Rio cheio do nosso povo.

Rio que desaguou fraterno, solidário, de grito aberto nas bocas, de lágrimas sentidas nos rostos, de corpos abraçados de alegria, na manhã clara desse Abril, tão nosso e tão de todos, que ainda hoje sentimos o nó na garganta e uma funda turvação na memória, desse Abril Maio na rua! Maio da nossa força, bandeira vermelha da nossa luta. De trabalhadores, sem outra ambição que o generoso projecto de quebrar as grilhetas seculares da opressão e da exploração. Dos homens por outros homens. Dos povos por outros povos.

E apesar de tudo o que depois aconteceu, foi assim que avançámos. Na luta pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo.

Foi assim que, lutando por Abril, comemoramos hoje novamente Abril, depois do ano de comemoração dos seus vinte anos. E, se pouco resta acrescentar depois das palavras e da voz dos poetas, alguma coisa há que dizer sobre a voz da contra-revolução nas comemorações da revolução.

Porque os poetas nada dirão sobre a lama fétida que sobrevivemos dinosauros do antigamente babam e espumam sobre os sonhos de Abril, sobre a revolução de Abril. Sobre os capitães de Abril.

Nada dirão da mentira e do ódio espalhados sobre os principais construtores de Abril: os comunistas portugueses! (Não os únicos, que nunca tal reclamamos; não sem erros que seria estultícia nossa tal afirmarmos.)

Mas é risível que a peçonhenta diarreia dos chefes, dos ideólogos, dos carcereiros da Ditadura, encontre eco e permita estranhas convergências com alguns homens (felizmente poucos) que conosco estiveram na luta antifascista.

Que por oportunismo e vesgo sectarismo se ajude a dar uma demão ao branqueamento do fascismo, se desenvolvam elocubrações teóricas e teses de falsificação e distorção do processo revolucionário, se façam tentativas de reescrever a história recente do Portugal libertado.

A tese dos que queriam uma revolução a régua e esquadro. Da revolução parida em gabinetes de ministros e nos debates de um parlamento vertida em diário oficial. Da revolução talhada a decretos e portarias. (São os inimigos da planificação a defender a revolução planificada...)

A tese dos que queriam uma revolução regulamentada e administrada, feita por elites esclarecidas. Isto é, uma revolução sem sobressaltos

nem acidentes de percurso. Uma revolução sem a intervenção e a iniciativa criadora dos trabalhadores e das massas. Uma revolução que não tivesse a espontaneidade da acção popular.

A tese dos que queriam uma revolução que referendasse a liberdade e que, por referendo, perguntasse aos povos sujeitos à opressão colonial se queriam ser livres! Que perguntasse aos que lutavam pela independência se queriam conduzir os destinos dos seus povos!

A tese dos que queriam uma revolução que ignorasse a luta da vanguarda da classe operária e dos trabalhadores portugueses, a luta de mais de meio século dos comunistas portugueses, que fiou e desfiou a estratégia que desfez a víbora na clara manhã de Abril!

A tese dos que queriam uma revolução que calçasse luvas e pusesse punhos de renda para tratar os «senhores inspectores» da PIDE/DGS, para dialogar com os senhores do latifúndio e dos monopólios!

A tese dos que vêem a revolução, o seu projecto e o seu percurso, como resultado dos jogos geoestratégicos das grandes potências, os povos peões de xadrez, incapazes de iniciativa própria e anseios de liberdade e livre

forjar dos seus destinos!

A tese dos que queriam uma revolução tipo «arroz-doce», adocicada, bem educada, feita palco de manipulações de figuras de cera e soldadinhos de chumbo, sem fermento, nem nervo, nem paixão, sem participantes, sem massas, sem movimento, sem povo. Isto é, sem revolução...



Como é sabido e historicamente comprovado por muitos e muitos que a viveram, nem a Revolução de Abril nem o povo português creditam tais teses.

Dos que desfiguram Abril, há os que ainda hoje facilmente compreendemos. São os que a Revolução desapossou do poder, que detinham há largos anos, senão séculos. São os que abancavam à mesa fácil e farta da exploração dos trabalhadores portugueses e dos povos das colónias. São os que eram donos da verdade e como tal a proclamavam. Os que eram donos da história deste País e como tal a ensinavam. Os que louvavam (e louvam) o fascismo e as suas glórias.

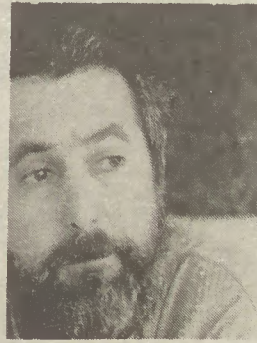
Os que tinham o direito de censurar quem procurava dar voz a este povo e esta terra. Os que tinham o privilégio de fixar as baías do pensamento, da escrita, da própria ciência.

Os que foram capazes de escrever os livros únicos, os que foram capazes de afirmar que o sputnik nunca existiu. Os que cercaram do arame farpado da intolerância, de opressivo silêncio e persecutória sanha as criações de Aquilino e Sérgio, de Soeiro e Redol, de Caraça e Lopes-Graça e de tantos outros vultos de intelectuais portugueses. Os que se sentiam incomodados com a verticalidade dos homens e mulheres que não se curvavam perante a ditadura, e cito um nome, Ruy Luís Gomes. Os que foram capazes de conviver alegremente com os torcionários e os carcereiros. Os que foram capazes de justificar o partido único e aceitar e glorificar a guerra colonial.

Para estes não admira que o 25 de Abril tenha sido uma tragédia.

Como compreender a importância do salário mínimo quem vivia à grande e à francesa. Eles não tinham filhos nem pais que emigravam.

Como compreender a fome de terra dos rendeiros do Norte ou a fome de trabalho dos trabalhadores agrícolas do Sul quem vivia das rendas ou dos rendimentos de milhares de hectares de terras subaproveitadas!



AGOSTINHO LOPES
Membro
da Comissão Política

Apesar de tudo o que depois aconteceu, foi assim que avançámos. Na luta pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo.

Como compreender o poder local democrático quando eram presidentes de câmara vitalícios por nomeação da ditadura.

Como compreender a libertação de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor quem oprimia o seu próprio povo.

Como compreender a paz quem fazia a guerra com a carne para canhão dos filhos dos outros!

Eles eram os senhores da terra e da finança. Como poderiam eles, ontem, hoje ou amanhã, aceitar que lhes eliminassem o conteúdo nuclear da sua expressão como classe dominante? O poder económico e político!

Como poderá a Revolução de Abril dizer alguma coisa a esses senhores, senão a de que foi um momento de desvario colectivo que de tudo os despossuiu.

Eles tinham servos e súbditos e agora enfrentavam um povo de cidadãos livres. Eles tinham as chaves do nosso silêncio e agora eram obrigados a ouvir as nossas palavras. Eles tinham o comando dos nossos passos e agora enfrentavam o movimento livre das manifestações.

Percebe-se bem o ódio que lhes vai na alma, quando falam do 25 de Abril.

Há depois aqueles que, dizendo-se do lado de Abril, gravemente o ofendem. Por oportunismo, por preconceito, por estratégia política de curto prazo ou, pura e simplesmente, por interesse comezinho e rasteiro.

Não vou falar dos que de verbo fácil eram ontem os «mais revolucionários» (e prejudicaram gravemente a revolução) e hoje convertidos estão à boa nova do cavaquismo. Os que ontem eram os mais anticapitalistas e hoje são pós-capitalistas...

Apenas lembrar os que, dizendo-se democratas, à frente da direita dirigiram a ofensiva contra-revolucionária e hoje pretendem construir uma história do 25 de Abril, que justifique a sua intervenção contra Abril e as suas principais conquistas: Reforma Agrária, nacionalizações, direitos dos trabalhadores... Os que hoje criticam a direita e ontem abriram caminho para ela, através de alianças espúrias e de revisões desfiguradoras da Constituição.

Os que hoje fazem o balanço de Abril a partir de um modelo ideal de «pureza programática» e não do desenvolvimento da revolução pela aliança povo/MFA e da criação revolucionária dos trabalhadores e democratas portugueses.

Uma revolução com percursos ínvios e atalhos duvidosos, com erros e falhas, com exageros e utópicos desejos. E violência de classe. Mas «do rio que tudo arrasta dizem que é violento, e ninguém diz violentas as margens que o comprimem» (B. Brecht).

Mas uma revolução que foi mais e muito mais. Foi festa, fraternidade, ternura, dádiva, generosidade, o dar sem nada esperar, o construir com cada homem e mulher, confiadamente e empenhadamente um futuro de esperança para todos.

Uma revolução onde cresceram como protagonistas da (sua) história, os proletários, os que tinham fome de terra, os que tinham sede de justiça, os que tinham fome de fome...

E todos fizeram uma revolução, porque ousaram querer outra vida, outro país!

Há os que não quiseram uma revolução. Mas o 25 de Abril foi uma revolução. Inacabada é certo. Mas uma revolução.

Sempre em Abril e com Abril, a nossa luta continua.

Fascismo nunca mais!

25 de Abril sempre!

Que viva Maio e a CGTP-IN

Jerónimo de Sousa *

Comemora a CGTP-IN o ano 25 da sua existência. E a melhor prova de vida que os seus órgãos executivos quiseram fazer foi a decisão de levar por diante tarefas e iniciativas de grande alcance sindical, designadamente a campanha de sindicalização, o reforço da intervenção nos locais de trabalho e o início dum exigente, complexo e audacioso plano de reestruturação, harmonizadas com o desenvolvimento da acção reivindicativa sustentada na plataforma da CGTP-IN para uma nova política económica e social.

O carácter das comemorações do 1º de Maio como Maio dos trabalhadores, em festa e em luta, confirma uma visão dinâmica das comemorações do 25 Aniversário da CGTP-IN, ligando-a à vida, aos trabalhadores, aos seus problemas e anseios e onde o que mais conta é o futuro.

Os que errada e apressadamente anunciaram o declínio e o fim do movimento sindical, como desfecho inevitável face à tremenda ofensiva que o grande capital desenvolveu e desenvolve contra os trabalhadores e os seus direitos, enganaram-se!

A CGTP-IN tem futuro. Os alicerces que sustentam e impulsionam a central nessa direcção são a sua própria história, a sua luta, as suas realizações que foram moldando, afeiçoando e solidificando a sua natureza, os seus princípios e o seu projecto.

Porque alguns pretendem agora reescrever a história há que lembrá-la e situá-la desde a fundação da CGTP-IN. A criação da Central não foi um acto de geração espontânea mas sim uma necessidade objectiva que desse expressão unificadora e organizada aos esforços, às lutas e reivindicações do movimento operário que nunca se conformou com a realidade nem com as regras impostas pela ditadura fascista reflectidas na estrutura corporativa dos Sindicatos.

A acertada decisão de, mesmo com a malha repressiva imposta pelo fascismo, conquistar os Sindicatos para os colocar aos serviço dos trabalhadores, foi uma tarefa árdua com terreno conquistado a palmo, não naquela visão conformista recentemente exposta, noutra contexto, por um social-democrata num colóquio da CGTP-IN de que "quem entre no campo e quer jogar o jogo não pode discutir as regras" mas antes para alterar essas regras e tentar transformar a realidade.

Os bancários, os trabalhadores do comércio, os metalúrgicos, os têxteis, os técnicos de desenho, os corticeiros, os electricistas, entre outros, demonstraram com algum risco a maior audácia que as regras não eram intocáveis nem imutáveis.

Desse período de vida nascente da CGTP-IN há uma lição e um ensinamento que hoje, em condições diferentes, continua a estar na ordem do dia: arriscar em dirigentes jovens, acompanhados e incentivados por quadros experimentados.

Valorize-se a acção combativa e generosa dos dirigentes sindicais e da CGTP-IN durante a ditadura fascista, a sua luta por salários dignos, pela redução do

horário de trabalho, pela liberdade sindical, de reunião e manifestação, pelo direito à greve.

Mas as páginas mais exaltantes inscritas na história da CGTP-IN são Abril e os seus primeiros anos. Anos de conquista e de realização, de mobilização dos trabalhadores para que eles próprios fossem protagonistas do acto e do processo mais transformador, moderno, solidário e avançado da nossa época contemporânea.

Foi assim na defesa e consolidação da jovem democracia, na sua contribuição activa para substituir uma estrutura económica e agrária caduca e dependente dum quantas famílias monopolistas e agrárias.

Foi assim na construção do edifício jurídico-laboral e no conteúdo da própria Constituição exercendo o direito à greve, à contratação colectiva, pela segurança no emprego, por salários, horários, subsídios de férias e de turnos dignificados; na concretização do princípio a trabalho igual salário igual dignificando a mulher e a mãe trabalhadora, aprendendo, experimentando e aprofundando através das comissões de trabalhadores, o direito de participação e intervenção a diversos níveis da empresa e dos sectores e na legislação do trabalho.

A CGTP-IN foi obreira de direitos que antes eram sonhos, aspirações e reivindicações de muitas gerações de trabalhadores portugueses.

É um património de grande valor. Os que actualmente querem minimizar, denegrir ou reescrever a história, são, afinal, os que nessa época estiveram contra ou tiveram medo da grandeza do projecto que a Revolução de Abril consubstanciada nos seus ideais de justiça social, de prevalência do direito ao trabalho sobre o poder e os interesses do grande capital, assente numa democracia com componentes inseparáveis no plano político, económico, social e cultural.

Num mundo de aceleradas mutações e pela sua perspectiva de futuro não quis a Central fazer qualquer acerto de contas com o passado e muito menos com protagonistas e cúmplices conjunturais da ofensiva contra Abril e as suas transformações.

O tempo é de resistência, de luta, de alargamento da unidade e de convergência de esforços para sustentar a ofensiva da direita e do grande capital.

Mas é o tempo onde mais uma vez, por causa das dificuldades, ressurtem os arautos e os teóricos das saídas fáceis mas falsas, querendo ensinar ou insinuar por onde deve caminhar a Central. Com ideias velhas bordadas de adjectivos novos, perante uma relação de forças desfavoráveis aos trabalhadores e onde prevalecem as orientações e os rumos determinados pelo grande capital, à escala planetária, tentando provar que não se justifica a natureza de classe da CGTP-IN, ante um capitalismo "modificado e civilizado", fogem a uma questão central.

O capitalismo alterou estruturas e métodos, mas porque é intrínseco à sua natureza jamais se conformara com as parcelas do domínio perdido que foram adquiridas e conquistadas neste século por muitas gerações de trabalhadores como resultado, não de dádivas, mas de muitas lutas.

Não é este capitalismo "moderno e civilizado" que, quer seja em cimeiras dos 7 mais ricos, seja em távolas redondas das multinacionais, seja em termos caseiros, na proposta da CIP ou do Governo do PSD, persiste na recuperação dessas parcelas, seja a nível dos salários, dos horários de trabalho, da segurança social, da contratação colectiva, do direito de greve, de segurança no emprego?

Tais teses, desafios e apelos neste ano 25 de vida da Central não sendo inocentes, mais do que polémica pretendem fazer escola. Mas o confronto ideológico derime-se no concreto, ali na Renault, na Cabos de Ávila, na Lisnave e Setenave, na vigorosa greve dos têxteis, dos ferroviários, na luta dos cristaleiros da Manuel Pereira Roldão, na solidariedade de classe que lhe foi prestada por outros trabalhadores, nas leituras que têm de ser feitas às votações e vitórias das listas unitárias que na EDP, na Petrogal, na Lisnave, na Telecom, se propuseram a defender e a lutar, lá em cada empresa concreta, por aquilo que são propostas e projecto da CGTP-IN, desta Central dos trabalhadores portugueses que o é por ter sabido manter características e princípios ancorados nas aspirações e anseios das classes laboriosas, atenta às novas realidades, buscando respostas inovadoras, a exigir dos seus dirigentes o engenho para juntar à geração de Abril outra geração de futuro como garantia do futuro da CGTP-Intersindical Nacional. E por isso que neste Maio dos trabalhadores se justifica a nossa saudação uníssona e combativa à nossa Central.

Que viva a CGTP-IN.

* Membro da Comissão Política



■ António Modesto Navarro

Caros amigos de Abril

Imaginemos que, uma vez por ano, como no Natal, vinha ao de cima uma pureza interessante nos homens que ainda estão no poder. E então podiam lembrar-se que o 25 de Abril foi feito para dar liberdade, habitação, emprego a todos, felicidade e estradas sem fronteiras aos que trabalham e sofrem...

Diriam, como no Natal, que o 25 de Abril tem de ser feito todos os dias, para logo no dia 26 esquecerem a quadra, meterem no bolso as boas intenções e o cravo fantasma e voltarem a ser o que na realidade são, hipócritas, manhosos ou assanhados defensores dos interesses dos inimigos de Abril.

Às vezes, este cenário surrealista acontece. Há, até, a ameaça de acontecer agora.

E isso coloca, de facto, esta questão: se os homens e as mulheres que ocupam os poderes, de onde poderiam mudar, melhorar a vida, criar as condições que Abril prometeu, cumprem essa missão para que foram eleitos, ou se, pelo contrário, dão continuidade e aprofundam as injustiças, as desigualdades, a violência e a corrupção que marcou o regime deposto em 1974...

Hoje, é possível fazer balanços de longo prazo, destes 21 anos de democracia e de liberdade. Ver quem esteve nos poderes, quem governou e quem governa o país, quem cria, ou não, condições para a maioria, as maiorias, poderem viver melhor. O balanço, tal como no Natal, é quase unânime, no sentido de que as boas intenções da quadra não bastam e que importa analisar de vez quem destruiu as expectativas e as esperanças, quem cumpre como marionetas os papéis de reis magos para os grandes capitalistas, quem afunda sectores produtivos fundamentais para a nossa vida e liberdade, quem entrega a agricultura a interesses doutros países, quem cede cobardemente nas negociações sobre o vinho ou sobre as pescas, quem destrói a indústria, quem retira o trabalho a quem mais precisa de emprego e de se sentir útil ao país.

Não nos venham com conversas espúrias, de comemorações falseadas do 25 de Abril, os que estão no governo e odeiam Abril, os que foram mais felizes nas plagas africanas, quando fizeram a guerra colonial, do que agora, conforme são ainda capazes de declarar, os que escondem e mostram restos esfarrapados de esperanças neocolonialistas, os que continuam a ser arrogantes e anti-democratas assumidos, desprezando interesses e vontades legítimas das populações e dos trabalhadores.

Agora, e de novo, é a questão da conquista do poder e do exercício do poder democrático que está em causa, num mar de corrupção que submerge o governo, como submerge grandes empresas onde dirigentes e outros membros do PSD continuam a

organizar e a dirigir a sua destruição, para melhor entregarem as partes rentáveis a grupos capitalistas que de novo conquistam e governam, eles sim, áreas fundamentais da economia e das finanças.

O que interessa avaliar, nestes dias de Abril e, mais do que nunca, em todo este ano de reflexão e luta, de preparação de actos fundamentais para os anos mais próximos e para o futuro, é se



valerá a pena continuar a apostar em forças políticas com dirigentes e governantes que se revelam saudosos do fascismo, mesmo quando são de origem pobre, como aliás era Salazar. Ou se, pelo contrário, interessa pensar bem na construção de uma nova vida, a partir da transparência, da nitidez dos homens e mulheres de Abril, nessa coragem que fez heróis capazes de realizarem a revolução e de abrirem portas que às vezes não foram bem aproveitadas, em perspectivas que desenharam a liberdade participada, a democracia vivida e cumprida todos os dias, o desenvolvimento necessário que ainda não foi levado a cabo e tem sofrido duros revezes nestes anos de governação cavaquista e do PSD.

Hoje, caros amigos e companheiros, caros democratas e revolucionários do 25 de Abril e do que há-de vir, a obrigação maior é ponderarmos, e ponderarmos bem, para onde queremos ir, para onde queremos que este país saiba ir, — não com receitas estafadas de neocapitalismos seródios que só trazem infelicidade para os que trabalham e perdem o trabalho, para os que querem ter habitação e ficam na rua ou em barracas, para os que querem e ambicionam saúde, educação e cultura para todos e vêem tudo

isso ir por água abaixo, em conformidade com interesses de minorias cada vez mais donas e senhoras do país, — mas sim com vontades sérias e numa perspectiva que norteou o essencial de Abril, e terá de voltar de novo a ocupar os nossos destinos e projectos, unindo onde for possível unir, dignificando e mudando o que há a mudar e transformar.

Por isso, não se deixem enredar em sonhos hegemónicos os que devem sempre ampliar mais e mais o olhar, os que devem sonhar a democracia e o poder como ambições e realidades de todos e para todos, envolvendo na participação alargada as camadas e as classes sociais ainda oprimidas, desapossadas do essencial para uma vida digna de Abril e desses militares que às vezes veneramos e não entendemos de facto, na mensagem que deixaram — de transparência, de abertura e de amizade, de libertação continuada todos os dias com as populações e com os trabalhadores.

Lembramos Salgueiro Maia e lembramos esse amigo e companheiro que desapareceu mais recentemente, o comandante da Marinha João Manuel da Fonseca Lobo de Oliveira, na simplicidade dos gestos amigos e no desgosto perante os caminhos que muitos vieram a trilhar, de esquecimento das ideias e dos princípios fundamentais da Revolução e de quase serventia a antigos e novos inimigos da democracia e do futuro.

Aí estão, na nossa memória e a nosso lado, outra vez e sempre, a provarem dramaticamente que os poderes são temporários, mesmo quando são maiorias absolutas e absolutistas. E que sempre serão criadas novas perspectivas para Abril, que convém, na maioridade e naturalidade que qualquer democrata que se preze tem de assumir, não esquecer e potenciar, neste ano que vai decorrer, nestes anos que é preciso libertar de governos contra o povo e o país, de uma vez para sempre, em nome de Abril, em nome do 25 de Abril que não pode ser apenas um dia para lembrar, mas que tem de ser uma nova e perene realidade no quotidiano de todos os dias. Todos os dias de Abril devem ser, terão de ser, vividos em democracia, em liberdade e em desenvolvimento conjugado e levado a cabo, no exercício do poder legítimo que a todos cabe defender e projectar.

É isto que aqui deixamos, à nossa e à vossa reflexão, nesta quadra e num ano que não devem, nem podem, ser de hipocrisia, seja de quem for. Devem ser de verdade, de responsabilidade e de uma conclusão clara — a de que, atrás de um poder, outro poder vem, e esse poder deve ser agora, finalmente, o do povo e para o povo, feito por todos e para todos os dias que hão-de vir.

Defesa Nacional e Forças Armadas

O preocupante triângulo

Matérias que ilustram bem que afinal muitas das análises que fazíamos não provinham de "arautos da desgraça" contam-se aos magotes. A exemplificar tal consideração, bastaria um olhar sério e atento para temáticas tão importantes como a integração europeia.

Sem vaidades mas com verdade, é bom lembrar que muito do que se está a verificar em matéria de Europa consta em análises públicas divulgadas pelo PCP há mais de 15 anos.

Verifica-se o mesmo também no que respeita aos objectivos do PSD e do seu Governo para as Forças Armadas. O tempo passa e hoje tudo ganha uma luminosidade que torna impossível não ver os reais intentos desta política de direita.

De facto, o Governo PSD iniciou o putativo processo de reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas, com a amplamente badalada redução do tempo do SMO e com uma Lei de exceções, lei essa que ficou conhecida pela "Lei dos Coronéis".

A redução do tempo do SMO para 4 meses é ainda hoje uma miragem para muitos jovens, mas levou, em simultâneo, à intensificação dos regimes de contrato e de voluntariado e levará, consequentemente, a umas Forças Armadas mais acentuadamente profissionalizantes.

Em seguida, através da Lei de Bases da Organização das FAs (LOBOFA), da revisão da lei Orgânica do MDN e da criação de Leis Orgânicas para cada um dos 3 Ramos das FAs, o Governo chamou a si competências até então da responsabilidade dos chefes militares.

Foi assim dado o primeiro passo para a **governamentalização das FAs**, como oportunamente o PCP alertou.

A aprovação pela maioria laranja (e muito provavelmente pelo PS que votou a favor na generalidade) da já conhecida como a "Lei

das Chefias", lei essa que passará a atribuir ao Governo a competência para nomear os Comandantes de tudo o que tem importância operacional e/ou formativo-doutrinal, constituirá a subida de um patamar nesse objectivo governamentalizador das Forças Armadas.

Mas para o Governo PSD isso não basta, ainda é pouco. Assim sendo, se por um lado governamentaliza, por outro restringe ainda mais os direitos de cidadania dos militares.

É neste contexto que surge uma proposta de lei visando estabelecer o regime de queixa ao Provedor de Justiça por parte dos militares. E antes de vermos em traços necessariamente breves no que consta esta proposta, importa referir que, há 15 anos, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) remeteu para lei a publicar a regulamentação deste acesso dos militares ao Provedor de Justiça.

Nestes 15 anos de vazio regulamentador, nada há a referir no exercício deste direito que impusesse como necessária a adopção de medidas especiais no acesso dos militares ao Provedor de Justiça. Excepto o facto de, crescentemente, os militares dele fazerem uso no sentido de verem salvaguardados direitos e legítimas expectativas profissionais. Mas mais, com a aprovação do Estatuto do Provedor de Justiça, em 1991, o vazio existente passou a ter, por via do referido Estatuto, balizas claras e objectivas.

O Estatuto define o "âmbito de actuação" do Provedor e neste as FAs estão incluídas (Artº 2º), define a "autonomia" (Artº 4º), o "dever de sigilo" (Artº 12º) e até contempla a instauração de procedimento criminal quando se verifique que uma dada queixa foi feita de má fé. E devemos ainda referir que a Constituição da República, no seu Artº 23º (Provedor de Justiça) não estabelece quaisquer tipo de restrições no acesso dos cidadãos ao Provedor.

Que pretende então o Governo do PSD? Pretende que os militares antes de apresentarem uma queixa ao Provedor esgotem as vias hierárquicas e, ainda assim, só o poderão fazer depois de dar conhecimento ao chefe militar. Ficam ainda os militares interditos de apresentar queixa que verse matéria operacional ou classificada. E mesmo aos militares na reserva ou na reforma se aplica a proibição de queixa sobre a tal matéria classificada ou operacional.

Não é difícil perceber que a **classificação é uma questão de carimbo**. E o que será matéria operacional? Toda a que envolva o sistema de forças ou o dispositivo das FAs. Afinal, o que sobra? Sobra aquilo que o PSD pretende: o **silêncio**.

A aprovação desta lei constitui uma violentação aos já de si reduzidíssimos direitos de cidadania dos militares.

Quando por toda a Europa cresce o alargamento dos direitos, o reconhecimento à criação de Associações socioprofissionais entre os militares, no quadro do estabelecimento de adequadas regras de relacionamento institucionalmente dignas, o Governo do PSD acentua as restrições, não dialoga com as Associações existentes (Associação Nacional de Sargentos e Associação dos Oficiais das Forças Armadas), pretende silenciar quaisquer sinais de descontentamento.

O **triângulo da acentuação da via profissionalizante, governamentalização e menos direitos** é inquietante. É um triângulo que não serve a Instituição militar, os militares, a democracia e o interesse nacional.

Numa altura em que se comemoram 21 anos de liberdade, importa agir para que uma real política alternativa venha a ter lugar. Uma política que aprofunde a democracia social, económica, cultural e política, defenda a soberania e os interesses nacionais.

As propostas do PS para desmantelar o Serviço Nacional de Saúde

■ Cipriano Justo

1. O documento *Pela Reforma do Sistema de Saúde* elaborado pelos Estados Gerais do Partido Socialista e incluído no contrato de legislatura com o País, é uma demonstração inquestionável de que, como noutras áreas, o PS não tem em vista apresentar uma política alternativa ao PSD nas próximas eleições, mas limitar-se a querer suceder-lhe na ocupação dos lugares do aparelho do Estado.

Esta situação não é nova, designadamente no que respeita à sua política de saúde. Já nas últimas eleições legislativas o PS não conseguiu apresentar uma proposta de política de saúde que rompesse com a do PSD, limitando-se a divulgar alguns projectos de efeito fácil como a demagógica promessa de acabar com as listas de espera numa semana. Desta vez a situação é semelhante, se não pior. A progressiva desarticulação do Serviço Nacional de Saúde levada a cabo pelo PSD nos últimos dez anos, a resposta apresentada pelo PS é uma solução tecnocrática que, a ser aplicada, iria limitar seriamente o direito à saúde consagrado na Constituição e constituiria, por sua vez, a solução final do Serviço Nacional de Saúde.

2. Lê-se o documento *Pela Reforma do Sistema de Saúde* e não se quer acreditar no que lá está escrito. O documento resumirá de facto o que foram as discussões e os consensos gerados nos Estados Gerais? Seria mesmo esta a política de saúde que um partido de esquerda, como o PS se reivindica, iria aplicar caso ganhasse as eleições? A solidariedade invocada no documento é o tipo de solidariedade social que o PS deseja que se instale na sociedade portuguesa?

Do ponto de vista conceptual, este documento é ainda um amontoado de ideias, conceitos e propostas sem qualquer fio condutor, alguns incoerentes ou contraditórios entre si, e que também por essa razão os portugueses não poderão levar a sério. Com este documento, o PS veio mostrar ao País que não percebe o que se está a passar na Saúde. Ou se percebe está a fazer o papel de acólito do PSD na política de descrédito do Serviço Nacional de Saúde. Se esta política de Saúde do PS viesse a ser aplicado, os resultados não seriam muito diferentes daqueles que o PSD tem vindo a obter durante a sua governação e que os portugueses tão bem conhecem.

3. Em concreto o que é que as propostas do PS oferecem? Começam por oferecer a possibilidade de os portugueses fazerem seguros-doença com direito a um benefício fiscal no valor do que designam por gastos com o pacote público da saúde *per capita*. Este pacote público é exclusivamente constituído pelos gastos directos com os chamados «riscos catastróficos» (da SIDA à toxicoddependência, incluindo a doença mental e os cuidados oncológicos). Esta proposta é obviamente demagógica. Que regime alternativo de cobertura de riscos de doença aceita estas situações? E a aceitá-los que preço praticariam? Ao fazer esta proposta, em que alvo do mercado estaria a pensar o PS? Seguramente naquele que já está coberto por um seguro-doença e não está a contar com um *opting out* retirado da cartola eleitoralista do PS.

A proposta não deixa de ser interessante como exercício académico, mas falha no alvo. Desconhece os tuberculosos, os toxicodpendentes, a maior parte dos casos de SIDA e os doentes mentais deste país. A proposta é de uma tal ligeireza que não se deteve minimamente nesta evidência elementar: a tuberculose, a

toxicoddependência e a doença mental são, sobretudo, doenças civilizacionais dos pobres ou dos que se encontram no limiar da pobreza. E os pobres do que precisam é de ser menos pobres, de uma repartição dos bens mais equitativa. O *opting out* do PS é para os bolsos que se podem dar a esses luxos.

4. Bem na linha da filosofia oficial do PSD, todo o documento é atravessado por dois pensamentos determinantes e estruturantes da política de saúde do PS: a competição e a gestão privada das unidades de saúde. No primeiro caso, o único caminho que o PS conseguiu descobrir para obter ganhos em eficiência do sistema é pôr as unidades públicas de saúde a competirem entre si, a competirem com as unidades parapúblicas e com as unidades privadas.

Sendo a competição uma das características do mercado de bens, o que o PS vem dizer aos portugueses ao defender esta política de administração do sistema é que o Serviço Nacional de Saúde terá que adoptar uma política de minimização de custos, que passará obrigatoriamente ou pela diminuição da qualidade dos cuidados prestados, ou pela rejeição dos doentes com presença de riscos catastróficos, ou pelo despedimento de pessoal, ou pela combinação destas hipóteses. Por fim, uma das hipóteses também contemplada nesta filosofia é o

grecimento do sector público da saúde e a conseqüente facilitação da entrada em cena das multinacionais da área da saúde, como já está a acontecer no caso dos centros de hemodiálise.

5. Sendo a regionalização uma das principais bandeiras eleitorais do PS, é sintomático que o documento não dê a entender como concretizará esse objectivo estratégico no campo da saúde. Pode-se entender por este exemplo que os propósitos do PS em matéria de regionalização seriam muito mitigados caso ganhasse as eleições. O mais longe que vai em matéria de saúde é passar a propriedade de algumas unidades de saúde para a propriedade das autarquias locais. Nem uma palavra sobre a responsabilidade das regiões em matéria de organização e direcção do sistema de saúde.

Esta posição não é inocente. Para quem a competição e a entrega da gestão das unidades de saúde ao sector privado constituem um princípio incontornável, a intervenção do poder regional e autárquico só viria trazer dificuldades e criar obstáculos a esse desiderato. Quanto muito algumas autarquias, com base em contrapartidas a negociar, poderão ficar com a propriedade das unidades de saúde, seguramente aquelas que pelo seu movimento ou localização não se mostrem atractivas para os investidores.

6. Neste documento é anunciada a destruição dos Centros de Saúde. O modelo de pagamento dos prestadores condiciona a densidade da cobertura, a intensidade dos cuidados e a frequência induzida dos contactos dos utilizadores com o sistema. A proposta de retribuição dos médicos de família apresentada no documento — capitação corrigida com a estrutura etária, sexo e morbilidade dos inscritos —, a possibilidade de se organizarem em consultórios englobados na rede do SNS, e a prática convencionalizada levará à desarticulação da rede de Centros de Saúde, irá acentuar a tendência para formas de isolamento profissional e provocará um aumento dos custos administrativos e prescritivos.

Não se entende mesmo os votos piedosos do PS em proceder a uma reestruturação dos Centros de Saúde de modo a valorizar as vertentes da saúde pública, a medicina preventiva e a promoção da saúde. Tudo o que é proposto só vem subalternizar os cuidados de saúde

primários, reforçar a medicalização da população e inverter os valores dos principais indicadores de saúde.

7. Com este documento, o PS vem apresentar ao País soluções requeitadas para a área da saúde. A sua massa crítica não conseguiu mais do que macaquear a política de saúde do PSD inscrita na Lei de Bases e no Estatuto do Serviço Nacional de Saúde. As propostas são uma manta de retalhos com paladares para todos os gostos. Mas mais para o gosto das multinacionais da saúde do que para os cidadãos deste País.

Os cidadãos e os profissionais da saúde sabem agora o que os espera se o PS não abrir um diálogo franco e sem reservas mentais com as forças e correntes de opinião democráticas. É possível encontrar alternativas democráticas a este sistema de saúde. Desde que o PS tenha a humildade de ouvir e reflectir sobre as propostas daqueles que empenhadamente desejam oferecer melhores cuidados de saúde aos portugueses.



Florestan Fernandes, intelectual revolucionário

■ Zillah Branco

A busca de uma personalidade destacada da história portuguesa com a qual se pode identificar o sociólogo e homem de acção política brasileiro Florestan Fernandes leva-me a Bento de Jesus Caraça. Como ele, nasceu de uma família extremamente pobre, tendo iniciado a sua vida de trabalhador aos seis anos como engraxador de sapatos para ajudar a mãe lavadeira. Sem tempo e dinheiro para frequentar a escola primária e secundária foi obtendo os seus diplomas com formação autodidacta em exames *ad hoc*. Mesmo com todas as dificuldades, formou-se na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Paulo aos 24 anos e foi imediatamente convidado pelo professor Roger Bastide, grande impulsor da carreira de Ciências Sociais no Brasil, para seu assistente.

A partir daí começou a construir não apenas a sua carreira académica com grande brilho mas orientou a investigação sociológica no país no sentido da análise das raízes do povo brasileiro. A sua primeira tese foi sobre os índios Tupinambás, outra sobre a relação entre negros e brancos em São Paulo, mais tarde abrindo caminho com a formação de um Centro de Estudos para acompanhar a dinâmica da industrialização no desenvolvimento do Brasil. É considerado, como escreve o sociólogo brasileiro Octávio Ianni, "o fundador da sociologia crítica no Brasil. Toda a sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento".

Caminhou com passos de gigante pela teoria sociológica, relacionando-se com colegas de vários países da Europa, Estados Unidos, Canadá e América Latina. No entanto, não se deixou engolir pela *torre de marfim* e nem perdeu a sua natural modéstia. Permaneceu fiel às suas origens, conservando-as como um farol a iluminar o percurso académico.

Com o golpe militar de 1964 que instaurou a ditadura no Brasil, todos temeram pela sua segurança. Menos ele, pelo menos aparentemente. Continuou a dar as suas aulas sem sacrificar a coerência que o caracteriza, sem fazer concessões de qualquer tipo. Manteve a sua solidariedade com as manifestações anticolonialistas destacando-se no apoio à luta democrática dos emigrantes portugueses. Em 1968, foi

expulso da Universidade, sendo reformado antecipadamente. Contava apenas 48 anos.

A teoria ao serviço da acção

Sofreu profundamente esta injustiça que comprovava o carácter antipatriótico daquele Governo subordinado ao comando imperialista. Mas não se deixou desarmar. Convidado por Universidades estrangeiras - de Yale, de Columbia, de Nova Iorque, de Toronto - encontrou os meios necessários de subsistência para a sua numerosa família e o alimento para o seu incansável espírito de investigador. Ao voltar para o Brasil vinha preparado para colocar ao serviço da acção política todas as ferramentas teóricas que tão arduamente contruira ao longo da vida. Ao mesmo tempo que lecionava na Universidade Católica de São Paulo mergulhou de cabeça na vida política nacional como quadro do PT - Partido dos Trabalhadores. Empenhou-se em demonstrar cientificamente que a ditadura militar caiu mas permanece a sua máquina infernal, condicionando a vida brasileira à subordinação ao imperialismo norte-americano.

Tornou-se o grande batalhador em defesa de projectos de educação no Congresso Federal onde ingressou como deputado. Bateu-se por uma Constituição através da qual pretendia anular os efeitos de uma sociedade classista que tão bem conhecia e já descrevera na *Revolução Burguesa no Brasil*. A militância política simplificou a sua linguagem. Entre o povo trabalhador reencontrou-se e foi reconhecido como um dos seus membros que trazia instrumentos de conhecimento e de consciencialização fundamentais para a luta pelo desenvolvimento nacional e defesa dos oprimidos.

Os fortes não desarmam

Fui visitá-lo recentemente encontrando-o muito doente, magro, enfraquecido, a voz sumida. Nos olhos o mesmo brilho de interesse

por tudo, no sorriso o mesmo carinho um pouco tímido. O brilho do seu pensamento e o entusiasmo pela acção que transforma a sociedade não são afectados pela dor física e as dificuldades que a doença lhe cria. Tem pressa em escrever o seu testemunho de um período histórico que viveu de maneira plena como filho do povo, trabalhador, intelectual e político. Não está preocupado com a *sua obra*, mas com o registo das verdades históricas. "Escrevi sobre o primeiro Marighella e agora estou escrevendo sobre o segundo, a sua fase de guerrilha urbana. Que riqueza de pensamento revolucionário! É mal conhecido, é deturpada a sua trajectória e, sobretudo, o seu pensamento. O problema é que não tenho forças, nenhuma posição me serve por muito tempo, sinto câibras nas mãos e no corpo. Ontem deixei-me absorver pelo trabalho e escrevi 18 páginas. Fiquei como se me tivesse passado um comboio por cima."

Recordámos um pouco da história daquele baiano valente que ainda jovem encontrou no PCB o seu caminho de luta, sem nunca ceder na contestação às fórmulas estáticas e na criatividade revolucionária, sendo empurrado pela ditadura para a guerrilha urbana ao encontro da morte. "Há que repor a verdade, resgatar a sua memória!"

Enquanto o via e ouvia recordava, há mais de 30 anos, a sua figura como professor. Anos depois era perseguido e expulso da universidade que ajudara a formar acusado de subversivo. Creio que o seu caminho de militante da causa social se consolidou nessa época. O vasto conhecimento teórico somava-se à vivência de trabalhador pobre. Aderiu ao PT quando caiu a ditadura, foi eleito várias vezes deputado federal, bateu-se por todas as causas justas. A sua presença impunha respeito mesmo aos seus opositores. Quando agora encerrou a carreira parlamentar foi homenageado por todos os deputados, de esquerda e direita, com aplausos por mais de três minutos. Sentiu-se surpreso. A modéstia impede-o de ver que a sua grandeza não tem sigla partidária, que a sua integridade cala até os inimigos, que é impossível deixar de ver nele um modelo de herói do povo brasileiro. Em recente entrevista a um jornal brasileiro começou por afirmar: "Eu sou comunista." Dessa forma anula as tentativas para o enredarem nas contradições da linguagem partidária. É transparente e verdadeiro.

A mundialização do

- novas formas de escravização capitalista

Até há poucos anos, registava-se o fenómeno do *medo* que leva os trabalhadores a aceitarem subempregos e subsalários nas minorias perseguidas, em sectores sociais marginalizados, em grupos imigrantes desprotegidos. Eram vistos pelas organizações sindicais como enfraquecedores das conquistas alcançadas no direito laboral ao venderem a sua força de trabalho por preço inferior ao estabelecido para a sua classe. Nos países desenvolvidos eram os próprios sindicatos que tratavam de fiscalizar e impedir o trabalho clandestino a baixo preço que concorria com o nível de salário e de profissionalização estabelecido através das suas duras lutas. Ao infractor era explicada a sua situação de sobreexplorado que prejudicava o movimento colectivo dos trabalhadores. Ele reconhecia que pisara o risco da dignidade alcançado por toda a sua classe.

Com a queda do socialismo na Europa e o conseqüente enfraquecimento do movimento sindical em todo o mundo, o sistema capitalista trata de anular o *direito dos trabalhadores* instituído ao longo de um século de conquistas democráticas. O patronato viu-se livre para mandar e desmandar de acordo com a sua gestão dos lucros e os governos favoráveis ao *Estado Mínimo* submeteram-se a este novo poder absolutista criando leis trabalhistas que lhe facilitem o jogo. As explicações aparecem sempre com o tom dramático da *crise estrutural* como uma calamidade imposta por forças sobrenaturais. Instalou-se o *desemprego* como uma situação epidémica em todo o mundo e aceite como uma catástrofe natural.

Hoje poucos são os heróis que sustentam uma greve, pois o *medo* de perder o emprego ou de ir parar na *prateleira* quando se está já próximo da idade da reforma, inibe a acção e esmaga a dignidade do trabalhador. Por isso, as manifestações de luta têm assumido formas mais violentas tal como também acontece com as reacções das populações à falta de segurança nos bairros e aldeias.

Quando as pessoas se dão conta de que os seus *direitos cívicos* não são respeitados nem defendidos pelo Estado, tendem a fazer *justiça pelas próprias mãos* e não medem as conseqüências dos seus actos desesperados. A culpa não é deles, é dos governos que sustentam a *impunidade dos exploradores*. Assim como não são capazes de resolver o problema das *mafias* que controlam os mercados de droga, de prostituição e do crime, não têm a capacidade (ou não

querem) de criar uma *estratégia económica* que incentive a *produção e o trabalho*. O *Estado Mínimo* instituiu um *regime mafioso de exploração e vive dele*. Daí a corrupção tolerada já como *prática no jogo de influências* e uma legislação persecutória dos cidadãos como se eles fossem a grande ameaça à segurança social e económica da nação.

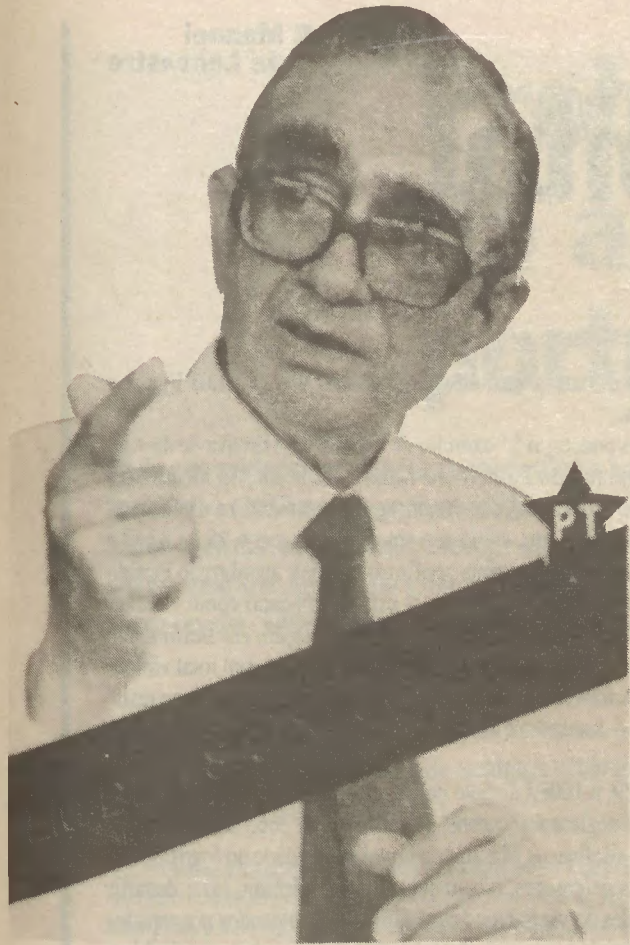


Como exigir que a camada mais explorada da população, os *trabalhadores*, mantenham o padrão de *dignidade* que está a ser banido de cima para baixo em toda a sociedade? Voltamos ao tempo dos primitivos cristãos que para defenderem de cabeça erguida as suas convicções enfrentavam os leões nos espectáculos dos *césares et cataerua*. Hoje a caterva (em bom português) diverte-se nas festas faustosas e exaure as suas energias em negócios fraudulentos de nível multinacional. As gerações mais novas são caladas com drogas e sensações excitantes alimentadas com filmes e literatura pornográficos e o mercado do sexo ao alcance de qualquer criança.

Destruição das conquistas de Abril

Quem diria que 21 anos após a queda do regime fascista em Portugal, quando foi criado o salário mínimo e as leis laborais que garantiam a dignificação do trabalhador, o país iria assistir às múltiplas cenas de desespero de milhares de homens e mulheres despe-

ditos dos seus empregos sem garantias de subsistência, que centenas de pescadores impedidos de exercerem o seu ofício erguem a sua voz contra os que todos os dias prometem para a próxima semana o pagamento de um magro subsídio para matar a fome de suas famílias, que pequenos proprietários têm de perder noites de sono para evitar que grandes obras de *desenvolvimento nacional* (!) invadam as suas terras e derrubem sem autorização as árvores plantadas pelos seus avós, que os mineiros sejam obrigados a ameaçar com a destruição da mina em que trabalham para poderem receber os seus salários em atraso, que os vidreiros dêem o máximo do seu talento



Comoveu-se com a homenagem prestada por reitores, professores e alunos da Universidade Católica. "Disseram-me: professor, não nos deixe... Eu estava com esta voz sumida como você percebe, e só pude apresentar linhas gerais de um projecto de Universidade para os trabalhadores. Mas eles continuarão o projecto."

Falei-lhe da Universidade Popular defendida por Bento de Jesus Caraça. Interessou-se vivamente. Se eu não o visse a sofrer tanto naquele momento teria recordado a semelhança que os aproxima através não só da trajectória de vida de quem alcançou a integração perfeita entre *vivência popular e transformação da teoria em alavanca da acção política*, como do conceito de cultura que Caraça dizia "ter sido e é o monopólio de um grupo - a classe burguesa - que, por virtude da organização social, torna inacessível a sua aquisição à massa geral da humanidade". Ambos têm a mesma con-

fiança em "que o ser humano é infinitamente aperfeiçoável e a cultura é exactamente a condição indispensável desse aperfeiçoamento progressivo e constante e deve, em primeiro lugar, dar a cada homem a consciência da sua própria dignidade".

Cansado já, ainda fez perguntas sobre a situação dos trabalhadores na Europa, sobre os movimentos que surgem contra a marginalização imposta pela pressão do desemprego e da perda do poder aquisitivo. "Hão-de surgir expressões novas de consciência popular. Não podemos desarmar, toda a ajuda é importante. Integrei a Comissão de Recepção a Álvaro Cunhal que virá no 25 de Abril. É uma honra para mim. Só tenho pena de estar assim, mas farei um esforço para ir vê-lo numa das palestras. Quero demonstrar-lhe a minha solidariedade e conhecê-lo pessoalmente. Li toda a sua obra e acompanhei a sua acção através das notícias."

Vejo o seu padecimento e decido despedir-me. Pede desculpas por não poder corresponder à minha visita como gostaria, com horas de conversa. "Você veio de tão longe, temos tantos assuntos..." Abraço-o como vida. Na rua dou-me conta de que as lágrimas rolam. Penaliza-me o seu sofrimento, admira-me a sua tenacidade em continuar o combate de toda a vida, comove-me a sua figura exemplar. Conhecê-lo, amá-lo, implica um compromisso com o prosseguimento da sua obra. "Não podemos desarmar", como disse.

Encontro uma jovem que o admira e respeita sem o conhecer pessoalmente. Conto-lhe a minha sensação nesta visita. Ela estuda *radiestesia* e diz que fará uma *corrente* com colegas para reduzir o sofrimento de Florestan Fernandes. Cada um procura no seu caminho a maneira de ajudá-lo a vencer os obstáculos da doença, mesmo utilizando recursos em que ele não crê. O professor faz escola mesmo sem conhecer os alunos. A sua dignidade inspira a acção.

Florestan Fernandes é um internacionalista e tem pago um elevado preço pela incansável batalha em defesa dos povos. Quando visitou Portugal durante a ditadura salazarista foi preso, à chegada, pela PIDE. No Brasil foi interrogado pela Polícia Política por manifestar a sua oposição ao colonialismo. Nunca desarmou. É um exemplo.

■ Zillah Branco

medo

e do seu esforço para salvar a empresa que não lhes paga há meses enquanto os gestores se juntam para declarar a falência, que os trabalhadores da indústria de automóveis sejam despedidos depois das empresas estrangeiras terem embolsado a ajuda do Estado para fazerem uma breve estadia por Portugal, que os professores e alunos venham à rua defender a moralização do ensino que tropeça nos estranhos desígnios de um Ministério interessado em cálculos de custo e produtividade, que a indústria do turismo, que recebeu estímulos para substituir a actividade agrícola no produto nacional veja-se agora jogada às baratas? A lista do que temos visto pela televisão é longa, mas os casos não divulgados ainda são muitos mais.

Uma realidade vergonhosa

Já por várias vezes tenho ouvido os casos ocorridos dentro de grandes empresas, sobretudo bancárias, de pressões directas sobre os trabalhadores para não cobrarem as horas extraordinárias e não reivindicarem os seus mais elementares direitos laborais. A ameaça é clara: *despedimento*. Contam com a grande *massa de manobra* criada pelo sistema com os desempregados para calarem os que ainda têm a sorte de ocuparem um posto de trabalho. O fantasma do desemprego está à vista e as múltiplas formas de crédito para habitação, carro e electrodomésticos amarram o pé daqueles que um dia acreditaram que melhoravam de vida e mudavam de *status*. O *medo* de perderem o sustento e a situação alcançada com tanto sacrifício corta-lhes a voz. Não se dão conta de que estão *abjurando* os seus princípios como Galileu ao negar as suas descobertas científicas com medo da Inquisição. Não se dão conta de que estão *negando a sua própria dignidade* de cidadãos livres de uma sociedade democrática e aceitando uma condição de *escravos*.

Os casos que me têm sido contados são incríveis: num banco onde já se tornou hábito a prestação de serviços em horas extraordinárias sem remuneração chegou a fiscalização alertada por um sindicalista. Os próprios funcionários trataram de avisar a chefia para que fosse rapidamente assinado o livro de presenças antes da vistoria. Mistura-se aí a sabugisse do funcionário que *salva* o chefe com o medo de outros que perderam a coragem de denunciá-lo que é sistematicamente feito contra eles. Só levantarão a voz

quando forem despedidos. Enquanto sobrar uma esperança, vendem a sua consciência pelo prato de lentilhas. Quem os pode culpar? Quem os pode defender? É a quebra do respeito próprio e, com ele, a da solidariedade de classe. É a destruição da auto-estima, do padrão moral em que se apoiam para educar os filhos. É a *escravidão* da consciência de quem se veste de cidadão *livre* e que acredita na *democracia*.

Mas há formas de pressão ainda mais ignóbeis utilizadas por administradores cruéis e corruptos: o funcionário dá tudo de si para que a empresa supere a famosa *crise estrutural*, trabalha por si e por mais três ou quatro que foram despedidos em nome do aumento da produtividade, dispensa o pagamento das horas extraordinárias e enfrenta as dificuldades em casa derivadas da sua ausência junto à família e à carência financeira, é vencido pelo *stress*. Gentilmente, o chefe recomenda-lhe tratar-se com um psiquiatra. Anima-o, relatando casos de esgotamento de amigos e familiares que ficaram completamente restabelecidos. O trabalhador agradece tanta compreensão e aceita o benefício do tratamento médico. Quando obtém a alta, volta disposto a prosseguir em melhor ritmo o sacrifício mas verifica que, por se ter tratado com um psiquiatra, é considerado *diminuído* e transferido para funções burocráticas com menor responsabilidade.

Todos sabem que o *stress* é a doença desta sociedade exploradora, que os terapeutas se multiplicam para aliviar as tensões, que o tratamento psiquiátrico é como outro qualquer do ramo da saúde, mas isto é para quem está por cima da classe trabalhadora. Serve de pretexto para catalogar como possível *louco* quem vive de salário. Então o *medo* de revelar o esgotamento nervoso impede a busca do seu tratamento. Estamos a aceitar uma situação laboral geradora de *escravos e doentes*.

Por onde anda a Justiça? O que foi feito do Portugal de Abril?

Portugal faz parte da Comunidade Europeia também por estes abusos patronais. A tendência a quebrar a unidade dos trabalhadores é internacional e deriva da mundialização do trabalho. Nos países mais desenvolvidos ocorrem as mesmas formas de pressão. No entanto, na agência de Paris da Caixa Geral de Depósitos os trabalhadores ousaram fazer uma greve de 45 dias. Suportaram o *medo* com o apoio do movimento sindical francês e dos trabalhadores imigrantes que viram na sua luta uma ponta de lança para a defesa da dignidade. E venceram. Foi um exemplo inesquecível.



O próximo número de «O Militante» vai publicar uma importante entrevista de Álvaro Cunhal, sobre problemas da actualidade mundial e nacional, bem como outras relevantes matérias.

INFORMAÇÃO
20 INFORMAÇÃO:
A BATALHA INADIÁVEL

ORGANIZAÇÃO
22 ESTRUTURAR
E FORMAR QUADROS
25 A ORGANIZAÇÃO
NO DISTRITO DE BEJA
28 A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO
NA QUIMIGAL

DEBATE COM O PAÍS
31 UM IMPORTANTE
PROCESSO DE DIÁLOGO

LUTAS
35 A VALIDADE
E ACTUALIDADE DA LUTA

REFORMADOS
39 II ENCONTRO NACIONAL DO PCP

PÁGINA ABERTA
51 HÁ COISAS
QUE NUNCA ESQUECEM...

NOTAS E COMENTÁRIOS
55 Eleições na EDP e Lisnave
55 O 1º de Maio é dos trabalhadores
56 «O cavaquismo»
58 Finalmente...
59 O desafio dos números

II Guerra Mundial

A Batalha de Berlim (2)

■ Manoel de Lencastre

No centro da capital do III Reich

No dia 25 de Abril de 1945 e após combates ferozes já em plena capital do Reich, a 38.ª divisão de Infantaria do 47.º exército (Perkorovitch) e a 65.ª brigada de tanques do 2.º Exército de tanques (Guardas), de Bogadanov, avançam da zona ocidental sobre o centro de Berlim (1). Apoiavam essas tropas, o 6.º Corpo de forças Mecanizadas (Guardas) pertencente ao 4.º exército de tanques (Guardas), de Leliuchenko, e unidades do exército de Ribalko que surgiam da zona sul combatendo em Potsdam, Brandenburg e Schmargendorf (2). Ao realizarem a respectiva junção estas formações de tropas soviéticas quebraram o anel de três linhas defensivas posicionadas à volta da grande capital (400.000 homens) e dividiram-no em dois grupos isolados: o de Berlim, propriamente dito, e o do Frankfurt-Huben. O 3.º exército (Gorbatov) e o 1.º exército de tanques (Guardas), de Katukov, tinham rompido, como relâmpagos, na área de Königswusterhausen.

Luta final

As operações conjuntas das 1.ª Frente Bielorrussa, de Jukov, e 1.ª Frente Ucraniana, de Koniev, encerravam Berlim no inferno do ataque decisivo. Fechavam-na, cortavam-na ao contacto com o exterior. A guerra, agora, era só na cidade. O culminar do bárbaro conflito que ensanguentara quase todas as nações do mundo reduzia-se, portanto, a um combate, apenas — aquele que se travava entre o Exército Vermelho e os defensores da Berlim hitleriana e nazi. Era a luta final.

Dividindo a cidade, o rio Spree constituía um obstáculo considerável ao progresso das unidades soviéticas em combate. A entrada no centro da capital germânica por parte das tropas de infantaria soviética e dos seus carros de combate só era possível através de lutas dantescas rua a rua, prédio a prédio. Os alemães, como é natural, faziam uso de todas as vantagens que são próprias de quem se acha na defensiva, no âmago de uma zona urbana. Os grandes edifícios ofereciam abrigo e passagem. Mas a ofensiva do Exército Vermelho não abrandava. Segundo a ordem de batalha estabelecida, um primeiro escalão de tropas atacava durante o dia e o segundo entrava em acção à noite. Berlim já não tinha descanso. Não lhe era permitido respirar. Mas teriam descansado Minsk e Kiev, Smolensk, Leninegrado, Moscovo, Sebastopol e Stalinegrado? Berlim confrontava-se com a inevitabilidade. Não tinha salvação possível.

Ondas de tanques soviéticos rompiam através dos escombros em ruas que ontem, ainda, tinham sido o ambiente moderno e organizado de uma capital ocidental e cosmopolita. Surgiam labaredas. As explosões contínuas faziam tremer a terra. O troar da artilharia, incessante, punha em tudo a marca de um tempo inexorável que não oferecia alternativas. Cada exército soviético, lutando em Berlim, tinha um objectivo especial. O ímpeto e o fogo dos tanques, combinado com o da artilharia e o da aviação, concentravam-se, então, sobre esse objectivo. Era terrível, mas espectacular, o caos resultante. Era o Reich eterno que desabava depois de 12 anos de barbaridades. Nesse mesmo dia 25 de Abril, Hitler dissera ao comandante da guarnição de Berlim, general Weidling:

«A situação vai melhorar. Os 9.º e 12.º (3) exércitos virão para o centro da cidade e, de aí, repulsarão o avanço dos russos, a sul. Steiner virá, de norte, e atacará a outra frente inimiga.»

Mas Keitel (4), mais sóbrio, declarava:

«Tomava-se claro que Berlim cairia, "a menos que retirássemos as nossas tropas da zona do Elba para lançá-las contra os russos. Depois de uma conferência com o «Führer», Jodl e Goebbels, dei ordens ao 12.º exército para suspender a guerra contra os americanos e passar a combater os russos.»

Keitel, com efeito, deslocara-se para o posto de comando do 12.º exército a fim de poder supervisionar a ligação deste ao 9.º exército mas, ao pretender regressar a Berlim, já não pôde fazê-lo. Ambas as formações estavam a conhecer o aniquilamento.

«Onde está o 12.º exército?», gritava o «Führer». Tudo se enquadrava já num mundo estranho, apocalíptico, onde a realidade parecia ilusão e as visões enganosas do prestidigitador

supremo, Hitler, que havia iludido uma grande nação, já não mereciam crédito. Mas pairavam, ainda, sobre as ruínas da Alemanha, como se fossem verdadeiras. «Onde está o 12.º exército? Onde se encontra Shörner?» Adolf Hitler desesperava e pressentia, no «bunker» da Chancelaria do Reich, que o seu fim se aproximava.

Encontro no Elba

Enquanto isto, a 1.ª Frente Ucraniana, de Ivan Koniev, rompia todas as estruturas defensivas colocadas pelos alemães, com densidade crescente, na zona sul da cidade e surgia, também, na capital do Reich. O glorioso exército de tanques de Ribalko recebe ordens para forçar o canal Teltow e entrar em Berlim. Luchinski, no comando do 28.º exército, ocupava a linha Teupitz-Basdorf e preparava-se para bloquear todas as estradas entre os lagos da região. O ataque final ao 9.º exército nazi (Busse) pertencia ao 3.º exército (Guardas), de Gordov. Pulkov (13.º exército), já se aproximava do Elba. Efectivamente, as forças da Frente comandada por Koniev começam, gradualmente, a chegar à margem direita do histórico rio — o 4.º Corpo de Tanques (Guardas), do general Goiarov, os 34.º e 32.º Corpos de Infantaria (Guardas) dos generais Baklanov e Rodimtesev.

O 25 de Abril, como se vê, ficaria marcado pelo encontro nas margens do Elba entre os americanos, que aí acabavam de chegar (andaram depressa!), e as forças de Baklanov pertencentes ao 5.º exército (Guardas), de Zhadov. O Estado-Maior do Exército Vermelho, entretanto, estabelecera a linha que dividiria as operações entre as duas Frentes soviéticas que lutavam por Berlim — passava por Mittenwalde, Mariendorf, Tempelhof e a estação ferroviária de Potsdam. Nestas circunstâncias, unidades de Ribalko já tinham ultrapassado a linha em questão e teriam de ser retiradas.

O camarada Berzarin

Tudo o que restava do aparelho militar e político nazi agonizava. Restava, agora, ao 5.º exército de tropas de choque, do general Berzarin, avançar para os objectivos que lhe haviam sido designados: a área dos edifícios governamentais incluindo a Chancelaria onde se escondia o «Führer» e Eva Braun, Goebbels, a mulher e cinco filhos, e muitas outras personalidades do nazis-

Corpos de carros de combate (Guardas) dos generais Firsov e Zerebin.

Aos poucos, o 5.º exército de choque aproximava-se da Alexanderplatz, do Palácio do Kaiser Wilhelm, do «Rathaus» (Câmara de Berlim), do «Reichstag» (Parlamento) e da Chancelaria imperial. Isto, como se vem referindo, era o 25 de Abril e Nikolai Berzarin, patriota confirmado e leal, membro do Partido Comunista, Herói da URSS, já estava nomeado como Comandante-Chefe das forças soviéticas de ocupação, em Berlim, não obstante a situação visto que ainda se combatia com total violência. As baixas, naturalmente, eram atrozes porque o inimigo resistia com o desespero e a raiva de quem sabe que o seu fim está bem à vista.

A 29, a 1008.ª divisão de Infantaria (coronel Bovisov), com o 1010.º regimento (coronel Zagarodski) da 266.ª divisão, investiram o «Rathaus». Mas dada a brutal intensidade do fogo dos respectivos defensores, o comando soviético decidiu fazer demolir as paredes do vasto bloco com explosivos colocados por sapadores especiais e avançar, depois, sobre os escombros produzidos, com formações de tanques. Quando monumentais rolos de fumo absorveram o imponente edifício, os carros avançaram e a infantaria irrompeu através dos buracos e das fendas abertas no emblemático palácio municipal, à granada, salão após salão, corredor após corredor. O organizador político do «Komsomol» (5), tenente Gromov, subiu ao telhado da importante construção para arrear a bandeira nazi e colocar, em seu lugar, o vitorioso pavilhão da URSS.

Em cooperação com o exército de Berzarin, tomavam parte na luta pelo centro da capital nazi, o 3.º exército de choque (Kuznetsov), os 1.º e 2.º exércitos de tanques (Guardas) de Katukov e Bogdanov, o 8.º exército (Guardas), de Chuikov, e o 16.º exército do Ar (Rudenko). Estas forças eram, na verdade, demasiadamente poderosas para que o sistema defensivo germânico pudessem resistir-lhes. Mas combatiam por uma causa justa. Tinham a seu lado o mundo inteiro apesar da relutância e dos maus olhos dos imperialistas para com os feitos heróicos do Exército Vermelho. Diria Keitel, nestas dramáticas condições:

«Estávamos a combater, mas sempre à espera de acontecimentos que, afinal, não se produziram.»

«Quem vai para Dresden e Praga?»

Enquanto isso, todavia, os nazis ainda possuíam forças importantes noutros sectores — o Grupo de Schorner e o Grupo Sul, de Rendulic, que ocupavam, como sabemos, a Saxónia e grande parte da Checoslováquia e da Áustria. Foi quando chegou o célebre telefonema do Quartel General do Exército Vermelho, em Moscovo, dirigido ao Marechal Ivan Koniev, comandante da 1.ª Frente Ucraniana: «Quem julga o camarada que vai avançar para Dresden e Praga?» Estava selado, assim, o destino de Koniev e o dos seus heróicos comandantes dos exércitos de tanques, Ribalko e Leliuchenko. Não tomariam parte no ataque final aos últimos redutos dos nazis, em Berlim. Teriam de sair desse teatro de operações. Dresden e Praga estavam escritas no seu destino.

No centro de Berlim, entretanto, prepara-se o ataque à Chancelaria e ao «Reichstag». Os exércitos de choque de Kuznetsov e Berzarin, os exércitos de tanques de Bogdanov e Katukov e o 8.º exército, de Chuikov, constituíam uma concentração de força militar, para um objectivo de reduzida escala, verdadeiramente sem precedentes. Adolf Hitler ia conhecer o «terminus» da sua selvática aventura.



mo. Jukov decide reforçar o exército de Berzarin (6) com o 11.º Corpo de Tanques comandado pelo general Tuchtchuk. Quem foram os heróis das tropas de choque que avançaram contra o coração da Alemanha hitleriana, a 25 de Abril?

— a 94.ª divisão de Infantaria (Guardas), do general Gasparian; as 89.ª, 266.ª, 60.ª, 416.ª e 295.ª divisões de Infantaria comandadas pelo general Seriugiun, pelo coronel Fomichenkop e pelos generais Sokolov, Sizranov e Dorofiev; e os 26.º e 32.º

(1) 1.ª Frente Bielorrussa, de Georgi Jukov.

(2) 1.ª Frente Ucraniana, de Ivan Koniev.

(3) Comandados por Busse e Wencke.

(4) Chefe do Estado-Maior da «Wehrmacht»; principal chefe do «OKW».

(5) Comandante do «Grupo de Exércitos Vistula».

(6) Chefe do Estado-Maior: general V. K. Kuchichev.

(7) Juventude Comunista;

Problemas actuais da agricultura portuguesa

Dada a gravidade da situação na agricultura e as muitas nuvens negras no seu horizonte, o PCP tomou posição pública sobre alguns dos actuais problemas do sector agrícola, numa conferência de imprensa realizada na passada quinta-feira. Foi o camarada Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, quem revelou à imprensa o documento que transcrevemos hoje.

1

Os problemas da seca no Alentejo, os fogos florestais e os riscos de acidentes climáticos no Norte e Centro do País

As terras alentejanas enfrentam mais uma vez a calamidade de uma seca com dramáticas consequências para as populações, para as autarquias, para a agricultura e a economia regionais. Mas se a natureza é madrasta, foi e é a política de direita de sucessivos governos, e em particular dos governos do PSD/Cavaco Silva, a grande e principal responsável pela inexistência de meios e ausência de medidas que permitam atenuar os efeitos dos acidentes climáticos que ciclicamente afectam o Alentejo.

Destacamos mais uma vez os responsáveis pelos múltiplos e crimonosos adiamentos por estritas razões políticas e de classe da construção do Alqueva.

Surdos às propostas e avisos do PCP, das autarquias da Região, com destaque para as da CDU, e de muitas outras instituições e organizações, o Governo PSD/Cavaco Silva, sempre particularmente atarefado com o bem-estar e atribuição de indemnizações aos senhores do latifúndio - 22 milhões de contos de fundos comunitários mais 60 milhões do Orçamento do Estado português -, apenas se lembra da seca quando há eleições. Então é um corropio de ministros e responsáveis do PSD a prometerem, pela enésima vez, o início de obras fundamentais, como as do Alqueva, Enxoé, Gema e Água Branca, Minutos e Abrilongo.

Denunciamos a política que se recusou a concretizar as medidas que as Direcções das Organizações Regionais do PCP dos três distritos do Alentejo avançaram em Março de 1992 face a uma situação climática semelhante, e que, se realizadas, poderiam hoje reduzir a dimensão dos problemas existentes.

Denunciamos a falta de vontade política, a indiferença e o atraso na tomada de medidas de emergência perante a situação que no presente ano há muito vinha a desenvolver-se, e que desde meados de Fevereiro vinham sendo reclamados pelo PCP.

Exigimos que sejam dadas respostas urgentes e suficientes às soluções de emergência reclamadas por instituições e organizações alentejanas, incluindo a declaração da situação de calamidade pública nos distritos e concelhos mais atingidos.

Na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, os deputados do PCP já avançaram com propostas e outras iniciativas com o objectivo de acelerar a tomada de medidas de emergência.

Também o desencadear dos primeiros grandes incêndios florestais do ano, decorrentes da estiagem que se fez sentir, põe a nu a completa incapacidade deste Governo para responder atempada e eficazmente a estes flagelos.

Deve anotar-se como exemplar o ridículo de burocraticamente não ter sido accionado o uso de meios aéreos no combate aos fogos, apesar das reclamações de eleitos autárquicos e corporações de bombeiros, por aqueles terem um uso reservado apenas para a época oficial dos incêndios a partir de Junho...

O significativo avanço no desenvolvimento vegetativo na generalidade das culturas do Norte e Centro (vinha, pomares, searas, batatas, etc.) faz pesar sobre os agricultores dessas regiões o enorme risco da possibilidade de ocorrerem, como frequentemente sucede, geadas tardias, ocasionando perdas irreparáveis nas produções. Denunciamos, mais uma vez, a total desadequação do actual seguro agrícola, manifestamente incapaz de cobrir os riscos.

Resultado de um enquadramento legal da autoria do PSD, o seguro de colheitas existente é inexecutável, pela sua filosofia de fundo de completa entrega da actividade seguradora agrícola ao mercado das companhias privadas, pela insuficiente socialização dos riscos de um sector económico frágil, pelos prémios, prazos e zonagem das culturas cobertas completamente inadequados. Situação que torna mais evidente que nunca a validade do projecto apresentado oportunamente pelo PCP na Assembleia da República e que o PSD reprovou.

2

A Rede Nacional de Abate transformada nas PEC - a constatação de um desastre

Flagrante exemplo de uma política profundamente errada é a situação atingida pelos matadouros da que foi chamada Rede Nacional de Abate, depois baptizada Empresas PEC.

esbulho e o desperdício de dinheiros públicos e comunitários, os atentados contra os interesses dos agricultores e da agricultura portuguesa, contra a economia nacional.

Durante anos, e com o argumento das imposições de uma directiva comunitária, encerraram-se matadouros e casas de matança municipais e pequenos matadouros privados, apesar de fortes movimentações de agricultores e da oposição dos eleitos da CDU. Simultaneamente, foram-se construindo instalações megalómanas, públicas e privadas, que desde o início do projecto se via serem manifestas e brutalmente sobredimensionadas face à produção pecuária portuguesa, consumindo-se milhões de contos de fundos nacionais e comunitários.

Hoje é a evidente constatação do desastre. Os novos matadouros que funcionam, fazem-no numa percentagem ridícula da sua capacidade instalada. Outros faliram ou estão a caminho da falência. Outros não chegaram a entrar em funcionamento. Outros não passaram dos alicerces ou dos projectos. Outros, ainda, são hoje entretidos da carne importada, em vivo ou congelada, dos outros países da Comunidade, para maior prejuízo dos produtores pecuários portugueses.

Podemos começar pelo Matadouro do Cachão, em Mirandela, desde sempre um «elefante branco»; passar pelo Matadouro do Alto Tâmega, no Barroso, ainda por acabar; descer ao Matadouro Regional do Douro Sul, sem viabilidade e accionado em tribunal por dívidas de muitos milhares de contos; passear pelo terreno destinado ao Matadouro do Alto Minho, em Arcos de Valdevez; caminhar depois até Vila Nova de Famalicão, para visitar o Matadouro Regional de Entre Douro e Minho, em riscos de ser abatido; dar um pulo até Penafiel, ao Matadouro do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, onde milhão e meio de contos jazem à espera de melhores dias; passando pelo subaproveitado e marginalizado Matadouro da UNIAGRI, em Vale de Cambra; e terminar esta volta ao Portugal dos matadouros em Sousel, no Matadouro Regional do Alto Alentejo, a trabalhar a 20%-30%, com dívidas vultuosas e salários em atraso; ou no Matadouro Regional do Algarve, em Loulé, que abate os animais que a região não tem! Mas a «volta» podia ser mais extensa.

E, ironia suprema, em Dezembro passado, a Comissão das Comunidades Europeias aprovou uma derrogação à directiva «a choupa de abate» dos matadouros portugueses, por pressão dos alemães e franceses, que não foram atrás da directiva e sob o protesto do bom aluno português, que entretanto já tinha encerrado cerca de 700 estabelecimentos! E, ironia das ironias, o processo de liquidação dos nossos matadouros, justificado tecnocraticamente pelas más condições sanitárias dos abates, provocou uma grande proliferação de abates clandestinos, realizados sem quaisquer condições e sem qualquer controlo ou fiscalização pelas autoridades competentes, o que em grande parte é provocado pelas grandes distâncias entre as novas unidades e os centros produtores e de consumo sub-regionais.

Sublinhemos também que, sobre esta matéria, o PCP, que viu boicotado na Assembleia da República, pelo PSD, o inquérito parlamentar ao ruinoso processo de privatização das PEC, apresentou em tempo oportuno um projecto de lei que teria permitido adequar e conciliar uma Rede Nacional de Abate a partir da rede de matadouros existente, com a estrutura da pecuária nacional, com os interesses dos agricultores e talhantes, com a modernização e melhoria das condições higio-sanitárias de abate, e com uma economia de muitos milhões de contos para o País. Mas falaram mais alto os interesses dos grandes negociantes, industriais e importadores de carne, os interesses do grande capital, que realizou largos lucros com a importação e instalação de equipamentos, os interesses caciqueiros de alguns autarcas protegidos pelo poder.

3

Os processos comunitários de revisão da OCM Vitivinícola e da OCM das Frutas e Hortícolas Frescos

O tíbio e subserviente posicionamento do Governo português no conflito da palmeta, que conduziu ao desastroso acordo para as pescas nacionais entre a União Europeia e o Canadá, e a votação favorável dos deputados do PS, PSD e CDS no Parlamento Europeu a favor do Relatório Fantuzzi sobre a proposta do Conselho da Reforma da OCM dos Vinhos, não auguram nada de bom para o desfecho dos processos comunitários de grande importância para a agricultura nacional de revisão da OCM do Vinho e dos Hortofrutícolas.

Nem a caríssima propaganda que consumiu cerca de 60% do encaixe de 745 mil contos da ruínosa privatização dessas empresas consegue esconder a falência, os negócios escuros e a corrupção, a incompetência técnica e os erros financeiros, o



Depois de tão significativas posições, é de esperar, pelo menos, como já referimos em Nota do Gabinete de Imprensa, «que o PSD, o PS e o CDS poupem agora os viticultores e os portugueses à farsa da grande diferença de posições sobre questões políticas de grande relevância para o País e, em particular, em política comunitária». Que assumam o rasgar das promessas feitas aos agricultores portugueses quando nas eleições para o Parlamento Europeu, realizadas há menos de um ano!

E espera-se que o PS não venha, hipocritamente, representar, mais uma vez, o papel de quem se indigna e protesta em Portugal, enquanto os seus representantes no Parlamento Europeu votam favoravelmente medidas ruins para o País. Como já sucedeu aquando da Reforma da Política Agrícola Comum e da «venda» da 2ª etapa do período de transição da agricultura portuguesa.

Mais uma vez, apenas o PCP honrou os seus compromissos, renovados aquando das eleições para o Parlamento Europeu, em 1994, votando contra um documento que é um aval à destruição da viticultura portuguesa.

4

O realidade dos factos e a demagogia de um ministro de fachada dialogante

Em vésperas de eleições europeias, Cavaco Silva, para responder ao profundo descontentamento dos agricultores portugueses, inclusive pela inconstitucional e antidemocrática discriminação da Confederação Nacional da Agricultura - CNA praticada pelo seu Ministro Arlindo Cunha, despachou este para candidato ao Parlamento Europeu e ensaiou a farsa do ministro que não sabia nada de agricultura, mas era muito dialogante.

É o Ministro Duarte Silva que vai desenvolver essa demagogia, começando por promover por todo o País uma série de exemplares diálogos em reuniões com os agricultores, para explicar o PAMAF, onde só podiam fazer-se perguntas escritas. Depois, acaba por receber, em Janeiro de 1995, uma delegação da principal organização representativa da Pequena e Média Agricultura Portuguesa. A que, aliás, se seguiu a recepção pelo novel Presidente do PSD, Fernando Nogueira.

Mas o véu grosseiro da demagogia eleitoralista estala rapidamente, pelas decisões e imposições da política de classe e de direita do Governo PSD.

É assim que a CNA é afastada da composição da Comissão Consultiva do PAMAF, por despacho ministerial de 28 de Fevereiro, Comissão onde, a par das organizações apadrinhadas pela direita, surge uma fantasmagórica ACAP, de que nunca ninguém ouviu falar. É assim que, por novo despacho de 17 de Março do dialogante Ministro da Agricultura, é criado um Conselho de Apoio à Política Agrícola, que integra os presidentes e secretários da CAP e CONFAGRI, e exclui novamente a CNA. Situação tanto mais ilegal e escandalosa quando a recente reestruturação orgânica do MAP extinguiu um chamado Conselho Nacional de Agricultura, Pescas e Alimentação.

O PCP denuncia a autêntica «corporativização» do Ministério da Agricultura que as competências atribuídas àquele Conselho propiciam e que, acrescentando-se a outros privilégios conhecidos, fazem cada vez mais da CAP a nova Corporação da Lavoura, e exige que sejam respeitados todos os direitos de representação e participação a que a CNA tem legítimo direito.

As lutas e manifestações dos agricultores portugueses ocorridas durante os primeiros meses do corrente ano, com particular destaque para as realizadas em Torres Vedras, Vila Pouca de Aguiar, Moimenta da Beira e Barcelos, demonstram a evidência da gravidade da situação na agricultura e são o mais profundo desmascaramento da demagogia com que, em anos de importantes eleições legislativas, o Governo PSD procura ocultar 10 anos de ruínosa política agrícola.

Cavaco Silva vai ao Douro, faz promessas já muitas vezes feitas, e nalguns casos com legislação aprovada, que não iludem os seus ruinosos projectos de liquidação de competências e direitos históricos da Casa do Douro, consubstanciados na legislação ontem publicada - decretos-leis nº 74/95, 75/95 e 76/95 - de que o PCP desde já declara ir requerer a respectiva ratificação na Assembleia da República.

Duarte Silva bem pode ir ao Alentejo com novas promessas, mas não pode apagar a ruínosa política agrícola levada a cabo no Alentejo.

Álvaro Amaro não vai a Moimenta da Beira porque já em vésperas das eleições europeias lá tinha ido prometer o que depois não cumpriu.

Os agricultores do Oeste, os produtores de leite de Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho, os viticultores do Douro, os fruticultores da Beira Távora, só na luta encontrarão resposta para os seus problemas.

A seu lado terão, hoje como sempre, o PCP.

PONTOS CARDEAIS

A carantonha do general

Na sessão solene comemorativa do 25 de Abril realizada na Assembleia da República e transmitida em directo pela RTP, verificou-se um pormenor curioso, não na sessão propriamente dita, mas na transmissão televisiva.

A dado passo rendia-se homenagem, na tribuna, aos corajosos Capitães de Abril que há 21 anos afrontaram e derrubaram o regime fascista. O discurso era claro e o seu objecto também: os jovens capitães que constituíram o glorioso Movimento das Forças Armadas e com ele construíram um dos mais altos momentos da História portuguesa. Vários desses

“capitães de Abril” estavam lá, já não nos lugares de honra do hemiciclo, mas para onde o restauracionismo vigente os empurrou: as bancadas reservadas ao público.

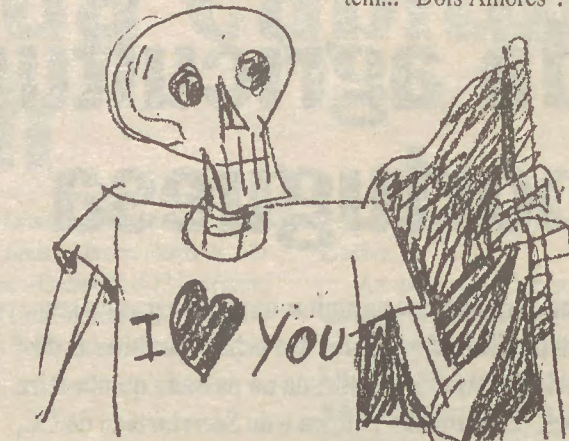
Pois mesmo assim a televisão estatal teve o descaramento de ilustrar a homenagem aos Capitães de Abril com longos grandes planos fixos da carantonha de António de Spínola, o general que não apenas serviu ferverosamente o regime fascista como, na sua oportunística e meteórica passagem pela Revolução, o fez apenas para a combater e tentar destruí-la.

Por aqui (mais uma vez) se vê a quem o cavaquismo entregou o mais poderoso órgão de Comunicação Social do País.

E para quê - apesar de o PSD, 21 anos depois, ter de repente acordado para “comemorar” Abril.

Era só o que faltava!

Em panos arvorando a consigna “Emprego - Solidariedade”, a UGT está a anunciar por Lisboa a sua próxima comemoração do 1º de Maio, mais uma vez localizada no jardim frente à Torre de Belém. E por baixo, também a todo o comprimento do pano, mobiliza as massas trabalhadoras com uma



proposta assaz aguerrida, no que toca ao combate sindical que hoje se trava no País pelo Emprego e Solidariedade: “Festa Popular com Marco Paulo”. Era só o que faltava: o Marco Paulo como mobilizador

sindical da UGT e a UGT a apoiar-se no Marco Paulo. Se calhar é porque ambos têm... “Dois Amores”.

Os extremistas

Eugene Terre Blanche, o líder do movimento neonazi de “Resistência Afrikaner” (AWB) que há um ano jurava, durante as primeiras eleições multirraciais na África do Sul, lutar por um “Estado branco” separado da maioria negra, anda neste momento a suplicar à Comissão de Justiça do novo Parlamento, de maioria negra, a amnistia para os membros do seu partido implicados em atentados com explosivos, que fizeram 21 mortos antes das eleições. Por outro lado, o Partido Conservador (CP), acérrimo defensor do “apartheid” e que boicotou as eleições, debate-se com problemas financeiros e a afluência de público aos seus comícios diminuiu aparatosamente, enquanto os “ultra-revolucionários” negros da Azapo, para mostrarem que não tinham desaparecido - como de facto politicamente desapareceram - saíram agora com um comunicado a apresentar uma reivindicação de fundo, para os povos da República da África do Sul: a devolução, pela rainha Isabel de Inglaterra, das jóias da Coroa provenientes da África do Sul. De facto nada faz parar a roda da História...

O Abril do PSD

As “comemorações” que o PSD este ano decidiu realizar pela primeira vez para celebrar o 25 de Abril tiveram, em Coruche, a expressão grotesca da inauguração duma terraplanagem, a convite da Caixa de Crédito Agrícola local. O pretexto era uma fábrica de beterraba que ainda não existe, pelo que se percebe a confluência dos comemorantes: ministros de um Governo que está quase a deixar de o ser, um novo líder do partido que ainda anda a ver se o é, e o antigo líder que anda disfarçado de “militante de base”. Foi, de facto, o 25 de Abril que deu vida ao PSD, mas o PSD, dentro do 25 de Abril, não tem mesmo vida nenhuma, coitado!

FRASES da SEMANA

“No dia dos trágicos acontecimentos de Oklahoma, a primeira demonstração de solidariedade veio da polícia inglesa, que, no aeroporto de Heathrow, deteve um suspeito - entretanto, ao que parece, ilibado.”

☞ (João Carlos Espada - «Público», 24.04.95)

“Chirac conseguiu a adesão da direita com um discurso de esquerda.”

☞ (Olivier Duhamel, politólogo - «Público», 23.04.95)

“No caso OGMA, deve ter havido um lapso.”

☞ (Fuzeta da Ponte, CEMGA - «Expresso», 22.04.95)

“Não me importava de ser Presidente da Câmara de Lisboa.”

☞ (Ferreira do Amaral - «Semanário», 22.04.95)

“Não considero que Cavaco Silva tenha condições naturais para exercer o cargo de Presidente da República.”

☞ (Alvaro Barreto - «Diário de Notícias», 21.04.95)

“O PSD decidiu comemorar o 25 de Abril.”

☞ (Primeira frase de Fernando Nogueira na video-conferência a partir do Forum Picoas - «Público», 24.04.95)

“Tem havido (por parte do prof. Cavaco Silva) um grande entendimento e uma grande colaboração (com a nova liderança do PSD).”

☞ (Azevedo Soares, Secretário-Geral do PSD - «Semanário», 22.04.95)

“Pelo que pôde ver-se, profusamente mostrado pelas televisões e pelos jornais, as gravuras ditas “rupestres” de Vila Nova de Foz Côa correspondem a uma série emaranhada de garatujas horrendas e quase indecifráveis.”

☞ (Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 19.04.95)

“O autêntico folclore de pedra lascada, fundamentalista e desvairado, que dura há meses e não dá mostras de abrandar, já está a tornar-se insuportável para a paciência do comum dos mortais.”

☞ (Idem)

“Será que somos definitivamente, irremediavelmente, incuravelmente a direita mais imbecil do mundo?”

☞ (Charles Pasqua, ministro do Interior da França, citado em «Expresso», 22.04.95)

PONTOS NATURAIS

Passo a palavra

Enquanto

Enquanto houver homens com fome, enquanto houver falta de habitações, enquanto houver despreso pelo homem que quer trabalhar e não encontra emprego, enquanto houver milhares e milhares de crianças que morrem vítimas da fome e da guerra, enquanto houver tantas sombras de injustiça, enquanto houver tantas situações que levam os jovens à procura da droga porque não encontram na sociedade motivos de ideal, Jesus ainda não ressuscitou.

(D. Manuel Martins, Parabens, RTP)

A guerra estúpida

Como se não bastassem as guerras que vão pelo mundo, criou-se também entre as televisões uma coscuvilhice electrónica para saber o que as pessoas estão a fazer em casa, a que se dá o nome de «guerra das audiências».

E como onde há guerra não há alegria, não há festa, não há comunicação entre as pessoas, não há nada daquilo que é importante para se fazer boa televisão, eu não alinho em guerras estúpidas e escolhi precisamente como base do meu próximo programa um velho símbolo da alegria, indispensável em todas as festas: os coretos e as filarmónicas.

(António Victorino d'Almeida, apresentando o seu novo programa «À Volta do Coreto», na TV2)

Civilização

Para que Miguel Angel não fosse o único a atormentar-se pelas culpas de antepassados, lembrei uma

carta do padre António Vieira a D. Afonso VI em que se diz, preto no branco, referindo-se ao Brasil: «As injustiças e tiranias que se têm exercitado nos naturais destas terras excedem muito às que se fizeram em África. Em espaço de 40 anos se mataram e destruíram nesta costa e sertões mais de dois milhões de índios e mais de quinhentas povoações, como grandes cidades; e disto nunca se viu castigo.»

(José Saramago, Cadernos de Lanzarote)

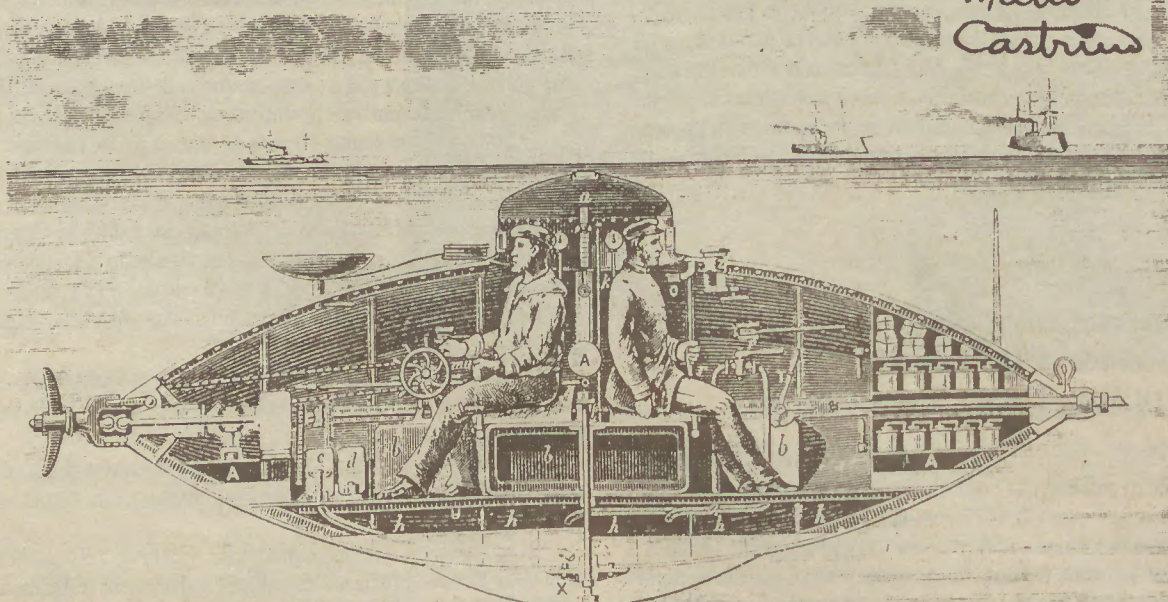
Bona ao leme

Clinton visita oficialmente a Alemanha. Segundo os jornais, o Presidente dos Estados Unidos declarou em Bona:

«A Alemanha é o nosso parceiro mais significativo para a construção de uma Europa segura e democrática.» Se sou capaz de entender o que leio, deduzo destas palavras que a administração norte-americana tem uma ideia muito clara do que lhe convém que seja a Europa: um todo conduzido por um só país, uma União cuja sede real, a seu tempo, será em Berlim, ficando Bruxelas para a burocracia e Estrasburgo para o entretenimento verbal. Incapazes de uma relação directa e equilibrada com todos e cada um dos países que constituem a Europa, os Estados Unidos vão preferir a negociação a dois, entre potência e potência. Aposto dobrado contra singelo que esta Europa será diferente quando no fim do ano terminar a presidência alemã da União Europeia. Poderá não se notar à vista desarmada, que é como nós geralmente andamos (desarmados da vista...), mas o tempo dirá se me engano.

(José Saramago, Cadernos de Lanzarote)

mário
Castro



TODOS AO 1.º DE MAIO

Reuniões e plenários

• Concelho de AMADORA

Plenário de militantes da freguesia de Falagueira-Venda Nova: sábado, dia 29, às 15.30, no Salão da Junta de Freguesia.

• Concelho de SINTRA

Reunião do Organismo para o Trabalho nas Empresas: sexta-feira, dia 28, às 21.00, no CT do Cacém, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

Plenário de militantes de Belas para discussão da proposta de Resolução da 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra e de questões autárquicas: terça-feira, dia 3, às 21.00, no salão Polivalente da Junta de Freguesia.

CDU - Reunião de eleitos na freguesia de Aqualva-Cacém: hoje, quinta-feira, às 21.00, no CT do Cacém, com a participação do camarada António Cordeiro.

• Concelho de VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes da freguesia de Vila Franca, com a participação do camarada Abílio Martins: sexta-feira, dia 28, às 21.30, no CT de Vila Franca.

• Cidade de LISBOA

Plenário da célula da Carris: hoje, quinta-feira, às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do Sector Centro Norte de Empresas: sexta-feira, 28, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Reunião do OD do Sector de Serviços: terça-feira, dia 2, às 20.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da Organização da Indústria Farmacêutica: quarta-feira, dia 3, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Reunião de eleitos do PCP nas freguesias de Mercês, Encarnação, Sta. Catarina, S. Paulo, Sacramento, Mártires: quarta-feira, dia 3, às 19.00, no CT Vitória. Plenário de militantes das mesmas freguesias, no mesmo local, no dia 10 (quarta-feira) às 21.30.

Reunião da célula da Auto Diniz: segunda-feira, dia 8 de Maio, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Carlos Carvalhas visita Beja

Com o objectivo de preparar o debate de urgência na Assembleia da República sobre a situação de seca no Alentejo, iniciativa do PCP, marcado para 3 de Maio, o camarada Carlos Carvalhas - acompanhado pelos deputados Lino de Carvalho e António Murteira - visita hoje Beja, com um programa de que constam: às 10h, um encontro com agricultores em Montes Velhos; às 10h45, uma visita à Barragem do Roxo. A partir das 11h30, no salão nobre da Câmara Municipal, o secretário-geral do PCP estará presente numa reunião com Autarquias e associações e organizações ligadas à Agricultura.

Viseu

Recordando César Anjo

A Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP vai promover no próximo sábado uma Evocação de César Anjo, viseense ilustre, médico, humanista e militante comunista, desaparecido há 25 anos. No Salão Nobre da Associação de Comerciantes do distrito será inaugurada às 15 horas uma exposição documental e às 16 horas realiza-se uma sessão pública.

Do Fascismo à Liberdade

- Vida e luta do PCP na Zona Oriental de Lisboa -
9h30 - Concentração no Poço do Bispo, seguindo visita guiada (de autocarro) a locais que serviram de apoio à luta clandestina do PCP

13h - Almoço-convívio na Voz do Operário com a participação de comunistas que antes e depois de Abril trabalharam na Zona.

Debate no Porto

E Depois do 25 de Abril

com a participação de

Gen. Vasco Gonçalves

Sexta

28 de Abril 1995 - Hotel Tuela - 21.30 h

Juventude Comunista Portuguesa



GARTEJO

29 de Abril, a partir das 15h

Encontro-convívio JUVENTUDE CDU LISBOA

Música ao vivo

com a participação de

CARLOS CARVALHAS

“A participação e contribuição dos eleitos municipais comunistas na batalha das eleições legislativas”

Encontro de eleitos municipais

no Centro de Trabalho Vitória,

sábado, das 11 às 17 horas,

com a participação de

Luís Sá e Carlos Carvalhas

CAFÉ CONVÍVIO



sábados a noite

ALCÂNTARA



28 de abril de 1995
21.00 H

Com a participação de

Ruben de Carvalho

(Jornalista e membro do C. C. do P.C.P.)

Sede Nacional da JCP

(Rua Sousa Martins, N.º 8)

Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

• Braga

Sessão CDU em Forjães

Realiza-se hoje, às 21 horas, na Escola Velha de Forjães/Espesinde, uma sessão-debate, promovida pela Coordenadora da CDU local, sobre "Ambiente e Saneamento Básico", tema que será introduzido pela economista Ilda Figueiredo.

• Lisboa

Caravana e convívios

Activistas e apoiantes da CDU ligados aos Sectores Serviços e Centro Norte de Empresas de Lisboa do PCP estão a organizar uma Caravana CDU para sábado, 13 de Maio. A caravana deverá partir às 9h30 do CT da Av. Duque de Loulé, terminando na Quinta da Atalaia, onde se realiza um churrasco-convívio.

Por sua vez, o Sector Escritórios promove um jantar-convívio no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, no dia 5 de Maio.

• Vila Franca de Xira

Convívio

Mulheres Comunistas do concelho de Vila Franca realizam no próximo domingo, a partir das 16 horas, um convívio no Centro de Trabalho local onde estará, nomeadamente, presente a camarada Maria da Piedade Morgadinho.

• Algueirão

Ainda o 25 de Abril

Está marcado para domingo, no restaurante "O Sousa", em Mercês, um almoço comemorativo do 25 de Abril, organizado por democratas de Algueirão-Mem Martins. Inscrições podem ainda ser feitas pelos telefones 9214498 e 9131355.

• Almada

Convívios

É de iniciativa da CDU o convívio que se realiza no próximo sábado, a partir das 16 horas, na Cooperativa Piedense, com a participação de Aboim Inglez e António Belo.

No domingo, realiza-se o tradicional Almoço do Pescador no Centro de Trabalho do PCP na Costa de Caparica.

• S. Domingos de Rana

Excursão a Coruche

A Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana promove uma Excursão de autocarro a Coruche no dia 7 de Maio. A partida será às 8h de S. Domingos de Rana, com paragens em Vila Franca e Benavente e almoço em Coruche. A viagem custa 1.400\$00 e o almoço 1.500\$00.

100º Abril



junta freguesia S. Domingos de Benfica
DIA 29 ABRIL às 20:30

ORGANIZAÇÃO Núcleo de Jovens de
S. Domingos de Benfica

**festival de bandas Rock,
Grunge, Punk... com os grupos
Feitos à Pressão
Speed Ball
Violator
Estado de Sítio
Oink Oiunk Band
Mortify
Rotten Jesus**

**Almoço-convívio
na QUINTA DA ATALAIA
no dia 7 de Maio
promovido pelas células da
LISNAVE e SOLISNOR**

10h - Prova de Atletismo
11h - Inauguração da reconstrução do Moínho da
Quinta da Atalaia
11h 30 - Futebol
13h - Almoço
14h 30 - Intervenção do camarada
Jerónimo de Sousa
15h - Animação cultural
16h 30 - Prova de Chinquillo
17h 30 - Encerramento

Inscrições até 4 de Maio
junto das células e pelo tel. 2752727

TEATRO

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto, Rua das Oliveiras. Tel. 2004540.
De 3ª a sáb. às 21.45, dom. também às
16.00. LUZES DE PALCO, encenação
de Norberto Barroca, pelos Seiva Trupe.

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. Tel.
6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às
16.00. AUTO DA ÍNDIA & COMPA-
NHIA, adaptação de textos de Gil Vicente,
encenação de Acácio Carvalho, pelo
Teatro Experimental do Porto.

COMUNA

Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De
5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. A
PULGA ATRÁS DA ORELHA, de
George Feydeau, encenação de João Mota,
pelo Teatro da Comuna. - Sábados e
domingos, às 16h: EU TU ELE NÓS
VÓS ELES, de Sérgio Godinho, encena-
ção colectiva do grupo Eu Tu Ele.

CONVENTO DOS INGLESINHOS

Lisboa, Tv. dos Inglesinhos (Bairro
Alto). De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00.
COMÉDIA EUFROSINA, de Jorge Fer-
reira de Vasconcelos, encenação de Silvi-
na Pereira, pelo Teatro Maizum.

FORUM LUÍSA TÓDI

Setúbal. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às
16.30. O GATO, pelo TAS-Teatro de
Animação de Setúbal.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

Cascais. Marcações: tels. 4670320 e
4867933. De 3ª a dom. 21.30. ESTÁ LÁ
FORA UM INSPECTOR, de J. B. Priest-
ley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. LORCA
ESPANHA CUMPLICIDADES, drama-

turgia e encenação de Armando Caldas,
pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7955822.
De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A
MORTE E A DONZELA, de Ariel Dorf-
man, encenação de Fernanda Lapa, pelo
Novo Grupo.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275.
De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. NÃO
HÁ NADA QUE SE COMA, de Francis-
co Pestana, encenação de Rui Luís Brás. -
De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00:
MARLY, A VAMPIRA DE OURI-
NHOS, de Carlos Queiroz Telles, encena-
ção de Maria do Céu Guerra.

TEATRO IBÉRICO

Lisboa, Rua de Xabregas, 54. De 5ª a
dom. às 21.30. O VENENO DO TEA-
TRO, de Rodolfo Sierra, encenação de José
Blanco Gil, pela Companhia do Teatro
Ibérico.

TEATRO MALAPOSTA

Olival Basto, R. Angola. Tel. 9388407.
De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A
MORTE DE UM CAIXEIRO VIAJAN-
TE, de Arthur Miller, encenação de José
Peixoto (até 7/5).

TEATRO MUNICIPAL S. LUÍZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso.
Tel. 3471279. Sala Estúdio - 2ª às 21.30:
EUROPA NÃO! PORTUGAL
NUNCA!, de Mário Viegas.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Lg. da Trindade. Tel. 3420000.
Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 19.45.
VALSA Nº 6, de Nelson Rodrigues, encena-
ção de Rodolfo Garcia Vasquez.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Arte de cozinhar; comida. 2 - Meigo; parte do ovo. 3 - Vergonha; alternativa; cantor ambulante entre os gregos; tratamento familiar. 4 - Per-tencia; campeão; outra coisa; barrete mourisco. 5 - Lado do navio voltado para o vento; meia gota; estrada magnífica de Roma a Brindes do séc. IV a.C.; letra grega. 6 - Nota musical; amplexo; popa. 7 - Crustáceo comestível; chaga. 8 - Duas de dois; atrasa; acolá. 9 - Pêlo de certos animais; sem companhia; compareceria; pequeníssimo ofício da pele; 10 - Canoa feita de casca desta planta; antiga nota musical; art.; nobre inglês. 11 - Grande apetite; Ósmio (s.q.); enfeite; meia hora. 12 - Lançados; recente. 13 - Militar autoritário; resta.

VERTICAIS: 1 - Capuz de frades; assalariar. 2 - Osso do braço; derrubei. 3 - Local de vendas; pagam; azul (fig.). 4 - Eiro; jarros de boca estreita; dentro de Paris. 5 - Sódio (s.q.); cont. prep. e art.; alternativa; Astatino (s.q.); 6 - Antepassados; altar de sacrifícios; completa. 7 - Acusado; descí de preço; forma redutiva de senhor. 8 - Ele em França; arribara; com saúde. 9 - Elefante fêmea; zombaria. 10 - Germânio (s.q.); representa: Empresa Pública de Transportes (sigla); 11 - Cont. prep. e art.; fari-nhas grosseiras restantes da peneirada; rio da Rússia. 14 - Audacioso. 15 - Exponha; ermida fora do povoado.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Fel; marreca; até. 2 - Amador; unirem. 3 - Zunir; aca; aroma. 4 - Loa; anulo; ola. 5 - Nós; tropeço; asa. 6 - Ave; sem; pás. 7 - Io; ali; vai; ob. 8 - Fim; par; com. 9 - Aal; oneroso; ais. 10 - Ros; areca; ato. 11 - Caras; ama; adula. 12 - Adelos; imolem. 13 - SOS; Massena; asa.

VERTICAIS: 1 - Faz; naifa; cás. 2 - Émulo; arado. 3 - Lanosa; flores. 4 - Dia; vai; sal. 5 - Mor; Telmo; som. 6 - Ar; ar; na; sã. 7 - Anos; pera. 8 - Recuperaremos; 9 - Além; roca. 10 - Cu; oc; Sá; In. 11 - Ana; opaco; ama. 12 - Iró; aio; ado. 13 - Arolas; matula. 14 - Temas; ioles. 15 - Ema; ambos. ama.

XADREZ

DX - 27 DE ABRIL DE 1995

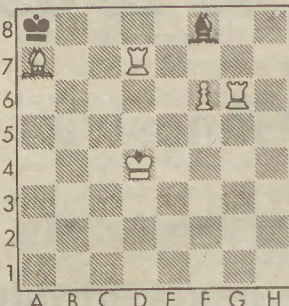
PROPOSIÇÃO N.º 1995X033

Por. SAM LOYD

Newarks Sunday Call, 1877

Pr: [2]: Bf8 - Ra8

Br: [5]: Pf6 - Ba7 - Ts. d7, g6 - Rd4



Mate em 3 lances

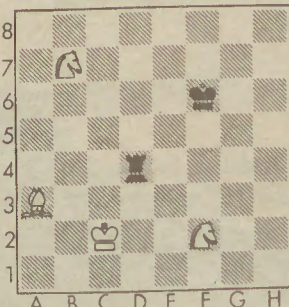
PROPOSIÇÃO N.º 1995X034

Por. HENRI RINCK

La Stratégie, 1920

Pr: [2]: Td4 - Rf6

Br: [4]: Cs.b7, f2 - Ba3 - Rc2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DX

N.º 1995X033 [S. L.]: 1. Th7!, Bg7/B67; 2. f.B. -; 3. g8=D/e8=D#

N.º 1995X034 [H. R.]: 1. Bb2!, R65; 2. Cg4 +, R64; 3. Bc3, Dd5; 4. Cf6 +, Rc4; 5. Ca5 +, Rc5; 6. Cb3 + e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DX - 27 DE ABRIL DE 1995

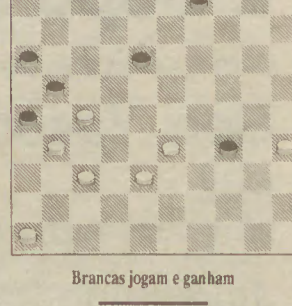
PROPOSIÇÃO N.º 1995D033

Por. G. L. GORTMANS

GB, 1934

Pr: [6]: 9-16-18-21-26-34

Br: [6]: 27-31-33-35-37-38-46



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO

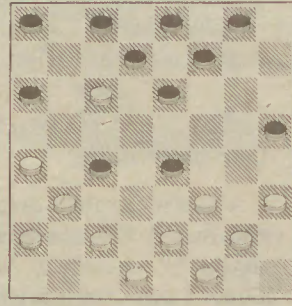
N.º 1995D034

GOLPE N.º 118

Por. GUIDO BOCCALI

Damasport N.º 7/8 18.XII.1959

1. 11-14, 24-20; 2. 12-16, 20-15; 3. 14-19, 23-14; 4. 10-19, 21-18; 5. 5-10, 25-21; 6. 1-5, 21-17; 7. 7-12, 18-14; 8. 4-7, 28-24; 9. 19-23 Diagrama



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DX

N.º 1995D033 [G. L. G.]: 1. 35-30. (21X41); 2. 30-39. (26X37); 3. 38-32. (37X28); 4. 33X4-D+

1. (21X41); 2. 30X48 + 1.
N.º 1995D034 [G. B.]: 9. 27-20; 10. 10-19 [16-23, 15-11; 11.6-15, 31-27... =D+]; 15-11; 11. 7-14*, 22-15; 12. 12-19, 31-28; 13. 16-23, 26-22; 14. 19-26, 28-1 = D +

Se: 10. 12-19 [16-23, 11-11... + como antes], 22-15; 11. 10-19 [16-23, 15-11; 12. 6-15, 31-27... = D +]; 15-11; 12. 7-14*, 31-28; 13. 16-23, 26-22; 14. 19-26, 28-1 = D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 27

Um Domingo no Campo

«Un Dimanche à la Campagne» (Fr./1984). Real.: Bertrand Tavernier. Int.: Louis Ducreux, Sabine Azéma, Michel Aumont. Cor, 92 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

Maxi e a Outra

«Maxie» (EUA/1985). Real.: Paul Aaron. Int.: Glenn Close, Mandy Patinkin, Ruth Gordon, Barnard Hughes, Valerie Curtin. Cor, 98 min. Comédia Romântica. (21.30, Quatro)

O Velho Rocker

«Heaven Tonight» (Austrália/1989). Real.: Pino Amenta. Int.: John Waters, Rebecca Gilling, Kim Gyngell, Ssean Scully. Cor, 93 min. Drama / Musical. (01.40, Canal 1)

SEXTA, 28

Cavalcada de Paixões

«Wait'til the Sun Shines, Nellie» (EUA/1952). Real.: Henry King. Int.: Jean Peters, David Wayne, Hugh Marlowe, Albert Dekker. Cor, 104 min. Drama. (14.30, SIC)

Arranha-Céus em Chamas

«Fire! Trapped on the 37th Floor» (EUA/1991). Real.: Robert Day. Int.: Lee Majors, Lisa Hartman, Peter Scolar, John Laughlin. Cor, 94 min. Telefilme / Catástrofe. (21.30, Quatro)

Chantagem

«Blackmail» (Gr.Br./1929). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Anny Ondra, Sara Allgood, John Longden, Charles Paton, Donald Oalthrop. P/B, 82 min. Ver Destaque. (23.10, TV 2)

Nossa Senhora de Paris

«The Hunchback of Nôtre Dame» (EUA/1923). Real.: Wallace Worsley. Int.: Lon Chaney, Patsy Ruth Miller, Ernest Torrence, Raymond Hatton. P/B, 103 min. Ver Destaque. (00.40, TV2)

A Fugitiva

«Nowhere to Hide» (Can./1987). Real.: Mario Azzopardi. Int.: Amy Madigan, Daniel Hugh Kelly, Robin McEachern, Michael Ironside. Cor, 91 min. Acção / Aventura. (00.50, Canal 1)

SÁBADO, 29

Jet, O Cavalo Negro

«Dark Horse» (EUA/1992). Real.: David Hemmings. Int.: Ed Begley, Jr., Mimi Rogers, Samantha Eggar, Ari Meyers, Tab Hunter. Cor, 94 min. Drama. (18.20, TV 2)

Ligações Perigosas 1960

«Les Liaisons Dangereuses 1960» (Fr./1959). Real.: Roger Vadim. Int.: Gérard Philipe, Jeanne Moreau, Annette Vadim, Jeanne Valérie. P/B, 104 min. Ver Destaque. (23.40, TV 2)

Diabo no Corpo

«Diavolo in Corpo» (It./1986). Real.: Marco Bellocchio. Int.: Maruschka Detmers, Federico Pizzalis, Anita Laurenzi, Riccardo de Torrebruna. Cor, 110 min. Drama. (00.15, SIC)

Um Dia em Nova Iorque

«On the Town» (EUA/1950). Real.: Gene Kelly e Stanley Donen. Int.: Gene Kelly, Frank Sinatra, Betty Garrett, Ann Miller, Vera-Ellen. Cor, 98 min. Ver Destaque. (00.20, Quatro)

Um Tipo de Herói

«Some Kind of Hero» (EUA/1982). Real.: Michael Pressman. Int.: Richard Pryor, Margot Kidder, Ray Sharkey, Ronnie Cox. Cor, 93 min. Comédia Dramática / Guerra. (00.40, Canal 1)

Brincando com o Inimigo

«Demonic Toys» (EUA/1991). Real.: Peter Manoogian. Int.: Tracy Scoggins, Bentley Mitchum, Michael Ruo, Jeff Weston, Daniel Cerny. Cor, 86 min. Terror. (02.15, Canal 1)

DOMINGO, 30

Madragoa

(Port./1951). Real.: Perdigão Queiroga. Int.: Deolinda Rodrigues, Carlos José Teixeira, Estêvão Amarante. P/B, 106 min. Melodrama. (16.50, SIC)

Os Boatnicks

«The Boatnicks» (EUA/1970). Real.: Norman Toker. Int.: Robert

Morse, Stefanie Powers, Phil Silvers, Norman Fell. Cor, 90 min. Comédia / Aventuras. (17.25, Canal 1)

Nunca Mais Digas Nunca
«Never Say Never Again» (EUA/1983). Real.: Irwin Kershner. Int.: Sean Connery, Klaus Maria Brandauer, Max von Sidow, Barbara Carrera. Cor, 128 min. Ver Destaque. (22.20, SIC)

Em Flagrante Delito

«Délits Flagrants» (Fr./1994). Real.: Raymond Depardon. Documentário. Cor, 101 min. Ver Destaque. (a partir das 22.30, TV 2)

SEGUNDA, 1

O Grande Golpe

«The Hot Rock» (EUA/1972). Real.: Peter Yates. Int.: Robert Redford, George Segal, Ron Leibman, Paul Sand, Zero Mostel. Cor, 101 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

O Leão da Estrela

(Port./1948). Real.: Arthur Duarte. Int.: António Silva, Maria Eugénia, Fernando Curado Ribeiro, Erico Braga, Laura Alves, Maria Olguim. P/B, 105 min. Comédia. (17.50, Quatro)

Em Busca da Esmeralda Perdida

«Romancing the Stone» (EUA/1984). Real.: Robert Zemeckis. Int.: Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny DeVito. Cor, 101 min. Ver Destaque. (21.15, Quatro)

À Procura da Vingança

«Out For Justice» (EUA/1991). Real.: John Flynn. Int.: Steven Seagal, William Forsythe, Jerry Orbach, Jo Champa, Shareen Mitchell. Cor, 88 min. Policial. (22.20, SIC)

Mississippi Masala

«Mississippi Masala» (EUA/1991). Real.: Mira Nair. Int.: Denzel Washington, Sarita Choudhury. Cor, 109 min. (01.30, Canal 1)

TERÇA, 2

A Lança Quebrada

«Broken Lance» (EUA/1954). Real.: Edward Dmytryk. Int.: Spencer Tracy, Robert Wagner, Jean Peters, Richard Widmark. Cor, 93 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

Jesse, Uma Mulher de Coragem

«Jesse» (EUA/1991). Real.: Glenn Jordan. Int.: Lee Remick, Scott Wilson, Richard Marcus, Priscilla Lopez, Leon Rippey. Cor, 96 min. Telefilme Dramático. (21.30, Quatro)

Onde Bate o Sol

(Port./1989). Real.: Joaquim Pinto. Int.: Laura Morante, António Pedro Figueiredo, Inês de Medeiros. Cor, 85 min. Drama. (22.45, TV 2)

Latino

«Latino» (EUA/1985). Real.: Haskell Wexler. Int.: Robert Beltran, Annette Cardona, Tony Plana, Ricardo Lopez, Luis Torrentes. Cor, 101 min. Ver Destaque. (00.30, SIC)

Um Belíssimo Novembro

«That Splendid November» (Fr./It./1968). Real.: Mauro Bolognini. Int.: Gina Lollobrigida, Gabriel Serretti. Cor, 89 min. (01.15, Canal 1)

QUARTA, 3

O Milagre da Mina

«Christmas Coal Mine Miracle» (EUA/1977). Real.: Jud Taylor. Cor, 100 min. Inédito. (14.30, SIC)

A Jóia do Nilo

«The Jewel of the Nile» (EUA/1985). Real.: Lewis Teague. Int.: Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny DeVito, Spiros Focas. Cor, 101 min. Aventuras. (22.00, Quatro)

A Cruz Partida

«The River Rat» (EUA/1984). Real.: Tom Rickman. Int.: Tommy Lee Jones, Nancy Lea Owen, Brian Dennehy, Martha Plimpton. Cor, 89 min. Aventuras. (01.15, Canal 1)

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 27

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.30 Gente Remota
16.40 Rumo a Avonlea
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade
M'Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telejornal
20.40 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.45 Coisas da Vida
00.45 24 Horas
01.25 Remate
01.40 O Velho Rocker
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.05 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.35 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.20 O Museu D'Orsay
21.10 Magazine - «Ver Artes»
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Guerras da Droga
23.35 Musical: «Eagles Hell Freezes Over»



O Secretário-geral do PCP é entrevistado no «Prova Oral» da próxima terça-feira

00.25 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Um Domingo no Campo
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.35 Os Trapalhões em Portugal
22.15 A Máquina da Verdade
23.15 A Noite da Má-Língua
00.20 Último Jornal
00.35 Internacional SIC

QUATRO

10.30 Lumen 2000
11.00 Alf
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Maxie e a Outra
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Protagonistas
00.30 Dar que Falar

Sexta, 28

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.30 Eternos Novatos
15.55 Noite Mágica
16.50 Rumo a Avonlea
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade
M'Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.45 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Desculpem Qualquer Coisinha
21.55 Seleção de Esperanças
23.25 24 Horas
00.05 Remate
00.20 Contos Assombrosos
00.50 A Fugitiva
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

17.05 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.00 O Mundo em Guerra
21.00 À Roda do Mundo
21.30 Ver Para Ler
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Histórias que o Tempo Apagou

23.10 Chantagem
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Nossa Senhora de Paris
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Cavalgada de Paixões
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Só para Inteligentes
00.15 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
01.30 Playboy

QUATRO

10.30 Lumen 2000
11.00 Alf
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Arranha-céus em Chamas
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Pelo Contrário
00.30 Dar que Falar

Sábado, 29

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.15 As Aventuras de Brisco County
17.00 Arca de Noé
17.50 Futebol: Guimarães-Marítimo
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal



«Amor Feliz» - reposição da série adaptada por Artur Ramos do romance de Mourão-Ferreira. À quarta-feira na TV2

20.40 Desencontros (Compacto)
21.40 Noite Mágica
22.40 Parabéns
00.20 24 Horas
00.40 Um Tipo de Herói
(ver «Filmes na TV»)
02.10 Brincando com o Inimigo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.20 Jet, o Cavalo Negro
19.50 Forum Musical
20.35 Praia da China
21.30 Músicas dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 TV2 Desporto
23.40 Ligações Perigosas
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buêrére
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Láo
18.00 Justiça Selvagem
19.00 Vidas Cruzadas
20.00 Irmãos Coragem
21.00 Jornal da Noite + A Semana
22.15 World Music Awards
23.55 Último Jornal
00.05 Vá para Fora Cá Dentro
00.15 Diabo no Corpo
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Caixa de Perguntas
12.30 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 O Céu como Horizonte
18.15 Em Busca de...
19.25 Telejornal
20.35 Futebol: União de Leiria-Boavista
22.30 Ficheiros Secretos
23.30 Por Trás do Crime
24.00 Últimas Notícias
00.20 Um Dia em Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 30

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
11.15 Sem Limites
11.45 Top +
12.45 Jornal da Tarde
13.00 86-60-86
13.45 Grande Prémio de S. Marino (Fórmula 1)
15.50 Kung Fu - A Lenda Continua
16.45 A Grande Pirâmide
17.25 Os Boteniks
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Eu Tenho Dois Amores
21.45 Programa a Designar
23.40 Domingo Desportivo
01.10 24 Horas
01.30 No Calor da Noite

CANAL 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 Um País de Floresta
14.45 Circo
15.45 TV2 Desporto
19.15 Os Vingadores
20.05 Música ao Domingo: «7º Torneio dos Jovens Músicos» (2ª parte)
21.10 Gente Remota - Ilha de Páscoa»
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo - Inclui o filme «Em Flagrante Delito» (ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buêrére
13.00 National Geographic
14.00 Walker, o Ranger do Texas
14.50 Big Show Sic
16.50 Madragoa
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Médicos sem Fronteiras
20.00 Assuntos de Família
21.00 Jornal da Noite
22.20 Nunca Mais Digas Nunca
(ver «Filmes na TV»)
00.50 O Senhor que se Segue
01.55 Último Jornal
02.10 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.00 Regina Coeli
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
17.00 Adultos à Força
18.00 O Poder da Lei
18.55 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 O Novo Cielo
21.05 O Agente Especial
22.00 Não te Enerves
22.30 Cluedo
23.30 Bang Bang
24.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo

No Canal 2 tem sexta-feira início a transmissão de uma elogiada série de 26 episódios da Thames Television sobre a II Guerra Mundial. No 1º episódio de «O Mundo em Guerra» a ascensão de Hitler ao Poder



Segunda, 1

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.30 Eu Tenho Dois Amores
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade
M'Enganas
18.10 Desencontros
19.20 Futebol: Benfica-Sporting
21.30 Telejornal
22.10 74.5 Uma Onda no Ar
23.00 Zona+ Carlos Cruz
24.00 Caminhada sem Tréguas
00.55 24 Horas
01.30 Remate
01.45 Mississipi Masala
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
20.05 Que Família
20.35 Magazine - «Saúde»
21.15 Segunda Parte
21.40 Ver para Ler
21.50 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Ópera
24.00 As Teias da Lei
01.05 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Grande Golpe
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 À Procura da Vingança
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Último Jornal
00.35 Flash Back

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 A Hora do Recreio
14.35 A Escolha É Sua!
17.10 Jornal Nacional
17.30 O Leão da Estrela
(ver «Filmes na TV»)
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.30 Em Busca da Esmeralda Perdida
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.40 Dar que Falar
01.40 Novos Ventos

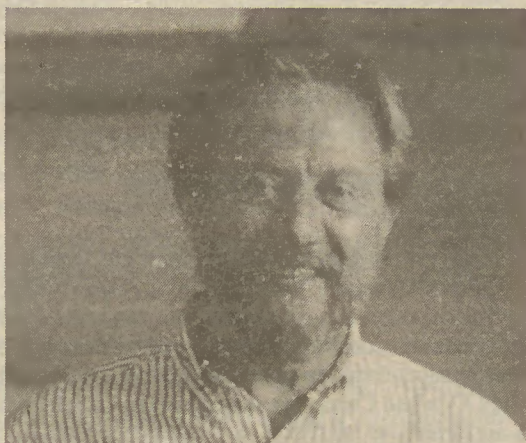
Terça, 2

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonho de Mulher
15.05 Vizinhos
15.30 Eu Tenho Dois Amores
16.45 Rumo a Avonlea
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade
M'Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.40 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 Nico d' Opra
22.00 A Mulher do Sr. Ministro
22.30 Cabaret
23.30 Prova Oral
01.00 24 Horas
01.30 Remate
01.45 Um Belíssimo Novembro
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.15 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Rotações



João Perry é «a vítima» do crime que esta semana vai ensombrar a Mansão Pavão. Em «Cluedo», domingo na SIC

21.10 Magazine - «Cinema»
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Onde Bate o Sol
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Alta Frequência
00.55 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lança Quebrada
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
22.20 All You Need Is Love
23.20 Minas e Armadilhas
00.35 Último Jornal
00.50 Tostões e Milhões

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Jesse, Uma Mulher de Coragem
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Jornal de Negócios
00.30 Dar que Falar
01.20 Caixa de Perguntas

Quarta, 3

CANAL 1

08.05 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonho de Mulher
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.30 Cabaret
16.40 Rumo a Avonlea
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade
M'Enganas
19.00 Desencontros
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.25 Futebol
22.40 74.5 Uma Onda no Ar
23.30 24 Horas
24.00 Remate
00.15 A Cruz Partida
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.00 Televidas
17.05 A Sombra da Dúvida
18.05 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Documentário

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Milagre da Mina
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Cenas de um Casamento
22.20 All You Need Is Love
23.20 Minas e Armadilhas
00.35 Último Jornal
00.50 Tostões e Milhões

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.00 Fora de Jogo
21.30 A Jóia do Nilo
(ver «Filmes na TV»)
00.10 TVI Jornal
00.40 Prós e Contras
01.10 Dar que Falar
02.15 Encontro

Por isto e por aquilo...

Um Domingo no Campo

(Quinta, 14.30, SIC)

Com este filme, Bertrand Tavernier conta-nos a crónica situada no princípio do século de um velho pintor sem grande génio que, após a viuvez, vive sozinho com a sua empregada doméstica e todos os domingos recebe a visita de um filho acompanhado de sua mulher e três filhos com os quais vai passar o dia ao campo. Mas eis que, num destes domingos, surge subitamente uma outra sua filha - dinâmica, rebelde e independente - que, avançada para o seu tempo, desperta no velho pintor a ideia daquilo que ele nunca conseguiu ser. Encenado com grande sensibilidade e utilizando uma fotografia esplendorosa - que faz lembrar a pintura de Monet ou Renoir - o filme e o cineasta foram justamente premiados no Festival de Cannes de 1984 com o prémio da melhor realização. Uma obra sublime que, incompreensivelmente (ou talvez não) a SIC «esconde» no inconcebível horário de uma *matinée*.

Chantagem

(Sexta, 23.10, TV 2)

A história deste filme debruça-se sobre um complexo dilema moral no qual um detective é mergulhado ao ser chamado a investigar um caso de morte em legítima defesa cometido pela sua noiva. Terminando com uma fabulosa e histórica sequência de perseguição no Museu Britânico, *Chantagem* é um *thriller* admirável de Hitchcock que já fazia antever, à época da sua produção, as grandes obras que o realizador mais tarde realizaria. Rodado ainda no período do «mudo», o cineasta contrariou os desejos dos produtores e sempre o idealizou e filmou, em grande parte, com som, mas do filme foram projectadas no circuito comercial duas versões diferentes. A versão sonora que, segundo supomos, a TV 2 nos vai oferecer, permitirá ao espectador ficar com uma ideia da grande viragem no «sonoro» que o realizador operou no cinema da época.

Nossa Senhora de Paris

(Sexta, 00.40, TV2)

Mais uma vez explorando um dos mais belos temas do fantástico - a Bela e o Monstro - esta adaptação ao cinema da obra de Victor Hugo constitui uma das maiores superproduções da cinematografia norte-americana do período do «mudo». Wallace Worsley, o seu realizador, recriou com grande fidelidade a cidade de Paris no século XV e Lon Chaney tem aqui um dos papéis mais importantes da sua carreira, ao interpretar (com uma caracterização ainda hoje surpreendente) a figura do Corcunda de Nôtre Dame apaixonado por uma bela cigana.

Ligações Perigosas

(Sábado, 23.40, TV 2)

Outro romance transposto para o cinema, mas desta vez pretendendo actualizar para o presente (1960) o perfil das personagens do século XVIII originalmente criadas por Laclos. Uma empresa falhada pelo realizador Roger Vadim, sempre tentando escandalizar o espectador através de temas libertinos (mas postos em cena de forma canhestra), como mais uma vez aconteceu com este seu filme, tipicamente snob, vazio e inútil, que unicamente tem a recomendá-lo as interpretações de Gérard Philipe e Jeanne Moreau.

Um Dia em Nova Iorque

(Sábado, 00.20, Quatro)

Já transmitido várias vezes nas nossas televisões - e aqui devidamente realçado - resta-nos relembrar estarmos em presença de uma das obras-primas do *cinema musical*, fabulosamente posta em cinema e coreografada por Stanley Donen e Gene Kelly e com este e, ainda, Sinatra, Ann-Miller e Vera-Ellen nos principais protagonistas. 24 horas de licença em Nova Iorque na vida de três marinheiros (e seu pares), numa série de inesquecíveis sequências de bailados e canções, do melhor que Hollywood nos ofereceu no género, ainda por cima numa encenação particularmente moderna face aos «esquemas» da época - com as câmaras e os bailarinos e os cantores a saírem para a rua pela primeira vez, muito antes de *West Side Story*.

Nunca Mais Digas Nunca

(Domingo, 22.20, SIC)

Outra reposição frequente no pequeno *écran* pelo que já não constitui qualquer curiosidade salienta o regresso a esta nova aventura de James Bond de Sean Connery (após doze anos de ausência) no desempenho da figura do célebre agente secreto britânico. A história não é melhor nem pior do que as anteriores da longa série. Mas sem dúvida que o actor volta a transmitir-lhe o *sal* e a *pimenta* com que ela se deixa melhor tragar. Curiosa é a presença do grande actor que é Karl Maria Brandauer num papel nele pouco habitual e totalmente inesperado.

Em Flagrante Delito

(Domingo, a partir das 22.30, TV 2)

Segundo as referências disponíveis, este documentário inédito entre nós é uma muito interessante investigação realizada o ano passado pelo cineasta Raymond Depardon sobre os interrogatórios levados a cabo no Palácio da Justiça de Paris a arguidos de pequenos delitos - uma série de crónicas sobre casos humanos do nosso quotidiano, apresentados com grande crueza mas uma total ausência de sensacionalismo hoje infelizmente tão habituais na televisão.

O Grande Golpe

(Segunda, 14.30, SIC)

E prossegue aqui uma série de excelentes filmes que a SIC decidiu relegar para um período de emissão absolutamente impróprio, se compararmos com as alternativas que, nesta matéria, nos oferece no chamado horário nobre. Este *Grande Golpe*, por exemplo, é uma comédia engraçadíssima que nos conta a história de um roubo de jóias falhado por um grupo de ladrões absolutamente ineptos, comandados por Robert Redford. A realização é de um competente cineasta britânico - Peter Yates.



Alfred Hitchcock, realizador de «Chantagem», a transmitir sexta-feira na TV 2

Em Busca da Esmeralda Perdida

(Segunda, 21.15, Quatro)

Isolada no seu apartamento de Nova Iorque, uma jovem escritora leva tão a sério o seu desespero pela impossibilidade de identificação com as heroínas que descobre, que, a todo o momento, lamenta nunca na vida real ter passado (ou sequer esperar vir a passar) pelas aventuras e pelas paixões - engenhosamente inventadas nas imagens iniciais e traduzindo a «ficção dentro da ficção» - que ela faz intensamente viver a essas personagens. Mas eis que um

alarmante telefonema surge e a nossa escritora se vê transportada para a Colômbia, onde, por entre ditadores e traficantes de droga - e com a sedutora ajuda de um aventureiro compatriota - tenta salvar de todos os perigos a sua melhor amiga. Produzido pelo próprio Michael Douglas e encenado por um dos mais inventivos realizadores do cinema-espectáculo dos anos 80 - Robert Zemeckis -, *Esmeralda Perdida* é um entretido

filme de acção e aventuras que, para além das citações aos clichés do género arrancados ao passado, contém algumas referências críticas curiosas - por exemplo, ao «feminismo militante», irónica e subtilmente abordado em algumas sequências. Destaque não apenas para a excelente transformação da personalidade, «vivida» por Kathleen Turner, como também para o brilhante papel «secundário» de Michael Douglas, sem esquecer o impagável Danny DeVito no indispensável vilão. Mas a *Esmeralda* é outro filme já «gasto» nas nossas televisões...

A Lança Quebrada

(Terça, 14.30, SIC)

Também o horário de transmissão de *A Lança Quebrada* foi pessimamente escolhido. Não que esta obra de Edward Dmytryk seja do mais entusiasmante que o cineasta nos deixou; mas a história de um patriarca rancheiro que vai perdendo controlo sobre o seu império e se vê confrontado com as rivalidades entre os seus filhos é bem interpretada por um naipe de excelentes actores, de entre os quais avultam Spencer Tracy e Richard Widmark.

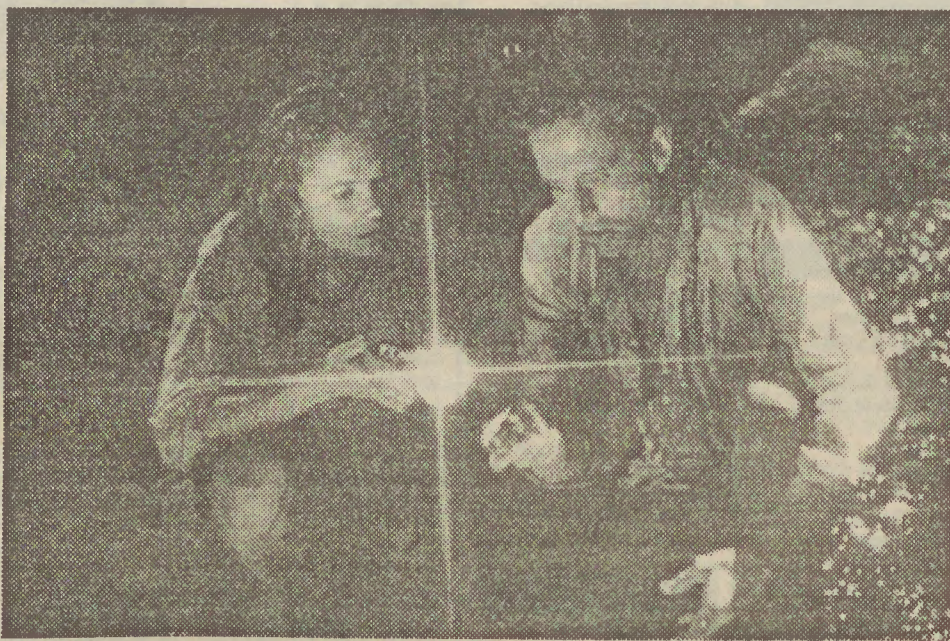
Latino

(Terça, 00.30, SIC)

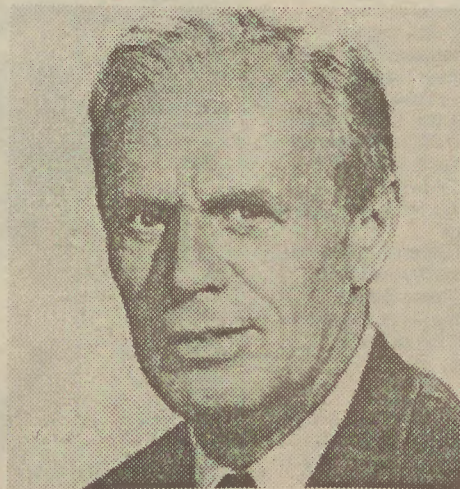
Finalmente um filme num horário que lhe presta justiça - embora convenhamos que a meia-noite e tal dificilmente é acessível a todos. A singularidade do cineasta Haskell Wexler no panorama do cinema americano não pode ser ignorada ao vermos este seu segundo filme por si realizado em mais de 45 anos de carreira (!). Director de fotografia de grande qualidade (*In the Heat of the Night*, *Colors*, *Who's Afraid of Virginia Woolf* ou *The Thomas Crown Affair*, entre tantos outros), realizador de documentários e argumentista, o seu nome está ainda ligado a um dos filmes de ficção que mais fez estremecer o «sistema» - *Medium Cool* - por si realizado, com a inclusão de material documental, durante a tristemente célebre convenção do Partido Democrático em 1968, nos EUA. Fortemente empenhado do ponto de vista político, Wexler dá-nos a ver no presente filme - realizado 16 anos após o primeiro - as actividades anti-sandinistas de um «bóia verde» e o apoio dos EUA aos «contras» da Nicarágua. Um excelente exemplar do melhor cinema liberal americano.



Os intérpretes principais de «Um Dia em Nova Iorque», de Gene Kelly e Stanley Donen



Kathleen Turner e Michael Douglas, «Em Busca da Esmeralda Perdida», de Robert Zemeckis



Spencer Tracy e Richard Widmark, intérpretes principais de «A Lança Quebrada», de Edward Dmytryk

■ Correia
da Fonseca

O caso da cassete roubada e outras delinquências

O grande acontecimento televisivo da passada semana terá sido a transmissão pela TVI, na sexta-feira, de uma vídeo-gravação velha de mais de quinze anos: era a última intervenção de Sá Carneiro no âmbito da campanha eleitoral com vista à colocação do general Soares Carneiro na Presidência da República. A gravação não chegou a ir para o ar: cerca de 24 horas depois, Sá Carneiro morria em Camarate e a sua transmissão póstuma foi uma hipótese afastada. Seguiu-se uma estória de mistério. A videocassete foi roubada da RTP, onde a gravação se realizara, e mergulhou numa clandestinidade de 52 meses. Consta que dela emergiu há dias pela mão de um desconhecido que a entregou a uma jornalista da TVI com quem marcara encontro nas Amoreiras. Parece um mau enredo de telefilme policíaco, mas não é. Antes será uma realidade que não devia poder acontecer sem celeuma, escândalo e inquérito, mas aconteceu.

A gravação agora trazida a público já mereceu diversos comentários laudatórios, talvez inspirados pela sacralização entretanto tecida em torno da memória do político Sá Carneiro, talvez não.

Marcelo Rebelo de Sousa, superstar dos comentaristas «independentes» com inscrição no PSD, chegou ao ponto de gabar a mestria de uma comunicação breve que conseguiu preencher com rigor o breve tempo para ela disponível.

Por acaso, nem isso é verdade: Sá Carneiro não chegou a utilizar todo o tempo possível, e o saldo ficou por conta do ponteiro do relógio que os telespectadores viram sozinho, a trabalhar para o esgotamento do horário. Mas a brevidade do recado não era motivo para espanto: para dizer aquilo, menos de três minutos sempre bastariam.

Qualquer que seja a sua dimensão, as más acções podem consumir-se depressa. No dia seguinte ao da gravação, Camarate viria confirmar tragicamente esta velha regra.

Um morto na pré-campanha

O que vinha dizer Sá Carneiro? Uma coisa pouca e feia: que os portugueses não deviam votar em Ramalho Eanes, opositor de Soares Carneiro. Para isso utilizava-o anti-comunismo primário injectado no País por quarenta e muitos anos de fascismo, batendo-se pela

subida à Presidência da República do homem que, poucos anos antes, fora director do campo de concentração de São Nicolau, onde morreu, em condições nunca suficientemente divulgadas, um número nunca revelado de patriotas angolanos. Era, na aparente avaliação dos actuais comentadores, a última grande prova de democraticidade do malgrado líder do PPD/PSD. Resta, naturalmente, que os cultores da sua memória encontrem melhores razões para justificarem a sua grandeza política.

Para lá disto, porém, é forçoso que, no âmbito da comunicação mediática, se reflecta um pouco sobre o súbito aparecimento da cassete tão longamente eclipsada e sua transmissão, pois coisas destas não acontecem por acaso nem por caprichosa intervenção dos deuses, mesmo quando ocorrem na Televisão de inspiração cristã. Estamos já, como se sabe, em clima de pré-campanha eleitoral para as legislativas, e a elas concorrerá um PCP que mesmo as sondagens suspeitíssimas reconhecem como «estabilizado», o que desmente as repetidas profecias de desaparecimento lançadas a seu res-

peito. Neste quatro, é claro que não é de desperdiçar a possibilidade de apresentar um Sá Carneiro, canonizado e ressuscitado, a esgrimir o comunismo e os comunistas como argumento decisivo para a desqualificação de um candidato a Belém. Complementarmente, a póstuma intervenção do grande líder coloca Eanes em má posição perante o eleitorado mais vulnerável a este tipo de propaganda e, por sinal, a transmissão da mensagem foi feita logo a seguir a uma anunciada reunião do «núcleo duro» do grupo que, segundo a Imprensa, apoia a pré-candidatura do general. Quer isto dizer que o golpe pode ter sido baixo, mas foi duplo. O que para alguns é motivo bastante.

A sondagem no escuro

Também na passada semana foram tornados públicos, com grandes títulos de primeira página, os resultados de uma sondagem acerca da descolonização. Como ensina uma idiotia lapaliceana que vem sendo muitas vezes repetida por notáveis crânios, «as sondagens valem o que valem», mas o certo é que os tais títulos informaram o País de que «90% dos portugueses critica o processo de descolonização», e também que «um em três portugueses têm saudades do Império». Por acaso, tenho grandes suspeitas de que os números publicados no interior do jornal que assim titulava a informação não confirmavam a primeira página, mas não estou para me aplicar em contas miúdas e aceito os anunciados 90% e a relação de um em três.

Porém, faço perguntas. A ser assim, com que elementos pôde a população portuguesa formar a sua opinião? Antes de 74, é sabido que o silêncio imposto pela Censura, o verdadeiro terrorismo de Estado que espreitava quem se atrevesse a questionar o dogma do Portugal-uno-do-

Minho-a-Timor, o folclore trágico-ridículo do «adeus até ao meu regresso», obstaculizavam o mínimo esclarecimento. E depois de Abril? Será que os grandes meios de Informação alguma vez empreenderam a desmontagem cabal de imposturas de várias ordens que eram a cobertura ideológica e propagandística do colonialismo. E falando da Televisão, que é aqui o que mais interessa: quando é que ela revelou aos portugueses a verdadeira face da opressão colonial, quando é que contou as práticas criminosas da expansão supostamente cristã, quando é que arrancou ao País as vendas e os óculos cor-de-rosa e lhe exibiu a verdade? Não se trataria, acentue-se, de injectar nos portugueses o remorso colectivo por crimes impostos pela engrenagem da História, mas sim de apear mentiras do altar em que foram instaladas e, desse modo, permitir a um povo enfim liberto o acesso a uma lucidez que só o dignificaria. Quando é que isso foi feito? Respondo: nunca.

Trata-se, já se vê, de mais um crime imputável à Televisão tal como existe, ou melhor, aos que dela se servem como instrumento efficacíssimo para práticas verdadeiramente sinistras. Agora, após décadas (se não séculos) de intoxicação sem a adequada aplicação de contravenenos quando isso apareceu tornar-se possível, fazem-se sondagens, ajeitam-se percentagens, compõem-se grandes títulos. Não para avaliar o processo histórico. Até pelo momento da sua divulgação, claramente se entende que só para tentar colocar Abril no banco dos réus.



de FOICE

O que diz Sofia

Disse Sofia, uma jovem de 19 anos, rematando o seu discurso no jantar comemorativo do 21º aniversário da Revolução dos Cravos, realizado no passado sábado na colectividade "Os Penicheiros", no Barreiro:

"O 25 de Abril trouxe-nos as liberdades e o direito de as defender. Desejo que a minha geração exerça esse direito, defendendo as liberdades conquistadas e lutando por outras, que são de hoje."

Ouvi-a no acaso que me levou à iniciativa - um acaso feito de mim próprio, desobrigado de desempenhos jornalísticos. Sofia falou também por acaso e disse-o, quando a chamaram para receber, como representante da Comissão de Juventude da Assembleia Municipal do Barreiro (de que é deputada eleita pela CDU), uma pequena escultura que a Associação 25 de Abril ofereceu, simbolicamente, aos jovens de todos os Concelhos durante as comemorações deste 21º aniversário da Revolução (já agora anoto que a entrega foi feita pelo convidado de honra do jantar, o almirante Rosa Coutinho, que encerrou as intervenções com uma notável incursão - também ela expressamente dedicada à juventude - pelos dialécticos caminhos que têm, em Abril, o seu nó de viagem). Permitam-me trazer ao nosso 21º aniversário de Abril esta rajada de improviso com sangue na gueltra.

O improviso duma jovem - que nem nascida era a 25 de Abril de 1974 - a defender "as liberdades que foram conquistadas" e propor a defesa de "outras, que são de hoje".

Trata-se de uma compreensão nas antípodas de muitas que por aí andam a falar de Abril ao sabor dos interesses de momento - e nunca de improviso.

É o caso óbvio das opiniões da direita que, tudo tendo feito ao longo destes 21 anos para travar a Revolução e destruir as suas conquistas, surge agora, inesperadamente e pela primeira vez, a festejar o seu aniversário.

Um festejo à boleia do prestígio que Abril tem no mais fundo do povo e do país.

Mas é também o caso de alguns que, reclamando-se de esquerda e de uma vida de luta pela liberdade, têm comemorado o aniversário da Revolução ao ritmo dos interesses com que a têm vivido: em geral procurando cercear-lhe a profundidade transformadora, no particular incensando-a folcloricamente, conforme os calendários eleitorais.

Mas, em todos os casos, tentando banalizá-la como efeméride de algo consumado e perdido no tempo.

Só que a Revolução de Abril é-o, porque continua aí.

E continua, porque o povo que a desencadeou, a vive todos os dias, mesmo quando não dá por isso.

Vive-a quando luta pelos direitos que nela conquistou.

Vive-a quando exige o que nela aprendeu ser, além de justo, possível.

Vive-a até quando recua, esmorece e sofre, mas percebendo, nesse sofrimento, que as novas injustiças são afinal as velhas injustiças que a Revolução se propôs erradicar.

Vive-a sobretudo quando avança, se revolta e percebe,

apesar de ter nascido depois do 25 de Abril, que ele significa liberdades conquistadas e o direito de lutar por elas.

Por elas e por outras que são de hoje.

Por isso a comemoração do 25 de Abril continua a não caber numa efeméride, por muito que aí a queiram sepulcrar.

Abril continua vivo na acção e na vontade dos que, com a sua luta indómita e honrada, primeiro o tornaram possível, depois o têm defendido e vivido num quotidiano transformador.

Abril continua vivo nos anseios a que deu corpo, no riso com que iluminou um povo inteiro, na oportunidade que abriu para a criação dum País melhor.

Mas Abril também está nas conquistas que lhe defenestraram, nas derrotas que lhe impuseram, nos recuos e injustiças que têm alastrado à sombra da sua destruição.

Porque Abril, quer queiram quer não, transformou o País e está aí, numa amálgama de frutos depredados e sementes vigorosas.

Capaz, como diz Sofia, de defender as liberdades conquistadas e outras, que são de hoje.

■ HC

Sábado, em Lisboa Forum Verde quer reflectir ambiente

O Partido Ecologista «Os Verdes» realiza, no próximo sábado, em Lisboa, o Forum Verde, uma iniciativa que pretende «ser um espaço de reflexão sobre a diversidade e gravidade dos problemas, sobre as suas causas e soluções adequadas para um desenvolvimento sustentável», lê-se numa nota que divulga a iniciativa.

Os trabalhos do Forum Verde decorrerão no Hotel Continental, a partir das dez da manhã de sábado, e os organizadores afirmam que ali estará um espaço de intervenção «onde a participação de todos pelo ambiente é ponto fundamental, porque recusamos uma política encerrada nos gabinetes, que negue a participação e contributo de todos os cidadãos, que nos coloque à margem das decisões que determinam o nosso futuro».

Os «Verdes» pretendem assim contribuir para uma «reflexão sobre o futuro que queremos» e juntar «o contributo individual e colectivo necessário para que surjam novos valores e opções que promovam e assegurem um futuro mais verde».

Visita ao distrito de Castelo Branco

Entretanto, dirigentes do «Os Verdes», incluindo o



deputado André Martins, deslocaram-se sexta e sábado ao distrito de Castelo Branco para melhor conhecer e avaliar pro-

blemas e potencialidades da região.

Durante essa deslocação ocorreram diversos encontros,

Boicote constante no Montijo PSD e PS não querem trabalhar

A CDU no Montijo insurgiu-se em comunicado contra a atitude dos vereadores do PS e do PSD na Câmara por terem recusado a proposta da Presidente de assumirem a meio tempo, com remuneração, a responsabilidade de um conjunto de pelouros. «São de facto três a trabalhar e quatro a ver e a entrar», diz a nota que considera que os eleitos do PSD e PS não respeitam e põem de parte os interesses das populações.

Esta situação vem na linha de outras que revelam «uma atitude meramente criticista, criando constantemente dificuldades» ao funcionamento da Câmara. Esta vive, aliás, uma situação única no país, pois foram retiradas competências à Presidente, «situação única no país que obriga à duplicidade do trabalho, a um enorme desgaste e ocupação do tempo com a agravante de tudo isto resultar em

prejuízo dos munícipes», sublinha a nota.

Tentar impedir o lançamento de um conjunto de iniciativas que permitam uma melhor resposta à resolução dos problemas da população tem sido a estratégia seguida no Montijo pelo PS e PSD, o que leva a CDU, com maioria relativa na edilidade, a considerar que «se em Democracia e em respeito pela legalidade democrática é desejável e aceitável a diferença de opiniões, o debate, o empenho por essas diferenças, já não é aceitável nem desejável a recusa à participação e ao trabalho com a agravante do boicote, dificultando o normal funcionamento das instituições democráticas».

Os eleitos da CDU na Câmara reafirmam, contudo, o «redobrado empenhamento» em «tudo fazer pela defesa do desenvolvimento integrado e harmonioso ao serviços das populações».

Loures lesada em 150 mil contos

A Câmara Municipal de Loures anunciou que decidiu promover «isoladamente ou com outros municípios» uma acção judicial com o objectivo de obrigar o Estado a devolver 152 mil 792 contos devidos pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para 1995.

A Câmara contesta a forma como o cálculo foi feito, na medida em que o FEF depende

de um valor global do IVA de 1169 milhões de contos «e não de 1124 milhões, valor encontrado pelo Estado depois de excluir os 45 milhões designados como "IVA Social" a afectar à Segurança Social, o que viola a legislação em vigor», refere uma nota do Gabinete de Comunicação Social daquela edilidade.

Aveiro Inaugurar unidade de saúde a funcionar desde 1993

A Unidade de Saúde do Eixo, em Aveiro, está em funcionamento desde Setembro de 1993, já foi pintada de novo, está a precisar de obras por causa da humidade mas... vai ser inaugurada no próximo domingo!

A denúncia é feita num comunicado do executivo da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP que pergunta se «terá sido por acaso que se tenha deixado passar tanto tempo para inaugurar um edifício que já precisa nova-

mente de obras? Será coincidência a inauguração ter sido marcada para as vésperas das eleições legislativas?».

A Concelhia do PCP lembra que, entretanto, as obras do novo Centro de Saúde de Aveiro, que começaram em ritmo acelerado, parecem estar praticamente paradas enquanto se avolumam no concelho os problemas dos utentes com a carência de médicos, sem que se abram concursos para preenchimento de vagas.



Conferências de Abel Prieto

No quadro da visita a Portugal a convite da Associação de Amizade Portugal-Cuba, Abel Prieto, presidente da União dos Escritores e Artistas de Cuba, proferiu na passada semana várias conferências em Lisboa, Coimbra, Porto e Setúbal. Na foto, a sessão realizada na Biblioteca Municipal do Palácio das Galveias, em Lisboa.

